



RELATÓRIO DE GESTÃO  
E CONTAS 2016



|   |     |
|---|-----|
| 1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração              | 03  |
| 2. Órgãos Sociais   | 06  |
| 3. Participações no Capital Social                                  | 09  |
| 4. Enquadramento Macroeconómico                                     | 10  |
| 4.1 Os Mercados Financeiros em 2016                                 |     |
| 4.2. A Economia Portuguesa em 2016                                  |     |
| 5. Síntese da atividade desenvolvida pelo BPG em 2016               | 22  |
| 6. Gestão de Riscos   | 30  |
| 7. Principais Indicadores   | 36  |
| 8. Perspetivas de Atividade para 2017                               | 37  |
| 9. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício            | 38  |
| 10. Proposta de Aplicação de Resultados                             | 38  |
| 11. Referências finais  | 39  |
| 12. Demonstrações Financeiras                                       | 40  |
| 13. Notas às Demonstrações Financeiras                              | 48  |
| 14. Relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário | 134 |
| 15. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal                          | 140 |
| 16. Certificação Legal de Contas                                    | 141 |

## 1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

No ano de 2016, o Mundo assistiu a diversos sinais de mudança, alguns deles surpreendentes e a antecipar alterações futuras importantes.

No plano político e social, verificou-se o fortalecimento de fenómenos populistas e nacionalistas que afetaram e condicionaram diretamente o rumo político de diversos países, mesmo de democracias consolidadas.

O facto mais marcante terá sido o resultado do referendo realizado no Reino Unido que ditou a sua saída da União Europeia (“Brexit”), cujas consequências e efeitos de contágio, geopolíticos e macroeconómicos, ainda estão insuficientemente avaliados e introduziram fortes riscos e incertezas, designadamente sobre o aprofundamento da União Europeia.

Também em vários outros países se realizaram referendos e eleições, verificando-se alguns resultados inesperados que vieram pôr em causa alianças e políticas bilaterais e macro regionais com várias décadas de existência.

Criou-se, assim, também um sentimento generalizado de incerteza e de retrocesso sobre o processo de globalização mundial em curso, que se intensificou com a eleição do novo Presidente dos EUA, Donald Trump, e a execução das suas primeiras medidas já no corrente ano.

Em termos económicos, o crescimento global de 2016 terá sido em linha ou ligeiramente acima do verificado no ano anterior, refletindo, no entanto, uma diferente combinação de fatores. Por um lado, em 2016 houve um menor crescimento da China e de algumas economias desenvolvidas, entre elas os Estados Unidos e a Zona Euro. Por outro, várias economias emergentes ou em desenvolvimento lograram acelerar ou manter o seu ritmo de crescimento.

Ao nível financeiro, destaca-se a subida generalizada dos mercados acionistas na segunda metade do ano, depois de um primeiro semestre de perdas. De realçar também, dada a sua relevância global, a alteração da política monetária da Reserva Federal Americana, traduzida numa subida de taxas de juro no quarto trimestre do ano e na indicação clara de que novas subidas ocorrerão no ano corrente.

Entretanto, o BCE deverá manter com algumas alterações a sua política de “*Quantitative Easing*” sendo expetável que se alargue o *spread*, entre as taxas de juro de referência da Reserva Federal e do BCE.

Assim, a apreciação do dólar americano que se tem vindo a verificar – suportada pela referida subida de taxas de juro nos Estados Unidos – bem como a recuperação do preço do petróleo e a apreciação das matérias-primas em geral, parecem apontar para uma “normalização” progressiva do enquadramento económico e financeiro, depois de vários anos de taxas de juro muito baixas e de crescimento anémico.

Portugal teve em 2016 o seu primeiro ano completo do novo ciclo político. O país registou um crescimento económico moderado, em grande parte assente no crescimento do consumo. As contas públicas melhoraram em termos de défice orçamental e estabilizaram no que diz respeito à dívida pública.

Neste ambiente de recuperação moderada, mas com taxas de juro ainda bastante baixas, que impactam negativamente na sua margem financeira, o setor bancário português apresentou uma trajetória generalizada de recuperação, particularmente mais evidente no segundo semestre. Ainda assim, três dos cinco maiores bancos a operar no mercado nacional não deixaram de apresentar perdas muito expressivas, em grande parte ditadas pelo reforço de imparidades, confirmando que o esforço de ultrapassagem dos efeitos da crise económico-financeira ainda tem um caminho importante a percorrer.

Em 2016, o Banco Português de Gestão registou um prejuízo assinalável, que reflete, em grande medida, o forte reforço de imparidades, nomeadamente na carteira de crédito. Os resultados do exercício foram ainda afetados pela pressão sobre a margem financeira, a qual refletiu também a intensificação da concorrência nos mercados bancários.

Durante o ano, foram realizadas duas operações de reforço de Fundos Próprios, que contribuíram para a absorção do impacto dos resultados negativos.

A primeira operação, concretizada em junho, assentou num aumento de capital por entradas de dinheiro, integralmente subscrito, de € 8 milhões, enquanto a segunda operação correspondeu à realização conjugada, por um lado, de um aumento de capital por entradas de dinheiro, integralmente subscrito, no valor de € 4 milhões, e, por outro, do reembolso de obrigações subordinadas por um montante equivalente. Dada a sua natureza de “troca” de instrumentos de capital, esta última operação melhorou a qualidade dos Fundos Próprios (Tier 1), mas não o seu montante total.

Com o volume de crédito concedido a manter-se relativamente estável em 2016, o aumento de imparidades na carteira de crédito verificado no ano diminuiu o respetivo risco médio, todavia ainda elevado.

Durante o ano de 2016 foram também dados vários passos importantes no sentido do reforço da eficácia do sistema de controlo interno do Banco, através do desenvolvimento e densificação de normativos internos, da implementação de novas medidas e práticas de acompanhamento e monitorização de riscos e do reforço dos meios humanos e técnicos afetos às funções de controlo.

Esta evolução, ao melhorar o ambiente de controlo em que o Banco opera e ao dotar os diversos departamentos de ferramentas adicionais, permite que os órgãos de gestão se concentrem com maior enfoque no desenvolvimento do negócio do Banco e no incremento da produtividade operacional e da rentabilidade do capital do Banco.

O forte impulso que se está a imprimir, no corrente ano, à captação de crédito junto de novos clientes, designadamente PME de bom risco, bem como nas áreas de negócio de *private banking* e de mercados financeiros, a par dos referidos reforços de Fundos Próprios já levados a cabo, permitem fixar como objetivo de gestão a obtenção de resultados positivos do Banco em 2017 e nos anos seguintes.

É precisamente o desenvolvimento do negócio com objetivos de rentabilidade sustentada que se pretende relançar em 2017, sob a égide de uma nova equipa executiva na gestão do Banco.

Assim, o Banco prosseguirá a sua atividade creditícia de uma forma extremamente rigorosa e criteriosa, incrementará o volume e retorno da sua carteira própria e melhorará a qualidade dos serviços prestados aos seus Clientes, com uma aposta inovadora na digitalização dos seus sistemas de informação.

Faremos de 2017 um ano de mudança estrutural e sustentada, com a dedicação e espírito inovador de todos os nossos colaboradores, a quem endereço uma palavra de apreço e de confiança, convicto de que juntos criaremos mais e melhor valor para satisfação de todos os nossos “*stakeholders*”, aí se incluindo, naturalmente na primeira linha, os senhores Acionistas.

O Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino

## 2. Órgãos Sociais

Os membros da Assembleia Geral, o Revisor Oficial de Contas e os membros do Conselho Estratégico foram eleitos em reunião da Assembleia Geral de Acionistas do Banco realizada em 20 de Junho de 2016.

Os membros do Conselho de Administração foram eleitos em reunião da Assembleia Geral de Acionistas do Banco realizada em 20 de junho de 2016, com exceção dos Senhores Prof. Mário Patinha Antão e Dr. João Ricardo Chícharo Folque, ambos designados por cooptação em reunião do conselho de Administração de 23 de dezembro de 2016.

Os membros do Conselho Fiscal foram eleitos em reunião da Assembleia Geral de Acionistas do Banco realizada em 3 de novembro de 2016.

### **Mesa da Assembleia Geral**

|                      |                                       |
|----------------------|---------------------------------------|
| Presidente:          | Vitalino José Ferreira Prova Canas    |
| Vice-Presidente:     | Maria Luísa Dias da Silva Santos      |
| Primeiro Secretário: | Pedro Luís Amaral da Cunha            |
| Segundo Secretário:  | Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja |

### **Conselho de Administração (1)**

|                   |   |
|-------------------|---|
| Presidente:       | Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino  |
| Vice-Presidentes: | Mário José Brandão Ferreira<br>Mário Patinha Antão  |
| Vogais:           | Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz<br>Luís António Gomes Moreno<br>João Ricardo Chícharo Folque |

(1) Notas:

O Senhor Prof. Mário Patinha Antão foi designado, por cooptação, membro do Conselho de Administração em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2016, tendo iniciado funções em 1 de março de 2017.

O Senhor Dr. João Ricardo Chícharo Folque foi designado, por cooptação, membro do Conselho de Administração em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2016, tendo iniciado funções em 1 de março de 2017.

O Senhor Dr. Paulo Jorge Santos Azenhas renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, tendo cessado funções em 23 de dezembro de 2016.

## **Órgão de Fiscalização**

### **Conselho Fiscal**

Presidente: Manuel Pinto Barbosa

Membros efetivos: Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva  
Manuel Augusto Lopes de Lemos

Membro Suplente: Luís Manuel da Silva Rodrigues

**Revisor Oficial de Contas** Ernst & Young Audit & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por António Filipe Dias da Fonseca Brás, ROC nº 1661 ou Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC nº 1230

### **Conselho Estratégico**

Presidente: Augusto Carlos Serra Ventura Mateus

Vogais: Francisco Luís Murteira Nabo  
Guilherme do Nascimento de Macedo Vilaverde  
Henrique Carlos de Medina Carreira  
Vítor José Melícias Lopes

## **Diretores e Responsáveis pelas Funções de Controlo**

Direção Comercial – António Simões Pinheiro

Direção de Contabilidade e Operações - Maria Filomena Oliveira

Direção de Mercados Financeiros – João Folque (1)

Direção de Serviços Jurídicos – Maria Amália Almeida

Direção de Sistemas de Informação – Maria Alexandra Antunes

Auditor Interno – João Pasadas

*Risk Officer* – Miguel Gomes dos Santos

*Head of Compliance* - Nuno Castelhanito

(1) O Senhor Dr. João Ricardo Chícharo Folque foi designado, por cooptação, membro do Conselho de Administração em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2016, tendo iniciado funções em 1 de março de 2017.



### 3. PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL SOCIAL

#### Participações Iguais ou Superiores a 2%

Acionistas com participações iguais ou superiores a 2% do Capital Social do BPG em 31/12/2016:

| NOME             | NÚMERO DE AÇÕES | % DE CAPITAL SOCIAL |
|------------------|-----------------|---------------------|
| FUNDAÇÃO ORIENTE | 12.466.408      | 84,19%              |
| STDP, SGPS SA    | 791.368         | 5,34%               |

#### Participação dos Membros dos Órgãos Sociais no Capital do BPG

| MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | AÇÕES                 |                    |                   |                       |
|--------------------------------------|-----------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|
|                                      | Detidas em 31/12/2015 | Adquiridas em 2016 | Alienadas em 2016 | Detidas em 31/12/2016 |
| CARLOS A. P. V. MONJARDINO           | 149.414               | -                  | -                 | 149.414               |

## 4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### 4.1. OS MERCADOS FINANCEIROS EM 2016

O ano de 2016 ficou marcado por um conjunto inesperado de acontecimentos políticos que influenciaram, em alguns casos de forma decisiva, o comportamento dos mercados financeiros.

Dois dos mais marcantes, quer pela surpresa gerada, quer pelos impactos que se espera que venham ainda a ocorrer, foram a votação a favor da saída do Reino Unido da União Europeia e (mais para o final do ano) a eleição de Donald Trump para Presidente dos Estados Unidos da América. Em ambos os casos, as sondagens apontavam para resultados distintos dos que efetivamente se verificaram, pelo que houve necessidade de uma reformulação das análises e expetativas com o consequente reposicionamento dos investidores.

Sobretudo no caso da eleição de Trump, devido a um conjunto de medidas por ele defendidas enquanto candidato (entre as quais se destacam o corte de impostos, o investimento em grandes obras públicas e a imposição de tarifas à importação), ocorreu uma mais vincada reação dos mercados. Pode afirmar-se que assistimos a uma mudança de expetativas, que passaram a incorporar um ambiente mais favorável às ações por um lado e uma conjuntura mais desfavorável às obrigações, por outro.

Nos EUA, os principais índices de ações, embora com alguma tendência para a alta desde o início ano, subiram de forma mais significativa no último trimestre, particularmente, como já referido, após a eleição de Donald Trump.

Na Europa, a situação foi um pouco distinta, com os principais mercados a apresentar valorizações negativas durante quase todo o ano, apenas tendo sido invertida esta tendência durante o mês de Dezembro.

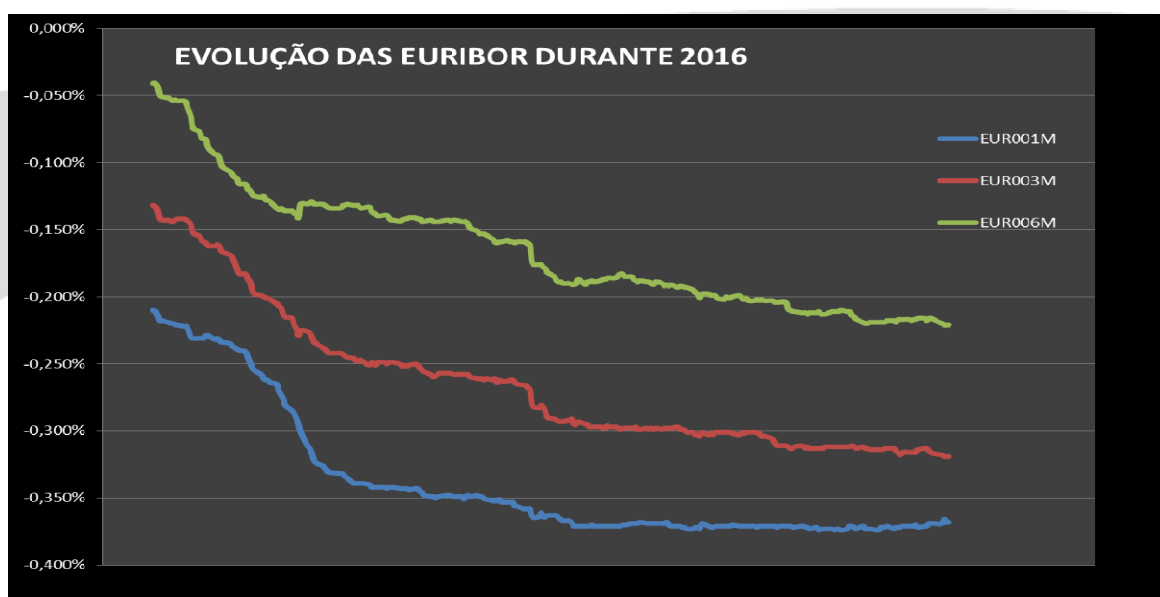
No que respeita à taxa de juro, os Bancos Centrais continuaram a utilizar esta variável para dinamização das economias, a par com outros estímulos monetários através do conhecido QE (Quantitative Easing). Este último tem sido o instrumento privilegiado do Banco Central Europeu e do Banco do Japão. Refira-se, a este propósito, a reunião do BCE realizada no dia 10 de Março, que foi particularmente importante porque para além dos cortes da taxa de referência e de depósitos para 0% e -0,40%, respetivamente, nela também se tomou a decisão de reforço das compras mensais de ativos para 80 biliões de Euros ao mês. Foi ainda nesta reunião que se decidiu o lançamento de um novo programa de TLTRO (Targeted Long Term Refinancing Operations) com condições bastante mais favoráveis para os Bancos, entre as quais se destaca a possibilidade de as tomadas virem a beneficiar de taxas negativas.

No que diz respeito à Reserva Federal norte-americana, as expetativas que existiam no início do ano relativas a duas ou três subidas da taxa diretora foram-se gradualmente diluindo, tendo ocorrido apenas uma alteração da taxa de juro em Dezembro, que viria a colocar a Fed Funds Rate numa banda de flutuação entre 0,50% e 0,75%. Recorde-se que o atual ciclo de subida de taxas, apesar de se ter iniciado no final de 2015, regista apenas dois movimentos, sendo caracterizado pela elevada prudência com que se guiam os membros da FED.

## Mercado de Taxa de Juro (Euro)

As taxas de juro de curto prazo mantiveram uma trajetória descendente durante todo o ano, embora esta tenha sido mais notória no primeiro semestre, em grande medida devido às medidas monetárias e política de comunicação seguida pelo BCE.

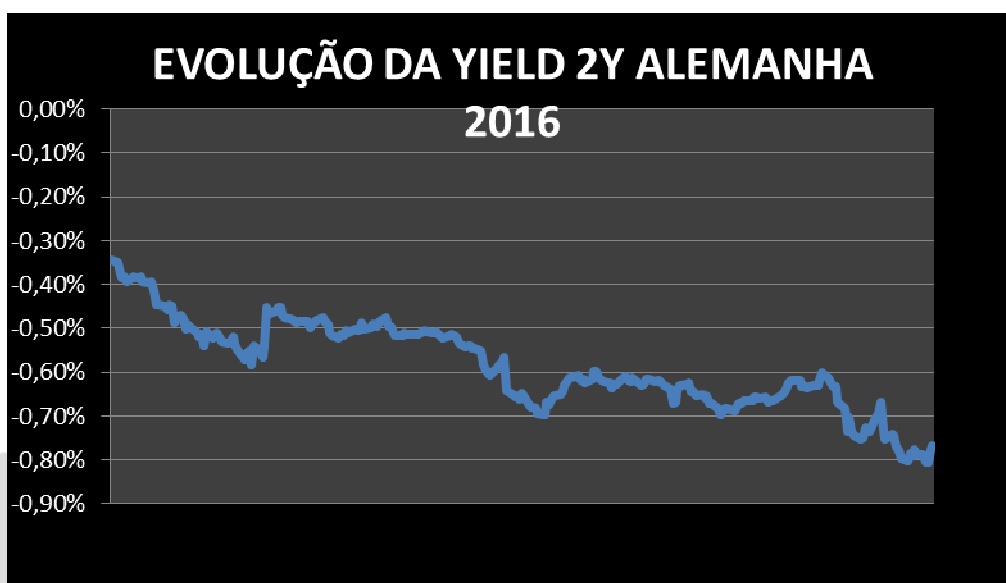
As Euribor dos diferentes prazos, quase todas negativas desde o início do ano, caíram para valores ainda mais negativos, mesmo nos prazos mais longos, impulsionando desta forma a redução das taxas das operações passivas utilizadas pelos Bancos para captar depósitos e a contração da margem financeira.



Na Dívida Pública Europeia, os comportamentos foram diferenciados em função da qualidade e risco percecionado para os diferentes países emitentes. A dívida pública alemã continuou a ter a preferência dos investidores, tendo as *yields* alemãs mantido a sua tendência para a queda. As *yields* de quase todos os prazos apresentaram valores negativos durante o ano, tendo por exemplo o prazo de dois anos descido cerca de 50 pontos para um mínimo de 0,80% em dezembro.

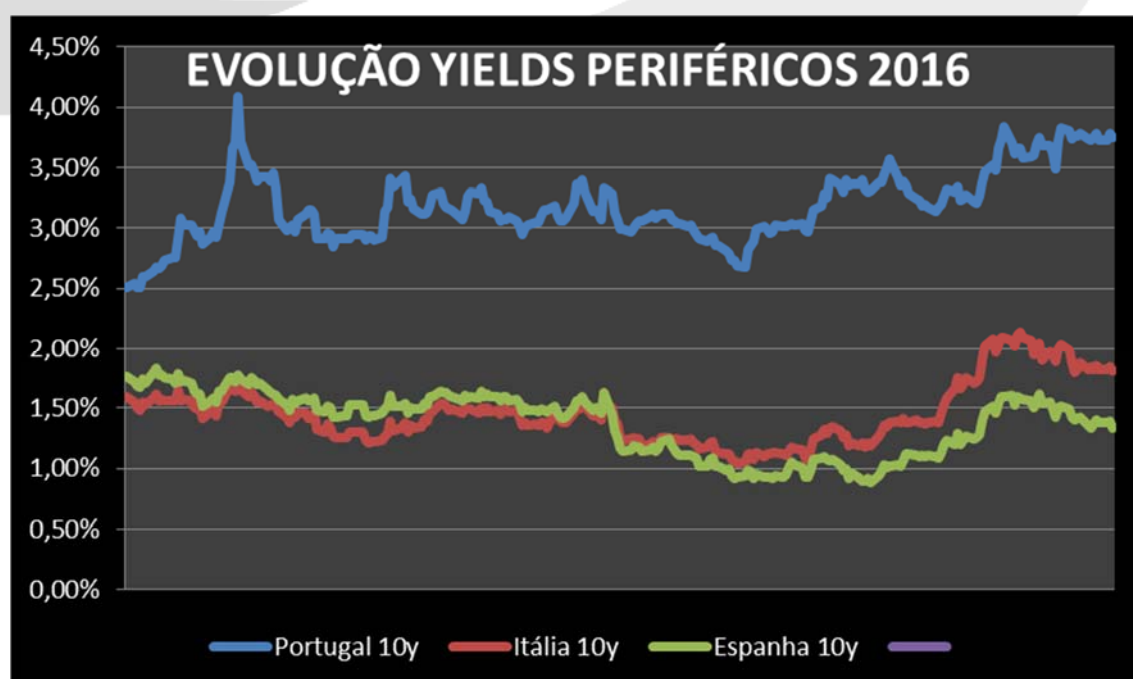
No prazo dos dez anos, o comportamento foi semelhante durante os primeiros nove meses do ano e oposto nos últimos três. Com efeito, o Bund a 10 anos ofereceu um retorno negativo, pela primeira vez na história, entre o final de junho e setembro (*yield* mínima de -0,17%), tendo posteriormente diversos fatores, tais como a aceleração do crescimento da economia alemã, a subida da inflação e sobretudo o movimento de crescimento das *yields* norte americanas, permitido uma subida dos retornos para valores positivos.

A curva de rendimento sofreu uma inclinação positiva, o chamado “steepening”, uma vez que as *yields* de curto prazo permaneceram ancoradas em valores mínimos compatíveis com a política monetária do BCE e as *yields* de longo prazo subiram, de acordo com as razões já atrás explicitadas. A inclinação da curva Alemã (2-10 anos) passou de cerca de 0,50% em junho para quase 1% no final de dezembro.



No que respeita à dívida dos periféricos, o ano apenas foi positivo para uma delas, a de Espanha, tendo ocorrido para Portugal e Itália um alargamento dos *spreads* de crédito e uma subida das *yields* das obrigações soberanas.

No caso de Portugal, o ano começou com incerteza, com dúvidas sobre a solução governativa encontrada em 2015 e sobretudo sobre a capacidade de o novo governo conseguir cumprir as metas do défice e de alguma forma atingir um crescimento para o país que permitisse uma redução percentual da dívida.



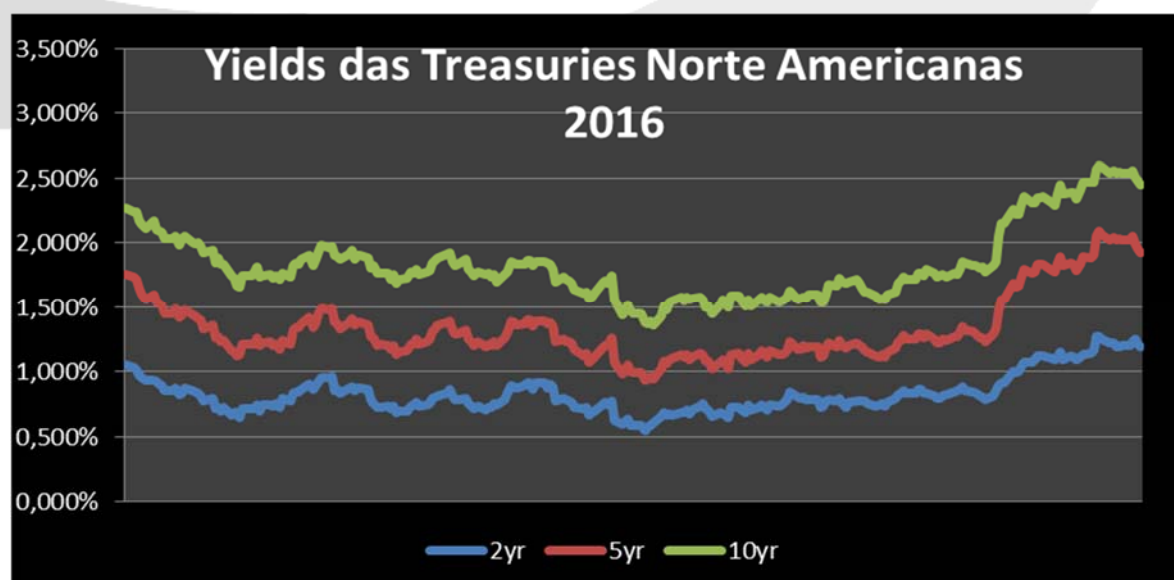
A *yield* da OT (Obrigação do Tesouro) a 10 anos ultrapassou os 4% no início de fevereiro. No entanto, devido ao suporte oferecido pelo programa de compras do BCE (reforçado

em março), à manutenção dos *ratings* pelas principais agências (especialmente o de investimento pela DBRS) e alguns indicadores económicos com evolução positiva, esta taxa viria a reduzir-se, permanecendo próxima dos 3% durante grande parte do ano. Um novo movimento de subida apenas viria a materializar-se já próximo do final do ano. Este esteve relacionado não apenas com um “*flight to quality*” devido à eleição de Trump nos EUA, mas também com a perceção do mercado sobre uma aproximação do BCE ao limite de compras máximo de OT Portuguesas, de acordo com o “*Key Capital Ratio*” (em função da percentagem de participação dos diferentes bancos centrais no Eurosistema).

Os BTPS (Buoni Poliennali del Tesoro) italianos também caíram nos últimos meses do ano, embora mais por razões de índole interna. No início de dezembro, o primeiro-ministro italiano Matteo Renzi promoveu um referendo sobre a mudança do sistema político italiano, tendo perdido, o que originou uma crise política.

Em Espanha, os Bonos beneficiaram, para além de uma melhoria dos principais indicadores económicos do país, da constituição de um governo estável do Partido Popular, o que apenas foi possível devido à abstenção dos socialistas.

Nos EUA, as *yields* das “Treasuries” mantiveram-se estáveis durante a maior parte do ano, apenas iniciando um movimento ascendente significativo após a eleição de Donald Trump. O facto de a Reserva Federal ter adiado por várias vezes a subida de taxas permitiu inclusive alguma valorização destes títulos no primeiro semestre do ano, tendo a taxa dos 2 anos efetuado um mínimo de 0,55% em julho. Com a incerteza gerada antes das eleições e sobretudo após ser conhecida a vitória de Trump, as *yields* subiram especialmente nos prazos mais longos, em função das expetativas criadas de maiores défices e maior dívida.



## Ações

Apesar de em 2016 os mercados acionistas das diferentes geografias terem apresentado comportamentos díspares, é possível encontrar dois padrões dominantes ao longo do ano. Após uma queda inicial de alguma magnitude em janeiro, as ações subiram de forma gradual até 8 de novembro, tendo ocorrido posteriormente uma aceleração deste movimento até final do ano. Foi a eleição de Trump para Presidente dos EUA que de alguma forma alterou as regras do jogo e levou a um incremento das expectativas dos investidores em relação a esta classe de ativos. O racional é simples: o conjunto de políticas que Donald Trump deverá seguir, nomeadamente as que se relacionam com os grandes investimentos públicos, a par de alterações nos impostos no sentido de cortes, deverão beneficiar significativamente as empresas norte americanas.

Os índices de ações americanos fecharam o ano com crescimentos próximos de 10%, tendo alguns dos mais importantes como o S&P e o Dow Jones atingindo máximos históricos de forma consecutiva perto do final do ano.

As ações europeias apresentaram comportamentos geograficamente diferenciados, tendo os mercados alemão e francês crescido mais do que os seus congéneres dos países do sul.

É importante, no entanto, referir que durante grande parte do ano, mesmo a evolução dos mercados alemão e francês foi negativa. Fracos crescimentos económicos na Europa, a valorização do Euro e a grande procura por obrigações elegíveis para o programa de compras do BCE, explicam em grande medida essa evolução negativa.

No final do ano, a eleição de Trump e a valorização do USD suportaram e impulsionaram as ações europeias. A maioria dos índices europeus fechou o ano com valorizações positivas em torno dos 5%.



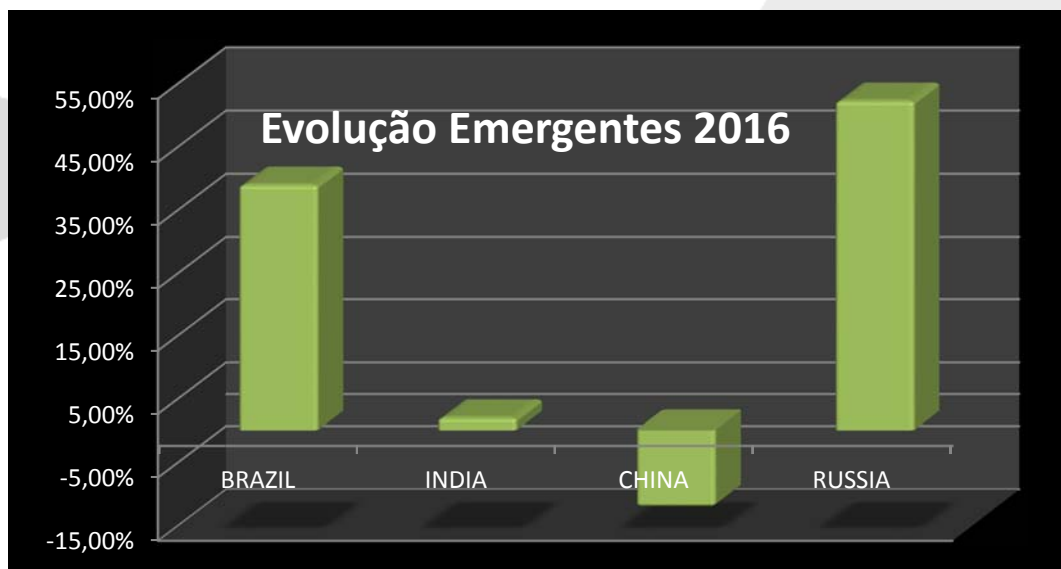
Nos mercados emergentes, assistiu-se igualmente a uma forte diferenciação geográfica, tendo alguns países que em 2015 sofreram quedas substanciais registado recuperações assinaláveis em 2016.

Na Rússia, o RTSI em USD apresentou uma tendência de valorização a partir de fevereiro, tendo os ganhos sido incrementados de forma mais significativa a partir da segunda metade de novembro. Refira-se a este propósito que os resultados das presidenciais norte americanas permitiram um crescendo de expectativas sobre uma eventual redução das sanções aplicadas pelos EUA a este país. O mercado russo de ações subiu em 2016 mais de 50%.

No Brasil, o ano ficou marcado por alguma convulsão política e pelos processos judiciais a envolver altos quadros de empresas e políticos, entre os quais se destaca o tão falado “Lava Jato”. Em termos políticos, o ano foi dominado pelo processo de *impeachment* a Dilma Rousseff, que se viria a materializar em 31 de agosto com a votação favorável do Senado (61 votos a favor e 20 contra.) Dilma Rousseff acabou por ser substituída no cargo pelo Vice-Presidente Michel Temer, que procurou implementar medidas de estímulo mais favoráveis às empresas e à economia. Refira-se que todo este processo viria a beneficiar os mercados, tendo ocorrido uma reação em alta das ações, com o Bovespa a valorizar cerca de 39% no ano.

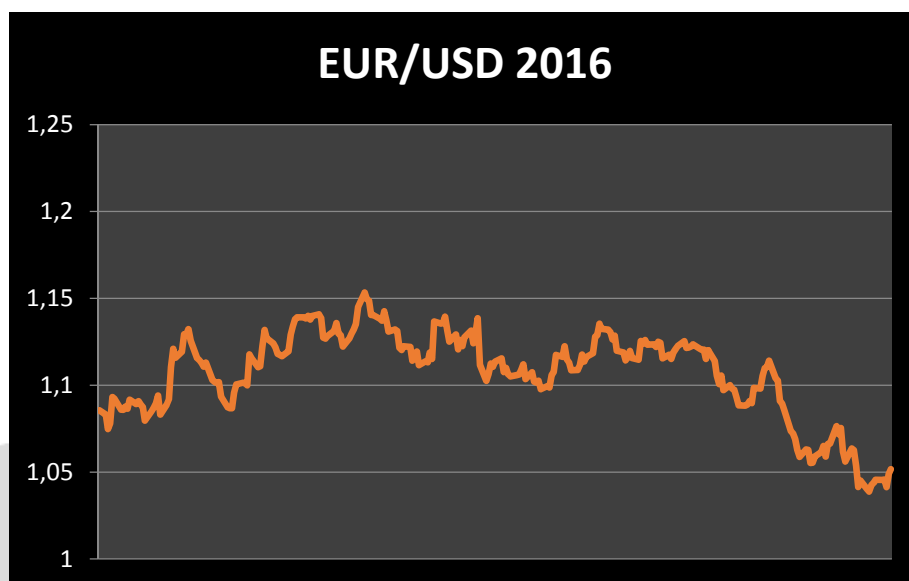
Na China, apesar de um crescimento económico forte e resiliente (6,7%), os mercados acionistas mantiveram a tendência corretiva iniciada em junho de 2015, tendo o Índice de Shanghai perdido cerca de 12% no ano passado.

Dos quatro “BRIC”, falta referir a Índia. Este país voltou a ter um crescimento económico robusto e acima de 7%, tendo o Sensex (principal índice) alcançado os 29.000 pontos, após o que caiu e encerrou o ano com ganhos de apenas 2%.



### **Mercado Cambial**

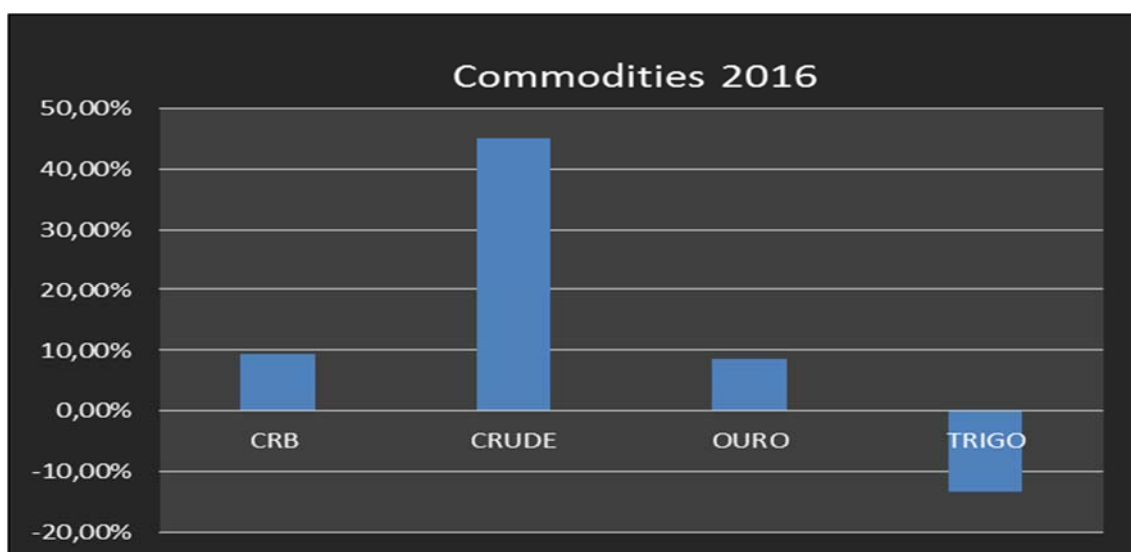
Durante 2016, o USD valorizou-se contra a generalidade das moedas. O Índice DXY, que representa o valor do USD contra as maiores moedas mundiais, passou de 98,63 no final de 2015 para 102,21 no final de 2016. Este movimento de valorização do USD, que apenas se iniciou em maio, sofreu uma aceleração significativa após a eleição de Trump.



A evolução do “cross” Euro/USD não constituiu exceção, tendo a moeda europeia perdido pouco mais de 3% contra a moeda americana durante o ano de 2016. Não apenas Trump, mas também os ciclos económicos e monetários distintos e favoráveis ao USD, explicam esta queda do Euro. A moeda europeia valia, no final do 2016, pouco mais de 1,05 USD, existindo um significativo número de expectativas de que a paridade se venha a concretizar no decurso de 2017.

### Commodities

O mercado de matérias-primas inverteu em 2016 a tendência de queda de preços que se mantinha desde há vários anos, tendo o CRB (índice de referência de *commodities*) registado uma evolução positiva de 9,19%.





Um forte contributo para esta subida do CRB foi dado pelo crude, que subiu 45% em 2016, atingindo os 54 USD por barril de Brent. Paradoxalmente, foi também no ano passado que o chamado “ouro negro” fez o mínimo histórico dos últimos anos: USD 26, registado em fevereiro.

Após uma série de reuniões inconclusivas, os países produtores (OPEC) e a Rússia chegariam a um acordo para cortar 1,2 milhões de barris por dia na reunião de 30 de novembro, contribuindo para a aceleração do preço desta *commodity* no final do ano.

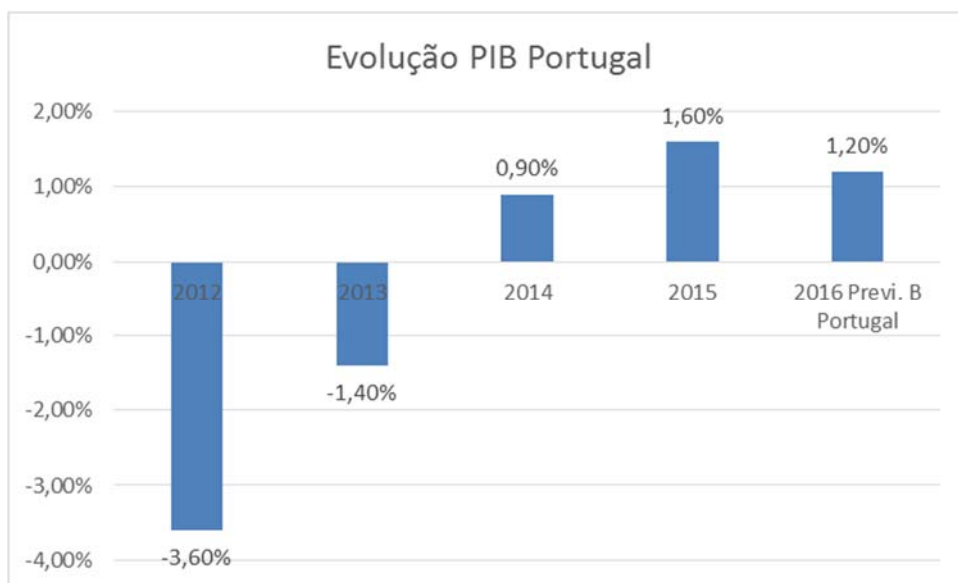
Os preços das matérias-primas agrícolas subiram de forma moderada em 2016. Uma das exceções a esta subida foi o trigo, cujo preço deslizou mais de 10% no ano.

Nas matérias preciosas, o destaque vai para o ouro, que já valorizava mais de 25% em meados de julho. Este metal precioso viria a perder grande parte dos ganhos em meados do segundo semestre, no momento em que ficou mais clara a tendência de valorização do USD e das ações.

#### 4.2. A ECONOMIA PORTUGUESA EM 2016

2016 foi o ano em que se procurou, a par de uma consolidação das contas públicas, o estímulo ao crescimento económico através, entre outras medidas, da chamada devolução de rendimentos. Existiu uma solidificação da solução governativa resultante das eleições de final de 2015, tendo o governo socialista conseguido obter, a par de um acordo de maioria parlamentar com os partidos à sua esquerda, o muito importante suporte do Presidente da República, eleito no início do ano.

O défice orçamental, depois de se ter situado em 4,4% no ano de 2015, caiu de forma substancial em 2016. As últimas estimativas apontam para um valor de 2,1%, inferior ao objetivo de 2,3%. Nos três primeiros trimestres do ano, o défice tinha já caído para 2,5% do PIB.

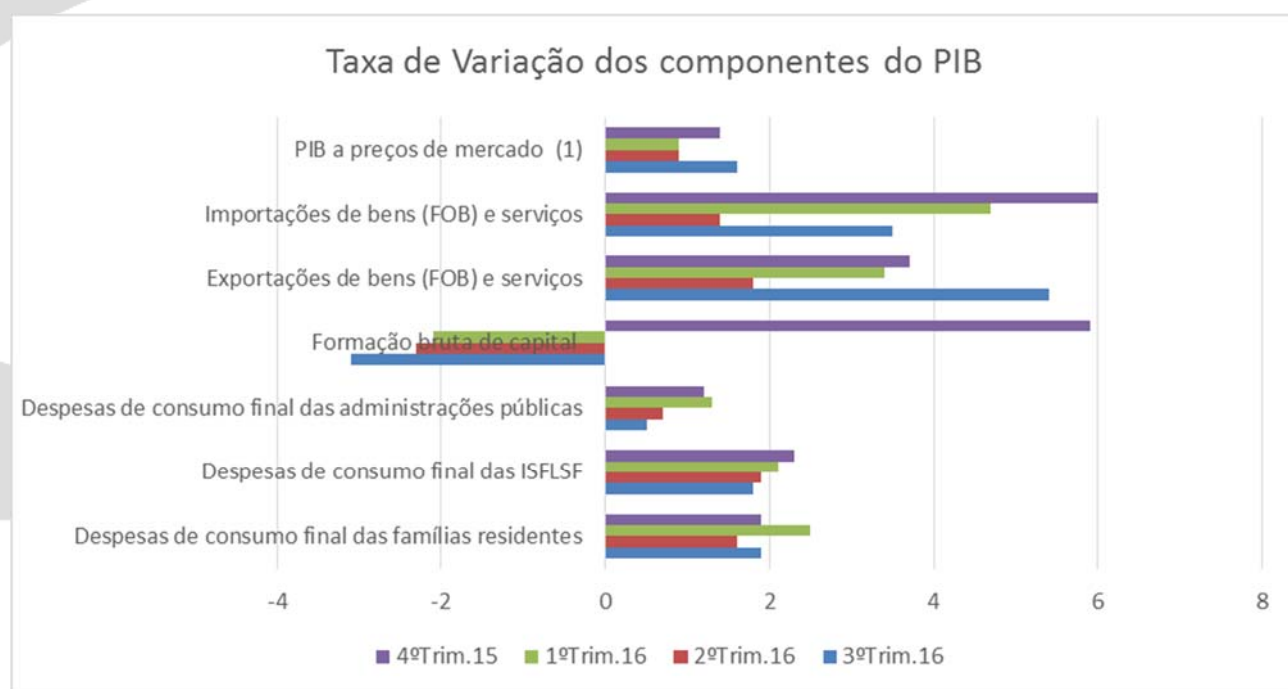


Fonte: INE, Banco Portugal

Já no que respeita à dívida pública portuguesa, esta ainda deverá ter crescido em volume de forma significativa durante o ano de 2016. E, segundo os dados do Banco de Portugal, o valor em percentagem do PIB, que se situava em 129% no final de 2015, deverá ter ultrapassado a barreira dos 130% no decurso de 2016.

Da análise à evolução do PIB, constata-se que deverá ter ocorrido uma ligeira desaceleração durante o ano de 2016. Em termos dos diversos componentes, destaca-se o reforço do contributo das exportações, cujo crescimento no 3º trimestre contribuiu para uma aceleração do crescimento homólogo para cerca de 1,6%. Pela negativa é de salientar a variação de -3,1% do investimento (FBCF), valor bastante diferente das previsões governamentais que deverá ter limitado o crescimento da economia portuguesa no final do ano.

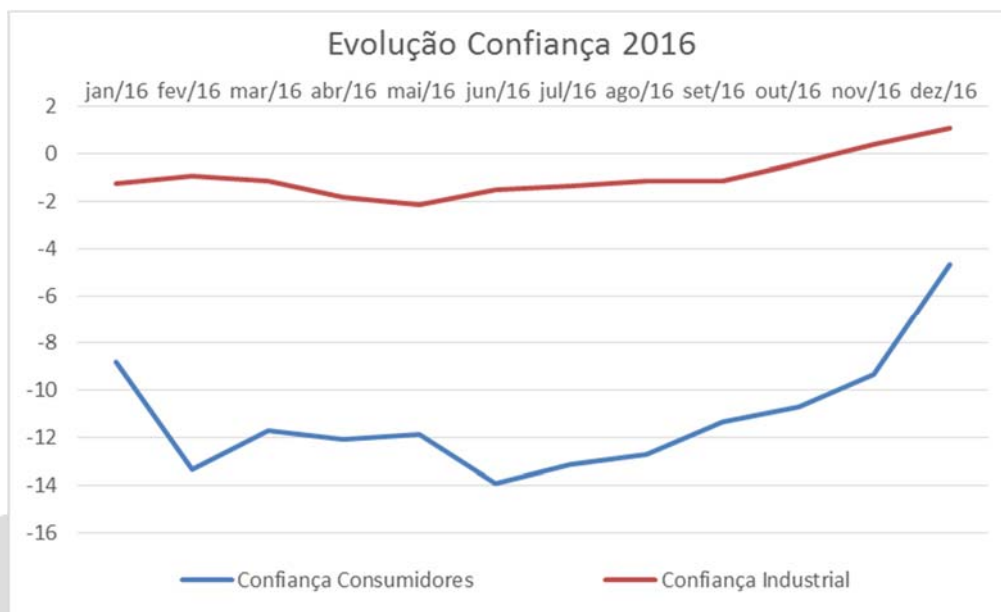
De qualquer forma, o PIB terá sido suportado pela procura interna, com o consumo privado a crescer perto dos 2%.



Fonte: INE

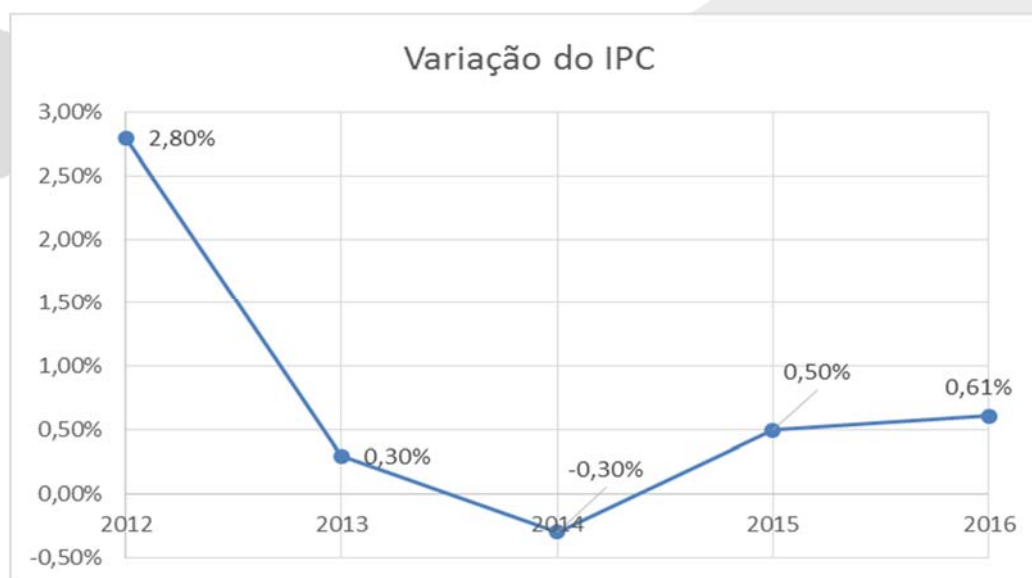
O ano de 2016 ficou também marcado pela recuperação dos indicadores de confiança do país. Nesta ótica, é de assinalar a forte recuperação da confiança dos consumidores que, no entanto, no final do ano ainda se mantinha em valores negativos.

Já a confiança do sector industrial, situou-se muito próxima de zero, embora tivesse sido negativa durante grande parte de 2016. Este indicador subiu para valores ligeiramente positivos já no final do ano.



Fonte: INE, Bloomberg

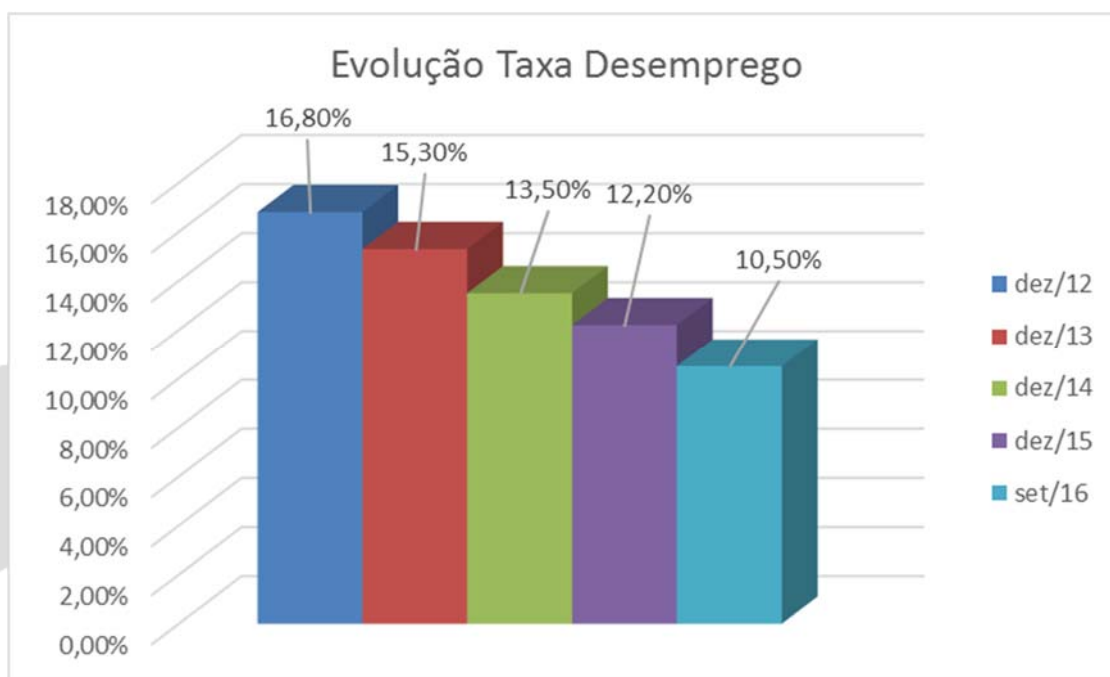
Em 2016, assistiu-se a uma tímida subida dos preços no país, tendo a variação média da inflação evoluído para valores pouco acima dos registados em 2015 e ainda abaixo de 1%. Em termos homólogos, ocorreu uma aceleração em dezembro para 0,9%. A subida da energia, nomeadamente do petróleo, ocorrida no final do ano após a reunião da OPEP, deverá ter contribuído para esta aceleração.



Fonte: Banco de Portugal, INE

De acordo com os últimos dados conhecidos, a taxa de desemprego em setembro de 2016 situou-se nos 10,5%, abaixo do valor de 12,2% registado no final de 2015. Este

valor reflete uma tendência de descida sustentada, que tem vindo a verificar-se de forma ininterrupta desde 2012.



Fonte: INE, Bloomberg

Importa assinalar ainda a subida dos custos com o trabalho, que deverão ter crescido 3,6% em termos homólogos, no 3º trimestre de 2016.

No ano de 2016, à semelhança dos anos anteriores, registou-se uma contração do crédito. Os últimos dados divulgados pelo Banco de Portugal apontam para uma variação negativa de 2% no crédito concedido a empresas e particulares. Analisando por tipologia, destaca-se a evolução inversa e positiva do crédito ao consumo, que apresentava (em novembro), um crescimento superior a 13%.

O fraco crescimento económico, o peso dos NPL (*Non Performing Loans* - crédito mal parado) que ainda sobrecarregam a maior parte dos Bancos, e a necessidade de reduzir ou controlar os rácios de transformação, explicam em grande medida esta evolução negativa do crédito.

Do lado dos depósitos, a evolução foi positiva, 2,5% de variação anual em Novembro (últimos dados divulgados). Os depósitos de particulares e empresas cresciam também em novembro (em termos homólogos), 1,3% e 8,3%, respetivamente.

A evolução dos depósitos junto do sistema financeiro português parece confirmar a tendência para o aumento da taxa de poupança, apesar de se manter um enquadramento de taxas de juro historicamente muito baixas, o que motiva os aforradores a procurar alternativas que ofereçam taxas mais interessantes. Uma dessas alternativas poderá ser a de investir em dívida pública.

O ano de 2016 caracterizou-se por alguma volatilidade no que à evolução das *yields* da dívida pública portuguesa diz respeito. De facto, logo imediatamente no início do ano, assistiu-se a um movimento de subida das *yields* que viriam a atingir o máximo em meados de fevereiro, mês em que a YTM da OT a 10 anos atingiu os 4,10%.



Fonte: Bloomberg

Após esse máximo, verificou-se um movimento de alívio da pressão sobre a dívida pública de Portugal e dos outros periféricos, que se amplificou após a decisão de novo corte de taxas e aprofundamento do “*Quantitative Easing*” na reunião do Banco Central Europeu de 10 de março.

No final do ano, com eleição de Trump e as medidas anunciadas propiciadoras de inflação e incremento da dívida, as *yields* voltaram a subir pelo efeito de contágio e pela aversão aos ativos de maior risco. A YTM da OT a 10 anos encerrou 2016 refletindo um valor muito próximo dos 3,75%.

O IGCP optou durante 2016 por manter a emissão de uma parte significativa da dívida através de Bilhetes do Tesouro (curto prazo), conseguindo desta forma controlar os custos associados ao financiamento do Estado português. As taxas associadas a estes instrumentos mantiveram-se negativas ou muito próximas de zero durante todo o ano.

Ao nível das ações, manteve-se a tendência negativa do mercado português, tendo o principal índice perdido cerca de 12% em 2016.

Os baixos volumes, a constante desvalorização dos títulos das principais empresas e os persistentes problemas do sistema financeiro, entre outros, têm reduzido a atratividade deste mercado para locais e estrangeiros.

## **5. SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO BPG EM 2016**

### **BANCA COMERCIAL**

Um dos objetivos subjacentes ao lançamento do Banco Português de Gestão foi o apoio a instituições e empresas que desenvolvessem as suas atividades no âmbito do chamado terceiro setor, como por exemplo Santas Casas da Misericórdia, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Cooperativas, Fundações, Mutualidades, Municípios, Empresas Municipais, entre outras entidades públicas e/ou privadas com foco na economia social.

A atividade do Banco foi-se desenvolvendo ao longo dos anos, refletindo-se no incremento do número de clientes e de produtos e serviços oferecidos. Este crescimento traduziu-se também na diversificação da atividade em termos globais e consequentemente no desenvolvimento de uma atividade comercial também orientada para o segmento empresarial.

Atualmente, a área comercial do Banco Português de Gestão é direcionada para segmentos de clientes no território nacional, privilegiando as instituições de economia social e as médias empresas, e tendo como principal objetivo um relacionamento mutuamente rentável assente na proximidade ao cliente.

O ano de 2016 ficou pautado por alguma contenção na concessão de novo crédito, tendo-se procurado canalizar recursos para operações de qualidade e de dimensão adequada.

A par das duas operações de aumento de capital realizadas no ano, em 2016 foram realizados reforços importantes dos níveis de imparidade da carteira de crédito, traduzindo-se na melhoria da qualidade da carteira líquida.

Do lado dos depósitos, o ano caracterizou-se por uma renovada atividade de captação, em particular na parte final do ano, traduzida no ingresso de novos clientes e na consequente entrada de recursos adicionais, tendência esta que se manteve no início do ano de 2017.

A margem financeira viu-se penalizada em 2016, refletindo não só a descida sustentada das taxas de juro, mas também o ambiente concorrencial mais intenso e a evolução da dimensão da carteira de crédito.

Finalmente, no que se refere à carteira de imóveis constituída em resultado das dações em cumprimento, foram registadas novas entradas durante o ano de 2016 e foi também reforçado o empenho no sentido de alienar e/ou rentabilizar os imóveis em questão.

### **Economia Social**

À semelhança dos anos anteriores, em 2016 o Banco manteve o seu apoio a projetos sociais e procurou angariar novos clientes através do financiamento de projetos ligados

à prestação de serviços de saúde (cuidados continuados), aos idosos (Lares), à infância, às pessoas com necessidades especiais (Creches, Centros de Atividades Ocupacionais), entre outros.

Ao longo do ano foi feito o acompanhamento próximo dos créditos em curso, bem como da situação económico-financeira dos clientes, o que em alguns casos se veio a traduzir na implementação de soluções de renegociação de financiamentos.

### **Serviços a Empresas (Corporate Finance)**

A atuação desta área durante o ano de 2016 esteve focada no esforço de originação de operações de assessoria financeira e de mercado de capitais. Assessoriamente, foram também detetadas e angariadas operações de crédito.

Destaca-se ainda o envolvimento em operações de dívida, nomeadamente na colocação em mercado primário de emissões de papel comercial e no acompanhamento de emissões obrigacionistas, bem como a elaboração de *fairness opinions* e a colaboração no acompanhamento de algumas operações de crédito, de participações financeiras e na análise de *dossiers* específicos.

## **MERCADOS FINANCEIROS**

O trabalho realizado pela Direção de Mercados Financeiros, durante o ano de 2016, teve como objetivos fundamentais assegurar permanentemente a existência de níveis adequados de liquidez, conseguir a obtenção de resultados positivos na gestão da carteira própria e manter a prestação de serviços de qualidade aos clientes, tendo em vista a máxima rentabilidade possível em função do menor risco assumido.

De uma forma global, apesar de uma envolvente externa volátil e da ocorrência de eventos inesperados com impacto sobre os mercados, foram atingidos resultados positivos.

### **Carteira Própria**

A Direção de Mercados Financeiros pautou a sua atuação pela prudência, cumprindo de forma rigorosa, orientações e limites procedentes do Comité de Investimento do Banco.

### **Obrigações**

Na carteira proprietária de obrigações, mantendo-se a envolvente de taxas extremamente baixas ou negativas, procurou-se o incremento do retorno através da *yield*, apostando-se na periferia (sobretudo Portugal e Itália) e na extensão das maturidades detidas. A duração média da carteira oscilou quase sempre entre 5 e 6 anos, com *yields* na maior parte dos casos superiores a 1%. Globalmente, os resultados desta carteira foram positivos, sendo a redução no “*Market Value*” amplamente compensada pelos juros recebidos e corridos.

Será importante referir que parte da carteira se manteve entregue no BCE para efeitos de *pool* de colateral, permitindo desta forma a manutenção das operações de refinanciamento junto deste à taxa de 0%. A restante carteira, sendo na sua maioria ativos de alta qualidade e liquidificáveis, contribuíram de forma significativa para o cumprimento do rácio de liquidez (LCR - DA) a que o Banco está obrigado.

O investimento caracterizou-se pela aposta já referida na periferia, através da compra de dívida soberana de Portugal, Itália, Irlanda e também na aquisição ou reforço de alguns emitentes/empresas portuguesas. O valor total desta carteira oscilou entre os € 29 milhões e os € 33 milhões.

No final do ano, após a eleição de Donald Trump e com a expectativa generalizada de subida de *yields*, optou-se por efetuar uma cobertura com futuros sobre o Bund a cerca de 15% da carteira.

### **Ações**

A exposição a ações repartiu-se por dois portfólios (Fundos/ETFs e Investimento), tendo existido ao longo do ano um valor médio aplicado próximo de Eur 7 milhões. Os retornos gerados foram positivos, especialmente no portfólio de Fundos/ETFs. A taxa de rentabilidade média anual fixou-se pouco acima de 3%, o que compara favoravelmente com o retorno de 0,7% gerado pelo Eurostoxx50 durante o ano de 2016. No portfólio Investimento o retorno médio situou-se nos 3,58%.

Em ambos os portfólios procurou-se sempre uma mitigação dos riscos através da diversificação geográfica, embora tenha existido uma propensão natural a uma maior exposição aos mercados europeu e norte-americano.

### **Tesouraria**

Na gestão da tesouraria do Banco, procurou-se que fosse sempre assegurada a existência de níveis de liquidez adequados às necessidades correntes da Instituição.

Dado o nível reduzido ou negativo das taxas oferecidas para aplicações de curto prazo, o Banco optou por manter a liquidez diária disponível à ordem em contas operacionais ou efetuar depósitos junto do BCE, que, apesar de remunerados a taxas negativas, contribuíram positivamente para o cumprimento do rácio de liquidez (LCR - DA).

Ao nível das tomadas, utilizaram-se os limites existentes no mercado monetário e as linhas de crédito disponíveis com várias instituições.

Em 2016, foram utilizadas as linhas de financiamento disponíveis no BCE. O Banco amortizou € 9,5 milhões em setembro, relativos à TLTRO I (Targeted Longer Term Refinancing Operation), tendo nessa mesma data utilizado a facilidade relativa à TLTRO II para com o mesmo montante beneficiar de condições mais vantajosas. No final de 2016 estavam tomados € 18 milhões junto do BCE, existindo a hipótese de utilizar adicionalmente um valor superior a € 9 milhões, ao abrigo dos limites disponíveis para as operações TLTRO II.



A evolução positiva da carteira de depósitos do Banco deverá permitir uma menor utilização das linhas de crédito no futuro.

### **Cientes (Gestão de Ativos)**

As carteiras dos clientes com ativos sob gestão tiveram um comportamento positivo durante o ano de 2016. Comparando com os “benchmarks” de referência definidos pelos clientes, a performance foi tipicamente superior e na maior parte dos casos por larga margem. Concretamente, a média das rentabilidades obtidas para os clientes superou a média das rentabilidades dos “benchmarks” em cerca de dois pontos percentuais.

Durante o ano de 2016, manteve-se a aposta em obrigações de emitentes periféricos. Na componente ações optou-se por alocações em Fundos e ETFs da Europa e EUA. Foi ainda feito um esforço no sentido de obter uma maior diversificação dos portfólios.

No que respeita aos montantes totais sob gestão, ocorreu uma diminuição, relacionada com a necessidade de um desinvestimento parcial por um dos clientes. No final de dezembro, o montante sob gestão situava-se em € 5,7 milhões.

### **ÓRGÃOS DE ESTRUTURA**

Sendo esta a face menos visível do Banco, os chamados órgãos de estrutura, nas suas diversas componentes, são essenciais ao funcionamento corrente da Instituição, quer pelo suporte operacional e de controlo conferido através das suas rotinas diárias, quer pelo desenvolvimento de projetos de maior alcance e duração que visam habilitar o Banco com as condições necessárias à prestação de serviços em maior número e qualidade aos seus clientes, bem como ao cumprimento das múltiplas obrigações e deveres legais e regulamentares associados à atividade desenvolvida.

### **Contabilidade e Operações**

A atividade desta direção compreendeu três vertentes: contabilidade, *Back-Office* e recursos humanos.

Na área de Contabilidade, destaca-se a implementação/aperfeiçoamento de soluções de controlo, no âmbito de projetos de natureza legal ou regulamentar, que permitiram assegurar mais eficazmente a conformidade com a mais recente legislação em vigor nas vertentes contabilística e fiscal.

A Contabilidade coordenou e participou em vários projetos, em estreita colaboração com outras direções do Banco e entidades externas, destacando-se a continuação da elaboração e alterações do Plano de Liquidez e Capital, nomeadamente *ALMM* (*Additional Liquidity Monitoring Metrics*) e *LCR - DA* (*Liquidity Coverage Ratio*), alterações decorrentes de um enquadramento regulamentar em constante mudança e

que têm representado grandes desafios para as instituições financeiras, nomeadamente no que se refere à capacidade de produção e disponibilização de informação para suporte do processo de supervisão prudencial e para apoio e suporte à informação de gestão do negócio.

A preparação das Demonstrações Financeiras do Banco, tendo sempre como objetivo a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada, foi realizada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas pela União Europeia, tal como determinadas pelo Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal.

Na área de *Back-Office*, foi assegurada, no primeiro trimestre do ano e em articulação com o Banco de Portugal e a Interbolsa, a implementação da TARGET2-Securities (T2S), uma plataforma única partilhada, que disponibiliza serviços harmonizados de liquidação de títulos em moeda, do Banco Central às Centrais de Depósito de Títulos (CDT) participantes, que por sua vez oferecem serviços de valor acrescentado aos seus clientes.

O desenvolvimento tecnológico concebido para o TARGET2 procura garantir o nível de robustez e de segurança já existentes, ao mesmo tempo que otimiza a liquidação de títulos na Europa. Traz consigo um novo conceito na liquidação, associado ao facto de na mesma plataforma se encontrarem integradas as contas de títulos e de tesouraria, para liquidação de títulos em moeda de Banco Central.

Na área de Recursos Humanos foi feita a gestão administrativa, nomeadamente a execução de todas as tarefas legais, inerentes à contratação, manutenção e desvinculação de colaboradores, assegurando-se o cumprimento das várias obrigações legais decorrentes desses contratos, com particular ênfase nas obrigações perante a Autoridade Tributária e Segurança Social.

Foi também assegurada a ligação à empresa externa que faz o acompanhamento e a verificação da boa execução dos princípios aplicados às atividades de segurança, higiene e saúde do trabalho. No âmbito do trabalho normal, foram feitas avaliações de risco nos locais de trabalho com identificação de perigos e de riscos.

### **Sistemas de Informação**

A Direção de Sistemas de Informação do Banco Português de Gestão divide-se em duas grandes áreas, a de Sistemas, que mantém toda a infraestrutura relacionada com sistema central, redes e periféricos, e a de Desenvolvimento, que tem a responsabilidade da gestão e desenvolvimento dos projetos, bem como da manutenção das aplicações existentes.

Em 2016, a atividade da área de Sistemas de Informação pautou-se pelo cumprimento da sua missão de assegurar uma melhor prestação do serviço nas áreas de negócio e consequentemente permitir obter uma maior eficiência operativa da prestação de serviços aos clientes. Ainda nesta linha de desenvolvimento destaca-se a implementação de distintos mini projetos, para responder às exigências de supervisão.

O processo de transformação digital iniciado em 2015 com o BPGNet tem como grande objetivo uma melhoria do serviço de *homebanking* de Particulares e Empresas, disponibilizando mais serviços e funcionalidades. As tecnologias digitais representam uma enorme oportunidade de mudança, de modernidade e de eficácia da rede comercial do BPG, sendo por esta razão consideradas um projeto relevante para 2017.

### **Serviços Jurídicos**

Cabe à Direção de Serviços Jurídicos (DSJ), enquanto unidade de estrutura, apoiar a atividade comercial desenvolvida pelo Banco e bem assim, prestar aconselhamento jurídico às decisões de gestão, emitir pareceres a pedido da Administração e dos diversos departamentos do Banco, bem como exercer a responsabilidade do seu contencioso.

Em 2016, a DSJ desenvolveu a sua atividade com especial enfoque nos seguintes vetores: (i) formalização de operações de crédito e conexas, (ii) representação do Banco em processos judiciais e (iii) elaboração de pareceres e informações.

A intervenção da DSJ em sede judicial consubstanciou-se na representação do Banco, quer em processos de recuperação de crédito, quer em processos de insolvência e de natureza fiscal.

Acompanhou, também, a DSJ a atividade internacional desenvolvida pela Instituição, nomeadamente no Brasil, colaborando na gestão dos dossiers, nas suas mais variadas valências, enquanto *team leader* de equipa integrada também por advogados brasileiros.

Manteve, assim, o seu habitual contributo para a equipa BPG, num relacionamento próximo com os demais departamentos do Banco, com o intuito comum de assegurar o tratamento dos diversos assuntos que integram a atividade da instituição, rumo a uma eficácia que se pretende cada vez maior, como maiores são as exigências que o mercado e o dinamismo legal colocam.

### **Funções de Controlo**

Relativamente às Funções de Controlo, dá-se nota dos seguintes destaques, sendo que relativamente à Gestão de Risco se remete para capítulo próprio.

### **Compliance**

No ano de 2016, considerando que o modelo de negócio desenvolvido pelo Banco não diferiu, na substância, daquele desenvolvido durante o ano anterior, entendeu-se continuar a identificar as áreas (i) da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, (ii) de KYC (*“Know your customer”*) e (iii) da prevenção do abuso de mercado (intermediação financeira) como espaços vetoriais da Função de *Compliance*, constitutivas do seu *core* e, como tal, merecedoras de particular atenção.

No que à matéria da Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo (“*AMLCTF*”) diz respeito, foi preocupação maior a monitorização das operações bancárias tipicamente utilizadas para o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, como sejam as transferências bancárias a crédito e a débito – com especial relevo para as primeiras, como potencial porta de entrada no sistema bancário nacional e da União Europeia de capitais de proveniência ilícita – e depósitos em numerário.

Nesta sequência, foram analisadas operações identificadas como potencialmente suspeitas, quer por iniciativa própria, quer na decorrência de comunicações efetuadas pelas demais áreas, no cumprimento dos procedimentos que internamente se encontram em vigor e que materializam a importância que se reconhece ao papel que as Instituições Financeiras devem desempenhar neste combate, em linha com os deveres legais e regulamentares que lhes estão cometidos.

Em sede de KYC destaca-se a contínua monitorização da carteira de clientes, visando o escrutínio da conformidade dos *Dossiers* de Abertura de Conta com a legislação/regulamentação vigente e as boas práticas instituídas.

Ademais, se, por um lado, a Função de *Compliance* desempenha uma verificação da conformidade da atuação do Banco no cumprimento das normas legais e procedimentos internos instituídos com referência à matéria de KYC – vertente ativa –, por outro, também dá resposta às solicitações dirigidas pelas contrapartes com quem o Banco se relaciona, no sentido de fornecer os elementos necessários ao estabelecimento de uma relação de negócio, designadamente, confirmando que o Banco cumpre com os *standards* internacionalmente adotados – vertente passiva.

No que concerne à área operacional da Sala de Mercados, na vertente da atividade de intermediação financeira desenvolvida por conta de clientes, foram monitorizadas as transações de instrumentos financeiros, as quais foram objeto de posterior verificação e validação.

Numa outra latitude merecem destaque outros dossiers que justificaram a intervenção, designadamente em sede de Normativos Internos, FATCA e CRS.

Finalmente, continuou a assegurar-se o contributo na elaboração e no respetivo envio de reportes aos Reguladores em matéria de PBC/FT.

### **Auditoria Interna**

Um dos pilares em que assenta o Sistema de Controlo Interno (SCI) é a monitorização do próprio sistema, executada com vista a assegurar em permanência a sua adequação, eficácia e eficiência e a garantir a identificação de eventuais deficiências, oportunidades de melhoria, ou medidas de fortalecimento.

A Função de Auditoria Interna (FAI) tem uma linha de reporte direta ao Conselho de Administração. De modo a cumprir com a sua missão de forma eficaz, tem livre acesso sem restrições a toda a documentação, aplicações Informáticas, arquivos informáticos,

e lugares físicos do Banco. Pretende-se assim assegurar o objetivo de as suas inspeções exercerem a avaliação, com carácter permanente e independente e de acordo com plano previamente estabelecido, da adequação e eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno.

Como terceira linha de defesa do sistema de gestão de risco e de controlo interno, a Função de Auditoria Interna atua com total independência em relação às primeira e segunda linhas, assegurando-se assim que testes ou outras ações realizados sobre controlos e atividades das primeira e segunda linhas são desenvolvidos como parte da sua incumbência de certificação independente.

## 6. GESTÃO DE RISCOS

### Introdução

O ano de 2016 encontra-se repleto de acontecimentos que afetaram (e se prevê que continuem a afetar) largamente a economia nacional, reforçando a importância da existência de meios e políticas eficazes para o controlo e monitorização de riscos.

A Gestão de Riscos tem vindo a executar o seu trabalho numa base de total independência e imparcialidade por forma a garantir rigor nas análises e pareceres, sendo estes apresentados em Conselho de Crédito, Comité de Investimentos, Comité de Organização e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, tendo adicionalmente participação na elaboração de relatórios para Auditores e Supervisores.

De seguida, são analisados mais detalhadamente os principais riscos em que o Banco incorre:

- Risco de Crédito
  - a) Risco de Concentração
  - b) Risco da Carteira de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco de Taxa de Juro
- Risco de Liquidez
- Risco Operacional

O Banco está também sujeito a outros riscos, de menor dimensão e impacto, nomeadamente risco de Sistemas de Informação, cambial, *compliance* e reputacional, sendo que a política de gestão destes últimos é transversal a todos os colaboradores e áreas.

O Banco Português de Gestão tem bem claro que é tão importante a mitigação do maior número possível de riscos como a sua capacidade de captação de novos negócios e investimentos.

### Risco de Crédito

É da competência da Função de Gestão de Riscos a elaboração de pareceres de risco das operações apresentadas, bem como a monitorização e acompanhamento ao longo da vigência do crédito, no sentido de avaliar a capacidade dos clientes de fazerem face aos compromissos assumidos perante o Banco. O maior desafio reside na capacidade de encontrar um equilíbrio entre a qualidade do crédito e o crescimento da carteira, sendo que o banco aplica medidas de mitigação do risco de crédito, designadamente através da obtenção de garantias de natureza real ou pessoal.

Aquando da elaboração do parecer para concessão de crédito, seja a empresas, projetos ou instituições, são analisados diversos indicadores basilares:

- Filtros primários: Verificação se o cliente se encontra em incumprimento junto da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal ou se tem dívidas à Autoridade Tributária e/ou à Segurança Social.
- Análise de exposição individual ou setorial com base em limites definidos pelo Banco.
- Análise da *performance* económico-financeira do cliente através de um modelo de avaliação do risco interno.

Diga-se ainda que, para a realização de uma análise rigorosa do Risco de Crédito, e pelo Acordo de Basileia II, o Banco Português de Gestão definiu genericamente os seguintes princípios:

- Aquando da concessão de crédito e com vista a garantir uma correta determinação do perfil de risco das operações, bem como o grau de exposição a contrapartes, o Banco Português de Gestão efetua uma análise qualitativa e quantitativa do crédito, devendo a Função de Gestão de Riscos (tendo em consideração os níveis de alerta definidos e a análise efetuada), conforme definido no Regulamento do crédito, elaborar um parecer, pronunciando-se sobre o risco da operação, bem como o *spread*, montante e garantias propostos pela Direção Comercial.
- Durante a vigência dos contratos de crédito, a Função de Gestão de Riscos, juntamente com a Direção Comercial, faz um acompanhamento regular dos clientes com vista a determinar eventuais aumentos de imparidade quer por via da antiguidade dos colaterais quer por via de uma deterioração da sua situação económico-financeira, pretendendo-se com esta análise estimar a perda potencial.

### **Risco de concentração**

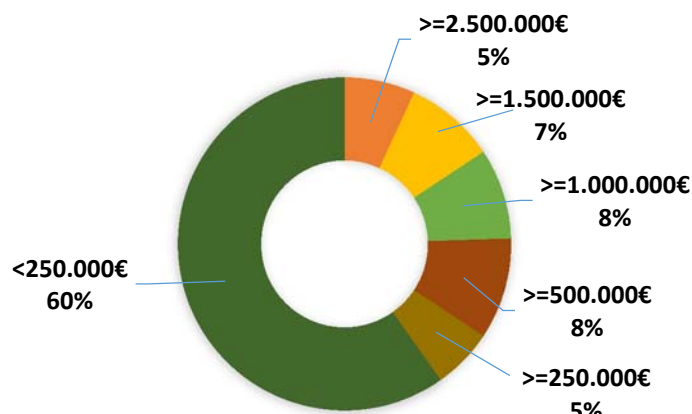
A existência e análise deste risco resulta da presença de fatores de risco comuns entre diferentes contrapartes, de tal modo que este se configura como um dos principais fatores de perda a que uma instituição de crédito pode estar exposta.

Deste modo, torna-se importante a análise do risco de concentração por forma a mitigar a elevada exposição a um setor ou a uma contraparte que, em caso de choque severo, possa criar um cenário de perdas significativas que afetem a própria solvabilidade do Banco.

#### ***Risco de concentração individual***

Realizando uma segmentação dos clientes numa base individual, vemos que 60% do número de clientes têm uma exposição até € 250.000 correspondendo a 6% do valor total da carteira de crédito. 25% dos clientes apresentam uma exposição igual ou superior a € 1.000.000, perfazendo 83% do total da carteira.

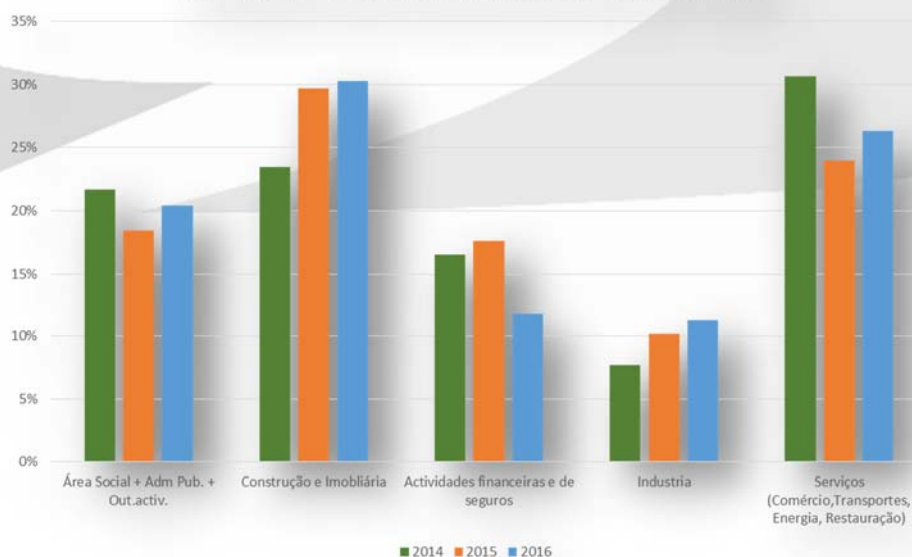
#### Nº CLIENTES POR CARTEIRA



#### Risco de Concentração Setorial

O Banco mantém o foco original da sua atividade, com o apoio à Economia Social a aumentar em 2016 e atingindo 19% da carteira de crédito. O setor da Construção e Imobiliário mantém-se como o mais representativo, com um peso (na carteira) superior a 30%.

Evolução do peso setorial da carteira de crédito



#### Risco de Mercado

O Risco de Mercado tem genericamente como base a variação potencial do valor de um ativo financeiro com a respetiva probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, em virtude de flutuações não antecipadas do mercado, nomeadamente ao nível de taxas de juro, taxas de câmbio, cotação das ações e preços de mercadorias. A gestão e análise do Risco de Mercado passa por uma avaliação do



risco e ponderação da rentabilidade da operação, com o objetivo de não perder oportunidades de investimento e avaliar a potencial desvalorização da carteira de títulos causada por eventos adversos.

A Função de Gestão de Riscos trabalha em conjunto com a Direção de Mercados Financeiros no estabelecimento de limites de risco e na definição de níveis de alerta.

Outro órgão com um papel importante, no que Risco de Mercado diz respeito, é o Comité de Investimento, que define limites de *Stop Loss* e de exposição das contrapartes tanto em termos individuais como setoriais, dando também orientações de investimento.

A avaliação do Risco de Mercado é realizada através do modelo “VaR”, que estima a perda potencial máxima diária da carteira com um nível de confiança de 99%.

Em 2016, o valor médio da carteira de títulos cifrou-se em € 42 milhões, com a carteira de obrigações a registar o maior peso entre as várias classes de ativos, correspondendo a 73% do total.

### **Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro está associado às oscilações no valor dos instrumentos financeiros fruto de alterações nas taxas de juro. A sua análise tem por objetivo proteger o rendimento líquido associado à atividade de intermediação.

É da responsabilidade da Direção de Mercados Financeiros e da Direção Comercial o primeiro controlo deste risco no intuito de conciliar a salvaguarda do Banco e dos seus interesses com a necessidade de se assegurar a rentabilidade das operações.

Deste modo, ao nível da Direção de Mercados Financeiros, foi adotada a cobertura de risco da taxa de juro através de Futuros. Os Instrumentos com taxa fixa que o Banco detém são essencialmente obrigações que poderão ser vendidas caso as condições de mercado assim o justifiquem.

Já no que respeita à Direção Comercial, as propostas para operações ativas ou passivas também têm em conta o referido anteriormente, tanto no que diz respeito à maturidade como à utilização de taxas de juro fixas ou variáveis. No que respeita a operações passivas, essencialmente Depósitos a Prazo, o risco é mitigado pelo facto de estes terem tipicamente um prazo inferior a um ano e por nas operações ativas o indexante ser também usualmente revisto com uma periodicidade inferior a um ano.

A política implementada prevê a realização de *Stress Tests* relativamente ao impacto que poderá sentir-se ao nível dos Capitais Próprios e da Margem Financeira.

Entre as medidas de mitigação do risco de taxa de juro destacam-se as seguintes:

- Definição de limites de risco em função da maturidade dos produtos;

- Adoção para cada *bucket* temporal de operações ativas e passivas de taxas variáveis e fixas de montantes idênticos;
- Venda de títulos/ e ou da carteira de crédito para corrigir desequilíbrios;
- Contratação de operações de *Swap* de Taxa de Juro.

### **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez assume uma relevância crescente. É cada vez maior o rigor com que se analisam dados e se executam investimentos, havendo também uma densificação da regulamentação e controlo por parte dos reguladores.

Deste modo, a gestão deste risco destina-se a avaliar e a controlar a possibilidade de ocorrência de uma perda resultante da incapacidade de o banco, num determinado momento, satisfazer os seus compromissos. A análise da liquidez é realizada primeiramente pela área de operações e posteriormente pela Comissão Executiva e Comité de Investimentos, que têm à sua responsabilidade a avaliação do *mismatch* de liquidez no curto prazo.

A evolução do Risco de Liquidez está ainda em grande parte relacionada com a conjugação das seguintes variáveis:

- Carteira de crédito: em situações em que se verifiquem incumprimentos por parte dos clientes, bem como em situações de crescimento da carteira, podem registar-se impactos significativos no Risco de Liquidez - medido e analisado pela Função de Gestão de Riscos e reportado ao Conselho de Administração;
- Investimentos na Carteira Própria - analisada pelo Comité de Investimentos;
- Captação de Recursos de Clientes;
- Manutenção de Linhas de Mercado Monetário interbancário e de Linhas *Stand-by*.

### **Risco Cambial**

Embora sujeito a este risco, o Banco Português de Gestão não considera que este seja expressivo, já que a exposição que não está coberta por instrumentos de proteção atinge um montante de cerca de 5% do balanço, distribuído por cinco moedas, sendo o USD a mais representativa.

Caso se venham a verificar alterações significativas entre os ativos e passivos distribuídos pelas diferentes moedas será importante dispor de mecanismos de proteção efetivos.

## Risco Operacional

O Risco Operacional traduz-se no “risco das perdas resultantes de falhas ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas ou devido a fatores externos”, não havendo, no Banco Português de Gestão, registo histórico de perdas significativas resultantes de risco.

Sendo a banca um dos setores mais expostos a oscilações dos mercados e a uma enorme competitividade, a regulamentação de Basileia II veio estabelecer a obrigação da existência de uma percentagem mínima de fundos próprios afeta à cobertura do Risco Operacional.

Em 2016 o Banco Português de Gestão iniciou os procedimentos necessários para a formalização deste risco por forma a enquadrá-lo na matriz de riscos do Banco, tendo sido aprovado o regulamento de Risco Operacional e consequentemente iniciada a implementação da política, através de um questionário de *self assesement* distribuído pelos diversos responsáveis.

## 7. PRINCIPAIS INDICADORES

### SÍNTESE DE INDICADORES

euros

|   | 31/12/2016  | 31/12/2015  | Var. 16/15 |
|---|-------------|-------------|------------|
| <b>Balanço</b>                                  |             |             |            |
| Ativo total                                     | 130.380.120 | 153.662.366 | -15,2%     |
| Crédito a clientes (bruto)                      | 73.990.999  | 86.066.789  | -14,0%     |
| Recursos totais de clientes                     | 86.205.094  | 106.813.908 | -19,3%     |
| Depósitos de clientes                           | 52.992.740  | 64.913.914  | -18,4%     |
| Crédito total líquido / Depósitos de clientes   | 100,7%      | 110,7%      |            |
| <b>Resultados</b>                               |             |             |            |
| Resultado líquido                               | (8.758.962) | (9.597.762) | -8,7%      |
| Margem financeira                               | 1.240.887   | 1.589.664   | -21,9%     |
| Produto bancário                                | 1.049.902   | 2.442.682   | -57,0%     |
| Custos operacionais                             | (4.337.360) | (3.887.693) | 11,6%      |
| Imparidade do crédito (líquida de recuperações) | (6.769.816) | (9.351.890) | -27,6%     |
| Outras imparidades e provisões                  | (550.960)   | (781.620)   | -29,5%     |
| <b>Impostos sobre lucros</b>                    |             |             |            |
| Correntes                                       | 91.485      | 63.431      | 44,2%      |
| Diferidos                                       | (1.940.757) | (2.044.181) | -5,1%      |
| <b>Rendibilidade</b>                            |             |             |            |
| Produto bancário / Ativo líquido                | 0,8%        | 1,6%        |            |
| Rendibilidade do Ativo (ROA)                    | -6,7%       | -6,2%       |            |
| Resultado antes de impostos / Ativo líquido     | -8,1%       | -7,5%       |            |
| Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)       | -39,2%      | -49,7%      |            |
| Resultado antes de impostos / Capitais próprios | -47,4%      | -59,9%      |            |
| <b>Qualidade do crédito</b>                     |             |             |            |
| Rácio de crédito em risco                       | 29,4%       | 18,1%       |            |
| Rácio de crédito com incumprimento              | 29,5%       | 17,5%       |            |
| Rácio de cobertura de crédito em risco          | 101,0%      | 97,2%       |            |
| Rácio de cobertura de crédito com incumprimento | 100,8%      | 100,8%      |            |
| <b>Rácios de eficiência</b>                     |             |             |            |
| Custos operacionais / Produto bancário          | 413,1%      | 159,2%      |            |
| Custos com o pessoal / Produto bancário         | 198,5%      | 76,9%       |            |
| <b>Capital</b>                                  |             |             |            |
| Rácio common equity Tier I Capital              | 21,6%       | 20,8%       |            |
| Total Capital Rácio                             | 22,3%       | 26,3%       |            |

## 8. PERSPETIVAS DA ATIVIDADE PARA 2017

Os mercados financeiros deverão ser sensíveis à maior incerteza provocada por alterações recentes do enquadramento político/económico e pelo desfecho com elevado grau de risco de determinados eventos futuros, esperando-se por isso um incremento da sua volatilidade em 2017.

Nos EUA, as regras do jogo alteraram-se com a eleição de Donald Trump. No entanto, ainda é cedo para se perceber a capacidade que a nova administração terá para impor determinadas políticas, bem como o impacto que estas poderão ter. O que parece claro é que grande parte das medidas prosseguidas por Trump implicarão um agravamento das contas públicas norte americanas e, por essa via, também a dívida norte americana deverá crescer. Este enquadramento, aliado à expectativa de um maior crescimento económico com inflação, deverá traduzir-se na subida das taxas das obrigações americanas e poderá sustentar a valorização dos mercados acionistas.

Na Europa, o BCE deverá manter os estímulos às economias, sobretudo se se levar em conta o ainda tímido crescimento em alguns países e o calendário eleitoral dos próximos meses - eleições na Holanda, em França e na Alemanha e, possivelmente na Itália, trazem incerteza quanto ao comportamento dos ativos financeiros da Zona Euro. No entanto, existem expectativas positivas relacionadas com a recuperação económica já em curso e com a evolução da taxa de inflação, já traduzidas em vários sinais favoráveis em vários países europeus, incluindo Portugal, e que se deverão consolidar ao longo do ano de 2017.

A área da Banca Comercial do Banco deverá prosseguir a sua atividade de concessão de crédito de forma criteriosa, apontando para um crescimento sustentado focado nas empresas de média dimensão e nas entidades da economia social, previsivelmente traduzido numa evolução global ao longo do ano consistente com uma redução do rácio de transformação.

Também as atividades de prestação de serviços e de mercado de capitais deverão conhecer um desenvolvimento criterioso durante o ano já em curso, tendo-se neste caso em vista a realização de operações de valor acrescentado e geradoras de comissões com empresas e instituições selecionadas não só dentro do conjunto atual de clientes, mas também do universo de clientes-alvo.

A atividade de captação de *funding*, nomeadamente depósitos, deverá conhecer um novo ímpeto em 2017, chegando a novos clientes e utilizando novos meios, assumindo um papel essencial para dotar o Banco dos recursos necessários ao crescimento da sua atividade.

No que à área de Mercados Financeiros diz respeito, para 2017 espera-se uma evolução positiva do *funding*, nomeadamente dos depósitos, que permita um crescimento significativo da carteira própria de ativos. Deverá manter-se, por razões prudenciais e operacionais, o reforço da carteira de obrigações, procurando a obtenção de *yields* mais atrativas, através de apostas em periféricos com maturidades intermédias na curva de

rendimentos. Será efetuado um esforço no sentido da mitigação dos riscos de mercado e taxa de juro da carteira de obrigações, através de uma redução da duração e da utilização de coberturas parciais com futuros.

Nas ações, classe de ativos em que se considera existir o maior potencial de valorização, deverá ocorrer um reforço significativo dos montantes investidos. Os mercados privilegiados continuarão a ser o europeu e o norte-americano, considerando-se neste último caso que a eleição de Donald Trump deverá ter um efeito positivo que se prolongará para o conjunto do ano.

Em 2017, a Direção de Mercados Financeiros incrementará a gestão de ativos de novos clientes, em colaboração ativa na sua captação com a Direção Comercial.

Na gestão da Tesouraria do Banco, procurar-se-á que existam sempre as folgas adequadas, com especial atenção para o cumprimento dos diferentes rácios, nomeadamente o LCR - DA (rácio de liquidez), cujo grau de exigência será crescente em 2017. A liquidez existente deverá ser, em qualquer momento, a necessária e suficiente para as necessidades correntes de tesouraria da Instituição.

Serão realizados esforços no sentido da abertura de novas linhas de MMI (Mercado Monetário Interbancário) e da renovação de algumas das linhas de crédito cujo vencimento irá ocorrer em 2017.

No global, espera-se assim que 2017 seja o ano de relançamento do negócio do Banco Português de Gestão, de uma forma rentável e sustentável, assente numa base de *funding* maior e mais alargada, e traduzida num crescimento criterioso da carteira de crédito e da carteira própria (de títulos).

## **9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Tendo presente o disposto na alínea b) do nº 5 do artº 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa não ter conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2016 que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo naquela data, ou que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas.

## **10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

No exercício de 2016, o Banco Português de Gestão obteve um resultado negativo depois de impostos de € 8 758 962.

O Conselho de Administração propõe que o montante dos resultados obtidos no exercício seja levado, na sua totalidade, à conta de Resultados Transitados.

## 11. REFERÊNCIAS FINAIS

É oportuno e justo fazer uma referência de agradecimento aos colaboradores do Banco, pela forma como cumpriram ao longo do ano de 2016 as responsabilidades que lhes foram confiadas, bem como aos clientes e contrapartes, pela confiança evidenciada na Instituição.

É igualmente de salientar a qualidade do relacionamento estabelecido com as entidades de supervisão (Banco de Portugal e Comissão de Mercados de Valores Mobiliários), bem como com os restantes órgãos sociais, em especial no que se refere ao órgão de fiscalização (Conselho Fiscal) e ao Revisor Oficial de Contas, a todos sendo devida nota de muito apreço pela atenção com que foi acompanhada a atividade desenvolvida pelo Banco e pela qualidade e pertinência das recomendações e sugestões que, no âmbito das respetivas competências, foram formuladas, todas elas contribuindo para que a Instituição, sem perder de vista o princípio da proporcionalidade que sempre deverá estar presente na prossecução desse objetivo, convirja, na sua globalidade e em todas as suas dimensões, para um patamar de elevada qualidade e de boas práticas.

Lisboa, 9 de março de 2017

### **Presidente**

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino

### **Vice-Presidentes**

Mário José Brandão Ferreira

Mário Patinha Antão

### **Vogais**

Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz

Luís António Gomes Moreno

João Ricardo Chícharo Folque

## 12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

| Montantes expressos em Euros   |          |                     |                           |                     |
|--|----------|---------------------|---------------------------|---------------------|
|  | Nota     | 31/dez/2016         | 31/dez/2015<br>Reexpresso | 31/dez/2015         |
| Juros e rendimentos similares  | 5        | 3.301.214           | 4.167.989                 | 4.167.989           |
| Juros e encargos similares   | 5        | (2.060.327)         | (2.578.325)               | (2.578.325)         |
| <b>Margem financeira</b>   |          | <b>1.240.887</b>    | <b>1.589.664</b>          | <b>1.589.664</b>    |
| Rendimentos de instrumentos de capital   |          | 45.640              | 40.656                    | 40.656              |
| Rendimentos de serviços e comissões  | 6        | 474.360             | 560.041                   | 560.041             |
| Encargos com serviços e comissões  | 6        | (154.415)           | (184.380)                 | (184.380)           |
| Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados   | 7        | 7.260               | (222.041)                 | (222.041)           |
| Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda  | 7        | (302.803)           | 518.062                   | 518.062             |
| Resultados de reavaliação cambial  | 8        | 136.909             | 309.442                   | 309.442             |
| Resultados de alienação de outros ativos   | 9        | (110.834)           | (116.775)                 | (116.775)           |
| Outros resultados de exploração  | 10       | (287.102)           | (51.988)                  | (51.988)            |
| <b>Produto bancário</b>  |          | <b>1.049.902</b>    | <b>2.442.681</b>          | <b>2.442.681</b>    |
| Custos com pessoal   | 11       | (2.084.343)         | (1.877.509)               | (1.877.509)         |
| Gastos gerais administrativos  | 12       | (1.920.777)         | (1.588.989)               | (1.588.989)         |
| Depreciações e amortizações  | 24,25,26 | (332.240)           | (421.195)                 | (421.195)           |
| Provisões líquidas de reposições e anulações   | 23       | 251.341             | (428.822)                 | 2.706.233           |
| Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações  | 23       | (6.769.816)         | (6.092.664)               | -                   |
| Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) |          | -                   | -                         | (9.351.890)         |
| Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações   | 18,22    | (205.337)           | (2.024.388)               | (2.024.388)         |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações   | 23       | (596.964)           | (1.462.977)               | (1.463.455)         |
| <b>Resultado antes de imposto</b>  |          | <b>(10.608.235)</b> | <b>(11.453.864)</b>       | <b>(11.578.512)</b> |
| Impostos   |          | (1.849.272)         | (1.980.750)               | (1.980.750)         |
| Correntes  | 13       | 91.485              | 63.431                    | 63.431              |
| Diferidos  | 13       | (1.940.757)         | (2.044.181)               | (2.044.181)         |
| <b>Resultado após imposto</b>  |          | <b>(8.758.962)</b>  | <b>(9.473.114)</b>        | <b>(9.597.762)</b>  |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>  |          | <b>(8.758.962)</b>  | <b>(9.473.114)</b>        | <b>(9.597.762)</b>  |
| <b>Resultado em euro por ação</b>  |          | <b>(0,59)</b>       | <b>(1,04)</b>             | <b>(1,06)</b>       |



**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

|   | Montantes expressos em Euros |                          |
|---|------------------------------|--------------------------|
|   | 31/dez/2016                  | 31/12/2015<br>Reexpresso |
| <b>Resultado Líquido do Exercício</b>                                   | <b>(8.758.962)</b>           | <b>(9.473.113)</b>       |
| <b>Outro Rendimento Integral:</b>                                       |                              |                          |
| Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para resultados    |                              |                          |
| .Variações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda |                              |                          |
| Justo valor   | (263.021)                    | (487.016)                |
| Impacto fiscal  | 59.183                       | 109.579                  |
|   | <b>(203.838)</b>             | <b>(377.437)</b>         |
| <b>Total de Rendimento Integral do Exercício</b>                        | <b>(8.962.801)</b>           | <b>(9.850.550)</b>       |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**BALANÇO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Montantes expressos em Euros

|  | Nota     | 31/dez/2016   |  |                           | Montantes expressos em Euros |             |
|--|----------|---|--|---------------------------|------------------------------|-------------|
|  |          | Valor antes de provisões, imparidade e amortizações (1) | Provisões, imparidade e amortizações (2) | Valor líquido (3)=(1)-(2) | 31/dez/2015<br>Reexpresso    | 31/dez/2015 |
| ATIVO  |          |   |  |                           |                              |             |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais            | 15       | 16.318.781  | -  | 16.318.781                | 14.329.659                   | 14.329.659  |
| Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | 16       | 452.541   | -  | 452.541                   | 14.135.548                   | 14.135.548  |
| Ativos financeiros detidos para negociação             | 17       | 3.069.953   | -  | 3.069.953                 | 2.223.365                    | 2.223.365   |
| Ativos financeiros disponíveis para venda              | 18       | 37.000.942  | 641.678                                  | 36.359.265                | 32.618.321                   | 32.618.321  |
| Aplicações em instituições de crédito                  | 19       | 50.000  | -  | 50.000                    | 50.000                       | 50.000      |
| Crédito a clientes                                     | 20,21,23 | 73.990.999  | 20.637.214                               | 53.353.784                | 72.199.390                   | 71.396.780  |
| Investimentos detidos até à maturidade                 | 22       | 7.267.659   | 6.553.399                                | 714.260                   | 712.313                      | 712.313     |
| Ativos não correntes detidos para venda                | 23,24    | 10.027.929  | 814.116                                  | 9.213.813                 | 6.555.731                    | 6.555.731   |
| Propriedades de investimento                           | 24       | 2.049.030   | 486.733                                  | 1.562.297                 | 1.767.419                    | 1.767.419   |
| Outros ativos tangíveis                                | 23,25    | 3.309.681   | 1.389.326                                | 1.920.355                 | 2.133.112                    | 2.133.112   |
| Ativos intangíveis                                     | 26       | 1.264.129   | 1.175.927                                | 88.202                    | 168.804                      | 168.804     |
| Ativos por impostos correntes                          | 27       | -   | -  | -                         | -                            | -           |
| Ativos por impostos diferidos                          | 13,27    | 6.442.986   | -  | 6.442.986                 | 4.417.899                    | 4.417.899   |
| Outros ativos  | 23,29    | 3.369.781   | 2.535.898                                | 833.883                   | 2.819.279                    | 3.153.383   |
| Total de Ativo   |          | 164.614.412   | 34.234.292                               | 130.380.120               | 154.130.840                  | 153.662.334 |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**BALANÇO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Montantes expressos em Euros

|  | Nota     | 31/dez/2016        | 31/dez/2015<br>Reexpresso | 1/jan/2015<br>Reexpresso | 31/dez/2015        |
|--|----------|--------------------|---------------------------|--------------------------|--------------------|
| <b>ATIVO</b>   |          |                    |                           |                          |                    |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais            | 15       | 16.318.781         | 14.329.659                | 497.253                  | 14.329.659         |
| Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | 16       | 452.541            | 14.135.548                | 7.247.047                | 14.135.548         |
| Ativos financeiros detidos para negociação             | 17       | 3.069.953          | 2.223.365                 | 1.979.622                | 2.223.365          |
| Ativos financeiros disponíveis para venda              | 18       | 36.359.265         | 32.618.321                | 22.949.562               | 32.618.321         |
| Aplicações em instituições de crédito                  | 19       | 50.000             | 50.000                    | 50.171                   | 50.000             |
| Crédito a clientes                                     | 20,21,23 | 53.353.784         | 72.199.390                | 81.307.728               | 71.396.780         |
| Investimentos detidos até à maturidade                 | 22       | 714.260            | 712.313                   | 5.853.798                | 712.313            |
| Ativos não correntes detidos para venda                | 23,24    | 9.213.813          | 6.555.731                 | 6.825.119                | 6.555.731          |
| Propriedades de investimento                           | 24       | 1.562.297          | 1.767.419                 | 1.836.721                | 1.767.419          |
| Outros ativos tangíveis                                | 23,25    | 1.920.355          | 2.133.112                 | 2.334.886                | 2.133.112          |
| Ativos intangíveis                                     | 26       | 88.202             | 168.804                   | 319.219                  | 168.804            |
| Ativos por impostos correntes                          | 27       | -                  | -                         | -                        | -                  |
| Ativos por impostos diferidos                          | 13,27    | 6.442.986          | 4.417.899                 | 2.285.398                | 4.417.899          |
| Outros ativos  | 23,29    | 833.883            | 2.819.279                 | 7.107.732                | 3.153.383          |
| <b>Total de Ativo</b>                                  |          | <b>130.380.120</b> | <b>154.130.840</b>        | <b>140.594.256</b>       | <b>153.662.334</b> |

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**BALANÇO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Montantes expressos em Euros

|   | Nota  | 31/dez/2016        | 31/dez/2015<br>Reexpresso | 31/dez/2015        |
|---|-------|--------------------|---------------------------|--------------------|
| <b>PASSIVO</b>  |       |                    |                           |                    |
| Recursos de bancos centrais                                     | 30    | 18.000.000         | 18.009.507                | 18.009.507         |
| Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultado | 31    | -                  | 1.834.512                 | 1.834.512          |
| Recursos de outras instituições de crédito                      | 32    | 33.212.355         | 41.899.994                | 41.899.994         |
| Recursos de clientes e outros empréstimos                       | 33    | 52.992.740         | 64.913.914                | 64.913.914         |
| Provisões   | 23    | 177.482            | 428.822                   | 605.857            |
| Passivos por impostos correntes                                 | 27    | 91.485             | 39.301                    | 39.301             |
| Passivos por impostos diferidos                                 | 13,27 | 78.766             | 53.615                    | 53.615             |
| Outros passivos subordinados                                    | 28    | 2.600.469          | 6.628.646                 | 6.628.646          |
| Outros passivos   | 29    | 869.402            | 1.002.306                 | 711.535            |
| <b>Total de Passivo</b>   |       | <b>108.022.699</b> | <b>134.810.617</b>        | <b>134.696.881</b> |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO</b>  |       |                    |                           |                    |
| Capital   | 36    | 53.651.913         | 41.651.915                | 41.651.915         |
| Prémios de emissão  | 36    | 9.235              | 9.235                     | 9.235              |
| Ações próprias  | 36    | (21.490)           | (21.490)                  | (21.490)           |
| Reservas de reavaliação   | 37    | (451.350)          | (247.512)                 | (247.512)          |
| Outras reservas e resultados transitados                        | 37    | (22.071.924)       | (12.598.811)              | (12.828.933)       |
| Resultado do exercício  |       | (8.758.962)        | (9.473.113)               | (9.597.762)        |
| <b>Total de Capital Próprio</b>                                 |       | <b>22.357.421</b>  | <b>19.320.224</b>         | <b>18.965.453</b>  |
| <b>Total de Passivo + Capital Próprio</b>                       |       | <b>130.380.120</b> | <b>154.130.841</b>        | <b>153.662.334</b> |

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**BALANÇO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Montantes expressos em Euros

|  | Nota  | 31/dez/2016        | 31/dez/2015<br>Reexpresso | 1/jan/2015<br>Reexpresso | 31/dez/2015        |
|--|-------|--------------------|---------------------------|--------------------------|--------------------|
| <b>PASSIVO</b>   |       |                    |                           |                          |                    |
| Recursos de bancos centrais                                      | 30    | 18.000.000         | 18.009.507                | 18.207.160               | 18.009.507         |
| Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados | 31    | -                  | 1.834.512                 | 4.454.841                | 1.834.512          |
| Recursos de outras instituições de crédito                       | 32    | 33.212.355         | 41.899.994                | 47.351.786               | 41.899.994         |
| Recursos de clientes e outros empréstimos                        | 33    | 52.992.740         | 64.913.914                | 44.915.399               | 64.913.914         |
| Provisões  | 23    | 177.482            | 428.822                   | 678.686                  | 605.857            |
| Passivos por impostos correntes                                  | 27    | 91.485             | 39.301                    | 33.658                   | 39.301             |
| Passivos por impostos diferidos                                  | 13,27 | 78.766             | 53.615                    | 74.874                   | 53.615             |
| Outros passivos subordinados                                     | 28    | 2.600.469          | 6.628.646                 | -                        | 6.628.646          |
| Outros passivos  | 29    | 869.402            | 1.002.306                 | 1.318.732                | 711.535            |
| <b>Total de Passivo</b>  |       | <b>108.022.699</b> | <b>134.810.617</b>        | <b>117.035.136</b>       | <b>134.696.881</b> |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO</b>   |       |                    |                           |                          |                    |
| Capital  | 36    | 53.651.913         | 41.651.915                | 36.651.915               | 41.651.915         |
| Prémios de emissão   | 36    | 9.235              | 9.235                     | 9.235                    | 9.235              |
| Ações próprias   | 36    | (21.490)           | (21.490)                  | (21.490)                 | (21.490)           |
| Reservas de reavaliação  | 37    | (451.350)          | (247.512)                 | 129.925                  | (247.512)          |
| Outras reservas e resultados transitados                         | 37    | (22.071.924)       | (12.598.811)              | (12.598.811)             | (12.828.933)       |
| Resultado do exercício   |       | (8.758.962)        | (9.473.113)               | (611.653)                | (9.597.762)        |
| <b>Total de Capital Próprio</b>                                  |       | <b>22.357.421</b>  | <b>19.320.224</b>         | <b>23.559.121</b>        | <b>18.965.453</b>  |
| <b>Total de Passivo + Capital Próprio</b>                        |       | <b>130.380.120</b> | <b>154.130.841</b>        | <b>140.594.256</b>       | <b>153.662.334</b> |

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

|  | Montantes expressos em Euros |                    |                |  |                                       |                 |                        |                   |
|--|------------------------------|--------------------|----------------|--|---------------------------------------|-----------------|------------------------|-------------------|
|  | Capital                      | Prémios de emissão | Reserva legal  | Outras reservas e resultados transitados | Reserva de reavaliação de justo valor | Ações próprias  | Resultado do exercício | Capitais próprios |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>                                 | <b>36.651.915</b>            | <b>9.235</b>       | <b>296.359</b> | <b>(6.027.973)</b>                       | <b>129.925</b>                        | <b>(21.490)</b> | <b>(6.867.197)</b>     | <b>30.426.318</b> |
| Incorporação em resultados transitados do resultado líquido de 2014    | -                            | -                  | -              | (6.867.197)                              | -                                     | -               | 6.867.197              | -                 |
| <b>Saldo em 1 de janeiro de 2015 (Reexpresso)</b>                      | <b>36.651.915</b>            | <b>9.235</b>       | <b>296.359</b> | <b>(12.895.170)</b>                      | <b>129.925</b>                        | <b>(21.490)</b> | <b>(611.653)</b>       | <b>23.559.121</b> |
| Aumento de Capital   | -                            | -                  | -              | -  | -                                     | -               | -                      | -                 |
| Outro rendimento integral:   |                              |                    |                |  |                                       |                 |                        |                   |
| Variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda | -                            | -                  | -              | -  | -                                     | -               | -                      | -                 |
| Variações dos impostos diferidos relativos ao justo valor              | -                            | -                  | -              | -  | (487.016)                             | -               | -                      | (487.016)         |
| <b>Total do rendimento integral do exercício</b>                       | <b>-</b>                     | <b>-</b>           | <b>-</b>       | <b>-</b>                                 | <b>(487.016)</b>                      | <b>-</b>        | <b>-</b>               | <b>(487.016)</b>  |
| Resultado do exercício   | -                            | -                  | -              | -  | 109.579                               | -               | -                      | 109.579           |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>                                 | <b>36.651.915</b>            | <b>9.235</b>       | <b>296.359</b> | <b>(6.027.973)</b>                       | <b>(247.512)</b>                      | <b>(21.490)</b> | <b>-</b>               | <b>30.660.534</b> |
| Incorporação em resultados transitados do resultado líquido de 2015    | -                            | -                  | -              | -  | -                                     | -               | -                      | -                 |
| Aumento de Capital   | 11.999.998                   | -                  | -              | -  | -                                     | -               | -                      | 11.999.998        |
| Outro rendimento integral:   |                              |                    |                |  |                                       |                 |                        |                   |
| Variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda | -                            | -                  | -              | -  | (263.021)                             | -               | -                      | (263.016)         |
| Variações dos impostos diferidos relativos ao justo valor              | -                            | -                  | -              | -  | 59.183                                | -               | -                      | 59.179            |
| <b>Total do rendimento integral do exercício</b>                       | <b>-</b>                     | <b>-</b>           | <b>-</b>       | <b>-</b>                                 | <b>(203.838)</b>                      | <b>-</b>        | <b>-</b>               | <b>(203.837)</b>  |
| Resultado do exercício   | -                            | -                  | -              | -  | -                                     | -               | -                      | 59.183            |
| <b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>                                 | <b>48.651.913</b>            | <b>9.235</b>       | <b>296.359</b> | <b>(6.027.973)</b>                       | <b>(451.350)</b>                      | <b>(21.490)</b> | <b>-</b>               | <b>42.456.694</b> |

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

|  | 31/dez/16            | 31/dez/15          |
|--|----------------------|--------------------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>                         |                      |                    |
| Juros, comissões e outros proveitos recebidos                              | 3.942.243            | 4.646.953          |
| Juros, comissões e outros custos pagos                                     | (2.160.226)          | (2.754.421)        |
| Pagamento a empregados e a fornecedores                                    | (4.025.243)          | (3.546.661)        |
| Outros pagamentos e recebimentos operacionais                              | (429.489)            | (324.699)          |
| <b>Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais</b> | <b>(2.672.714)</b>   | <b>(1.978.828)</b> |
| (Aumentos) Diminuições de ativos operacionais                              |                      |                    |
| Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda        | (4.791.369)          | (10.044.060)       |
| Ativos financeiros detidos até à maturidade                                | (1.947)              | 3.478.400          |
| Aplicações em instituições de crédito                                      | -                    | -                  |
| Créditos sobre clientes  | 10.894.003           | 3.229.113          |
| Outros ativos  | (2.590.600)          | 113.740            |
| Aumentos (Diminuições) de passivos operacionais                            | -                    | -                  |
| Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito               | (8.571.069)          | (5.543.438)        |
| Recursos de clientes   | (11.853.934)         | 19.960.124         |
| Responsabilidades representadas por títulos                                | -                    | -                  |
| Outros passivos  | 88.995               | (56.926)           |
|  | <b>(16.825.922)</b>  | <b>11.136.954</b>  |
| Pagamento de imposto sobre lucros  | (39.301)             | (57.787)           |
| <b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>                | <b>(19.537.937)</b>  | <b>9.100.339</b>   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de Investimento</b>                      |                      |                    |
| Aquisições de participações financeiras                                    | -                    | -                  |
| Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis                               | 29.650               | (12.318)           |
| Alienação de ativos tangíveis e intangíveis                                | 63.997               | 17.848             |
| Alienação de imóveis recebidos em dação                                    | -                    | 228.756            |
| Dividendos recebidos   | 45.640               | 40.656             |
| <b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>             | <b>139.287</b>       | <b>274.942</b>     |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>                     |                      |                    |
| Distribuição de reservas a acionistas                                      | -                    | -                  |
| Aumento de capital e Emissão de dívida titulada e subordinada              | 8.049.998            | 11.500.000         |
| Juros de dívida titulada   | (345.233)            | (154.375)          |
| Distribuição de dividendos   | -                    | -                  |
| <b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>            | <b>7.704.766</b>     | <b>11.345.625</b>  |
| Aumento (Diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes                  | (11.693.885)         | 20.720.906         |
| <b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>                      | <b>39 28.465.207</b> | <b>7.744.301</b>   |
| <b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>                         | <b>39 16.771.322</b> | <b>28.465.207</b>  |

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## 13. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

*(Montantes expressos em Euros)*

### INTRODUÇÃO

O Banco Português de Gestão (BPG ou Banco) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 29 de Setembro de 2000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e identificação fiscal 504655361, tendo iniciado a sua atividade em 26 de dezembro do mesmo ano.

A sede do Banco está localizada na Rua do Salitre, nº 167 em Lisboa e dispendo o Banco ainda, para o desenvolvimento da sua atividade de um escritório de representação no Porto.

Constituído inicialmente com um capital social de € 18.000.000, no último trimestre de 2001 o Banco procedeu a um aumento de capital para € 35.000.000, diversificando a sua estrutura acionista, com a entrada, entre outros, de diversas entidades que integram o setor da Economia Social, como sejam Cooperativas de Habitação, Organizações Sindicais, Mutualidades, Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Conforme aprovação na Assembleia Geral, anual, em 30 de Março de 2011, nesse ano o capital social foi aumentado pela incorporação do prémio de emissão, que se encontrava registado em outras reservas, elevando-se o capital social do Banco para € 36 651 915.

Em 28 de dezembro de 2015 o Banco procedeu a um novo aumento de capital, através da emissão de 1.736.111 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, passando o capital social do Banco a ser nesta data de € 41.651.915.

Durante o exercício de 2016 o BPG procedeu a dois aumentos de capital:

O primeiro em 17 de junho, por entradas em dinheiro, através da emissão de 3.827.751 ações ordinárias escriturais e nominativas, sem valor nominal, para um montante de € 49.651.914 e o segundo em 21 de outubro, pela emissão de 1.913.875 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, colocando o capital em € 53.651.913. Este aumento de capital integrou-se numa operação combinada de substituição de capital Tier 2 (reembolso antecipado de parte das obrigações subordinadas) por capital Tier 1 (emissão de novas ações).

O Banco apresenta-se desde a sua criação com uma vocação especial para a economia social, numa dupla ótica - por um lado, procurando soluções e oferecendo produtos e serviços financeiros para os agentes que atuam nesta área (IPSS, Misericórdias, Institutos, Autarquias, Fundações, Cooperativas, etc.) e, por outro lado, intervindo nos setores emergentes em termos de estruturação de serviços financeiros dos quais se destacam os setores da saúde, turismo, novas tecnologias e energias renováveis. A esta vocação inicial acrescentou-se a atividade de banca comercial, de gestão de patrimónios e de gestão da carteira própria do Banco.



## NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referidas a 31 de Dezembro de 2016 e relativas ao exercício de 2016 foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco, em 9/03/2017, devendo os mesmos ser sujeitos à aprovação da Assembleia Geral, convocada para o efeito, a realizar em 30/03/2017.

Até 31 de dezembro de 2015, inclusive, as demonstrações financeiras individuais do Banco Português de Gestão eram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e na Instrução nº 9/2005, de 11 de março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo nº 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Na sequência desta alteração o Banco procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras de 2015, conforme descrito na Nota 2.1 - Comparabilidade da informação.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade, conforme previsto no IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras. As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão reportam ao BPG enquanto instituição individual e encontram-se expressas em Euro (€), sendo os montantes divulgados nas Demonstrações Financeiras referidos à unidade daquela moeda.

**Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia (UE)**

**Alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2016:**

- (i) IAS 1 – Revisão das divulgações;
- (ii) IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos;
- (iii) IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis;
- (iv) IAS 19 – Benefícios a empregados: Planos de benefício definido – contribuições dos empregados;
- (v) IAS 27 – Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas;
- (vi) IFRS 10 e IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: aplicação da isenção de consolidar;
- (vii) IFRS 11 – Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta;

Ciclo anual de melhorias 2010-2012

Ciclo anual de melhorias 2012-2014

**Alterações às normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela EU:**

Alteração à IAS 7 – Revisão das divulgações;  
Alteração à IAS 32 – Reconhecimento de impostos diferidos ativos;  
Alteração à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento;  
Alteração à IFRS 2 – Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações;  
Alteração à IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9);  
Alteração à IFRS 15 – Rébito de contratos com clientes – clarificações;

Ciclo anual de melhorias 2012-2014

**Novas normas endossadas pela UE mas ainda não efetivas:**

**IFRS 9** – Instrumentos financeiros – classificação e mensuração;

**IFRS 15** – Rédito de contratos com clientes;

**Novas normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela UE:**

**IFRS 16** – Locações;

**Novas interpretações publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela UE:**

**IFRIC 22** – Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada;

**NOTA 2 - PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADOS**

**2.1. Comparabilidade da informação**

**Impacto da entrada em vigor do Aviso nº5/2015, do Banco de Portugal**

O Banco de Portugal definiu, através do Aviso n.º 5/2015, de 7 de dezembro do Banco de Portugal que, a partir de 1 de janeiro de 2016, todas as instituições sob sua supervisão devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual e em base consolidada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

Desta forma, a partir de 1 de janeiro de 2016, as demonstrações financeiras individuais do Banco Português de Gestão passam a ser apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia. Até 31 de dezembro de 2015, inclusive, as demonstrações financeiras individuais do Banco eram preparadas e apresentadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal." Com a entrada em vigor do Aviso n.º 5/2015 do Banco de Portugal foram revogados os Avisos nº 1/2005, de 21 de fevereiro e nº 3/95, de 30 de Junho, ambos do Banco de Portugal.

Na sequência desta alteração, a carteira de crédito e outras operações de natureza análoga passaram a estar sujeitas à constituição de perdas por imparidade, calculadas de acordo com os requisitos previstos na IAS 39, em substituição do registo de provisões para riscos específicos, riscos gerais de crédito e risco-país, nos termos do Aviso nº 3/95, de 30 de junho, do Banco de Portugal.

Consequentemente, com o objetivo de assegurar a comparabilidade com o ano anterior, o Banco procedeu à aplicação retrospectiva da nova política nas suas demonstrações financeiras (reexpressão), com referência ao primeiro período comparativo apresentado, ou seja, 1 de janeiro de 2015.

A aplicação retrospectiva desta alteração teve os seguintes impactos:

|   | Montantes expressos em Euros                 |  |   |
|---|--|--|---|
|   | Capitais próprios em<br>1 de janeiro de 2015 | Resultado do exercício<br>em 31 de dezembro de<br>2015 | Capitais próprios em<br>31 de dezembro de<br>2015 |
| <b>Saldos conforme reportado (antes do impacto da entrada em vigor do Artigo nº 5/2015 do Banco de Portugal):</b> |  |  |   |
|   | 23.946.652                                   | (9.597.762)  | 18.965.453  |
| <b>Saldo conforme entrada em vigor do Artigo nº 5/2015 do Banco de Portugal:</b>                                  |  |  |   |
|   | 23.559.121                                   | (9.473.113)  | 19.320.224  |
|   | <b>2015</b>                                  |  | <b>2016</b>                                       |
| <b>Provisões/Imparidades associadas a Clientes e Outros devedores</b>   | 16.729.331                                   |  | 16.853.319  |

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

## 2.2. Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos e passivos ao justo valor através de resultados onde os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

De acordo com a IFRS 13 entende-se por justo valor o preço pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

O justo valor é determinado com base em:

- preços de um mercado ativo, opção esta aplicável à totalidade dos valores mobiliários incluídos na carteira de negociação;
- métodos e técnicas de valorização (quando não há um mercado ativo), que não tenha subjacente preços calculados com base em ativos ou passivos semelhantes ou com base em estimativas estatísticas ou outros método quantitativos.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

O BPG classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias, conforme definido na IAS 39:

- ativos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados;
- ativos financeiros detidos até à maturidade;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- créditos e outros valores a receber.

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

### **2.2.1. Ativos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados**

Nesta categoria são classificados os ativos e os passivos financeiros de negociação e os designados na opção de justo valor.

Estes títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transacionados em mercados ativos em que o Banco optou, no reconhecimento inicial por registar e avaliar ao justo valor. Estas rubricas incluem essencialmente:

- instrumentos financeiros, podendo estar registados como detidos para negociação ou ao justo valor através de resultados; e
- derivados de negociação.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os ativos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

- quando eliminem ou reduzam significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento;
- quando, tratando-se de um grupo de ativos financeiros, este seja gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo de ativos seja fornecida internamente ao pessoal chave da gestão da entidade nessa base; ou
- quando um contrato contenha um ou mais derivados embutidos, que segundo a IAS 39 teriam de ser bifurcados.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados e apresentadas em derivados de negociação.

A avaliação destes ativos e passivos é efetuada diariamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram nesta categoria inclui o montante de juros corridos não cobrados. Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

### **2.2.2. Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo de aquisição.

As variações, ganhos ou perdas, resultantes de alterações no justo valor destes ativos são reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica de reservas de reavaliação de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que

o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais reconhecidos no capital próprio é transferido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efetiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são também reconhecidos em resultados na data em que são recebidos.

De acordo com a IAS 39, um ativo financeiro disponível para venda está com evidência de imparidade, se após o seu reconhecimento inicial se observarem um ou mais eventos, tais como:

- dificuldades financeiras significativas do emitente;
- incumprimento contratual do emitente em termos de reembolso de capital ou pagamento de juros;
- probabilidade de falência do emitente;
- desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do emitente;

Para além dos eventos relativos a instrumentos de dívida acima referidos, a existência objetiva de imparidade em instrumentos de capital pode ainda considerar a informação acerca dos seguintes eventos de perdas:

- alterações significativas, com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emitente opera, que indiquem que o custo do investimento pode não ser recuperável na totalidade;
- declínio significativo ou prolongado do valor de mercado do ativo financeiro inferior ao custo de aquisição.

Se, num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, essa perda anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

O Banco detém diretamente participações financeiras em empresas associadas, registadas nesta rubrica e não exerce, direta ou indiretamente influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira, nem detendo o controlo dessas empresas.

Como regra geral, presume-se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20%.

Nas demonstrações financeiras do Banco, as empresas participadas pelo Banco são valorizadas ao custo histórico.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, a perda por imparidade é reconhecida em resultados.

### **2.2.3. Créditos e outros valores a receber e imparidades**

O crédito e outros valores a receber abrangem os créditos concedidos pelo Banco e correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, empréstimos sindicados bem como os créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por empresas), que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda no curto prazo.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que, em geral, corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos, que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito), são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pró-rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos a clientes só deixam de ser reconhecidos no balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital, decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento e classifica em juros vencidos a regularizar os juros vencidos, na data do seu vencimento.

Nos créditos em contencioso são consideradas vencidas, todas as prestações de capital (vincendas e vencidas).

O Banco procede ao abate de créditos ao ativo (“write-off”) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões e imparidade estejam constituídas pelo valor total do crédito. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

### **Locação Financeira**

As operações de locação, em que o Banco transfere os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem para um Cliente em regime de locação financeira, são registados no balanço como crédito concedido, pelo valor do desembolso líquido efetuado na data de aquisição dos bens locados.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento dos proveitos reflete uma taxa de juro efetiva sobre o capital em dívida.

### **Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis**

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos associados, registados em resultados ao longo da vida das operações.

### **Imparidades**

Mensalmente, os créditos e valores a receber, garantias e compromissos irrevogáveis são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

A IAS 39 define alguns eventos que podem ser indicadores de evidência objetiva de imparidade (incumprimento de contrato, tais como atraso no pagamento de capital ou juros; tornar-se provável que o mutuário vá entrar em falência, etc), mas, em algumas circunstâncias, a determinação do valor das perdas por imparidade implica a utilização do julgamento profissional.

A existência de evidência objetiva de situações de imparidade é avaliada com referência à data de apresentação das demonstrações financeiras.

Nestas situações, o montante das perdas identificadas é calculado com base na diferença entre o valor de balanço e a estimativa do valor que se espera recuperar do crédito, após custos de recuperação, atualizado à taxa de juro efetiva durante um período correspondente à diferença entre a data de cálculo da imparidade e a data prevista para a recuperação.

De salientar que o valor expectável de recuperação do crédito reflete os fluxos de caixa que poderão resultar da execução das garantias ou colaterais associados ao crédito concedido, deduzido dos custos inerentes ao respetivo processo de recuperação.

#### **2.2.4. Ativos financeiros detidos até à maturidade**

Os investimentos a deter até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determinados e maturidade fixa, que o BPG demonstrou intenção e capacidade de manter até à maturidade. A venda de uma parte significativa destes ativos dá origem a uma reclassificação para a rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a IAS 39 uma entidade não deve classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria se tiver, durante o ano financeiro corrente ou durante os dois anos financeiros precedentes, vendido ou reclassificado uma quantia significativa em relação à quantia total dos investimentos detidos até à maturidade, que não seja por:

- estarem próximos da maturidade ou da data de compra do ativo e as alterações na taxa de juro do mercado não terem um efeito significativo no justo valor do ativo financeiro;
- ocorrer depois de a entidade ter substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro
- ser atribuível a acontecimento isolado que esteja fora do controlo da entidade.

No reconhecimento inicial os ativos financeiros detidos até à maturidade são registados pelo justo valor, que geralmente inclui valores de comissões ou taxas.

Posteriormente, estes ativos financeiros são valorizados ao custo amortizado de acordo com o método de taxa de juro efetiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros corridos, as diferenças entre o valor de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e os valores de comissões ou taxas consideradas incrementais são registados em resultados (de acordo com o método de taxa efetiva).

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no balanço, líquidos da imparidade reconhecida.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados da seguinte forma:

- inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação;
- subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transação e o montante a pagar na maturidade é reconhecido na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método da taxa de juro efetiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, esta é desconhecida do balanço e a diferença entre a quantia escriturada do passivo e o seu custo de aquisição é reconhecida em resultados.

### **2.3. Outros passivos subordinados**

As emissões de obrigações do Banco estão registadas na rubrica de Outros passivos subordinados.

Na data de emissão, as obrigações emitidas são relevadas pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transação, sendo devidamente valorizadas ao custo amortizado como base no método da taxa de juro efetiva.

### **2.4. Instrumentos financeiros derivados**

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negoceia os contratos e são subsequentemente remensurados ao justo valor. Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

O justo valor é obtido através de preços de mercados cotados em mercados ativos, incluindo transações de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivados são considerados como ativos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rentabilidade de instrumentos de dívida ao valor das ações ou índices de ações, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionados com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração de resultados.

O Banco possui derivados de negociação, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

### **2.5. Ativos e passivos em moeda estrangeira**

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada exclusivamente em função das respetivas moedas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação, enquanto os ativos e passivos não monetários, expressos em moeda estrangeira, registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.



Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

#### **a) Posição cambial à vista**

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia, divulgados pela Bloomberg, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda Euro), por contrapartida de custos ou proveitos.

#### **b) Posição cambial a prazo**

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respetivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

### **2.6. Imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio**

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. Em alguns casos onde o mutuário apresenta evidência de dificuldades no cumprimento das suas obrigações para com o Banco, este pode negociar com o devedor a entrega de bens móveis ou imóveis – geralmente aqueles que estão a garantir os empréstimos – para liquidação total ou parcial das responsabilidades em questão.

Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Banco, inicialmente, tem como objetivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação, com exceção de situações pontuais em que determinou transferir esses imóveis para uso próprio.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas que darão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram registados. As mais-valias potenciais nestes ativos não são reconhecidas no balanço.

As avaliações são efetuadas por peritos avaliadores independentes registados junto da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários.

O Banco classificou os imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio nas seguintes categorias:

#### **2.6.1. Ativos não correntes detidos para venda**

De acordo com a IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas, são classificados nesta categoria os ativos não correntes ou grupos de ativos e passivos a alienar, sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), e estes ativos ou grupos para alienação se encontrem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Os imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda, recebidos por recuperação de crédito, são registados inicialmente pelo valor acordado no contrato de dação em pagamento, acrescido dos custos inerentes à transação.

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um ativo seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- o ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Estes ativos não são amortizados e os custos de manutenção associados são registados em resultados.

#### **2.6.2. Propriedades de Investimento**

São classificados nesta categoria, de acordo com a IAS 40 – Propriedades de Investimento os ativos que o Banco recebeu em reembolso de crédito próprio, que não se encontram disponíveis para venda e não sendo a sua venda altamente provável no curto prazo, não cumprem as condições para serem classificados como ativos não correntes detidos para venda. Alguns destes imóveis encontram-se arrendados.

Os imóveis são registados inicialmente pelo valor acordado no contrato de dação, acrescidos dos custos inerentes à transação. Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas que darão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram registados.

São reconhecidos nos resultados os rendimentos das rendas e os gastos operacionais diretos de manutenção.

Estes ativos são depreciados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada e de acordo com a legislação em vigor.

#### **2.6.3. Imóveis de serviço próprio**

A rubrica de Ativos Tangíveis inclui uma fração, integrada em prédios de habitação, dotada de licença de utilização para fins comerciais e que dispõe das condições adequadas à satisfação de necessidades do Banco para o desenvolvimento das suas atividades correntes.

Localizada em concelho vizinho ao de Lisboa, e afastada da atual localização do Banco, destina-se a infraestrutura alternativa, dando satisfação nesta componente ao Plano de continuidade de negócio, para utilização em caso de desastre que afete gravemente o acesso e/ou utilização do edifício onde o Banco se encontra instalado.

A rubrica de Ativos Tangíveis inclui também duas outras frações situadas em Santarém e na Costa de Caparica, onde se faz o arquivo de documentação do Banco, que conforme estipulado legalmente, este deve manter por um período alargado.

## 2.7. Ativos tangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondendo ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

|                          | Anos de vida útil |
|--------------------------|-------------------|
| Imóveis                  | 10-50             |
| Equipamento:             |                   |
| Mobiliário e material    | 4-10              |
| Material de transporte   | 4                 |
| Equipamento informático  | 3-4               |
| Instalações interiores   | 3-10              |
| Equipamento de segurança | 4-10              |
| Máquinas e ferramentas   | 5-10              |

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os custos subsequentes com ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do ativo, deduzido de custos de venda, e o seu valor de uso.

### Ativos tangíveis adquiridos em Locação Financeira

Os ativos adquiridos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no ativo imobilizado e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros e encargos suportados são registados como custos financeiros durante o prazo da locação.

## 2.8. Ativos intangíveis

Esta rubrica, compreende essencialmente, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação de software adquirido, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de três anos.

Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos. O Banco não capitaliza os custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

## 2.9. Provisões e Imparidade em Ativos Financeiros

### Provisões

As provisões são constituídas para fazer face a riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da atividade do Banco.

São reconhecidas provisões quando:

- o Banco tem uma obrigação presente, legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades;
- seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido;
- quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desconhecidas através da sua utilização pelas obrigações para as quais foram constituídas ou nos casos em que estas deixem de se verificar.

### Imparidade

De acordo com a IAS 39 um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de que não serão recuperados os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros), em resultado de eventos passados ocorridos após a data de reconhecimento inicial do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros), desde que os mesmos possam ser estimados com fiabilidade.

Com referência à data de preparação das demonstrações financeiras, o Banco avalia a existência de situações de evidência objetiva de que um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) se encontra em situação de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro) registadas por contrapartida de resultados.

A IAS 39 identifica alguns eventos que considera como evidência objetiva de imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda, nomeadamente:

- incumprimento das cláusulas contratuais, em termos de reembolso de capital ou no pagamento dos juros;
- dificuldades financeiras significativas do devedor ou emitente da dívida;
- elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou emitente da dívida;
- comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal possa não ser recuperado na totalidade;

- alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;  
declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

## 2.10. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira).

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para determinação da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que respeita à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo relevados em contas extrapatrimoniais, e reconhecidos quando efetivamente recebidos.

## 2.11. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os rendimentos de serviços e comissões associados à prestação de serviços na área de “*Corporate Finance*” são reconhecidos em resultados, na medida em que são prestados por contrapartida da rubrica de Outros ativos, independentemente de serem de imediato faturados, quando o plano financeiro difere do plano de realização do trabalho e assim dá origem ao registo dos acréscimos de proveitos associados. Os custos inerentes a estes serviços são essencialmente constituídos por custos com o pessoal, que são registados em resultados, na rubrica correspondente, à medida que são incorridos.

## **2.12. Benefícios aos empregados**

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Coletivo de Trabalho do setor bancário, o Banco não tem qualquer responsabilidade relativamente a pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

O Banco pode atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais, sempre que se verifiquem determinados pressupostos, designadamente o cumprimento por excesso dos objetivos de negócio previstos para o período. Este benefício é atribuído por deliberação do Conselho de Administração, que nesse período pode prever uma dotação para remuneração extraordinária a ser paga nesse mesmo exercício.

## **2.13. Impostos sobre os lucros e contribuição sobre o setor bancário**

### **2.13.1. Impostos sobre os lucros**

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais e também ao regime de contribuição sobre o setor bancário.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável, resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais e correspondem ao valor esperado a pagar sobre o resultado tributável, utilizando a taxa de imposto aprovada, que em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, era de 21% acrescida da derrama municipal que pode ascender até 1,5%, calculada sobre o lucro tributável e da derrama estadual.

A taxa aplicável à derrama estadual é de 3% sobre a parte do lucro tributável, superior a € 1,5 M e até € 7,5 M, sujeito e não isento de IRC, de 5% para valores em excesso de € 7,5 M e até € 35M e de 7% para valores superiores a € 35 M.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias e que correspondem às taxas aprovadas na data do balanço.

A taxa utilizada no cálculo do imposto diferido é de 21%, acrescida da derrama de 1,5%, considerando a descida aprovada no Orçamento de Estado para 2015 e reforma do IRC.

A dedução em IRC dos prejuízos fiscais apurados num determinado período de tributação é feita a lucros tributáveis de períodos de tributação seguintes, conforme quadro abaixo:

| Período de tributação em que o prejuízo é apurado | Período de dedução (número de anos) | Período de tributação limite para a dedução do prejuízo |
|---|-------------------------------------|---|
| 2012  | 5                                   | 2017  |
| 2013  | 5                                   | 2018  |
| 2014  | 12                                  | 2026  |
| 2015  | 12                                  | 2027  |
| 2016  | 12                                  | 2028  |

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

#### 2.13.2. Contribuição sobre o setor bancário

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, do Orçamento do Estado, de 31 de dezembro, e Portaria nº 121/2011, de 30 de março, alterada pela Portaria nº 77/2012, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário.

A contribuição sobre o setor bancário incide sobre:

a) O passivo médio anual apurado em balanço, deduzido dos fundos próprios de base (*tier 1*) e complementares (*tier 2*) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos.

Ao passivo apurado são deduzidos:

- Elementos que, segundo as normas, aplicáveis de contabilidade, sejam reconhecidos como capitais próprios;
- Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
- Passivos por provisões;
- Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
- Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas
- Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujas posições em risco se compensem mutuamente.

Pela Portaria nº 176-A/2015, (alteração à Portaria nº 64/2014), as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores foram de 0,110% e 0,00030%, e 0,085% e 0,00030%, respetivamente em 2016 e 2015, em função do valor apurado.

A contribuição paga no exercício encontra-se registada na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração de resultados (Nota 10-Outros resultados de exploração).

#### 2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos que compõem carteiras de clientes, encontram-se registados pelo seu valor de mercado e, caso não exista cotação, ao valor nominal.

## **2.15. Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” os valores registrados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de início da aplicação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

## **2.16. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas**

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

### **Imparidades**

#### **Para crédito concedido (não titulado)**

Mensalmente o Banco aprecia a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de registar perdas por imparidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados

O IAS 39 define alguns eventos que podem ser indicadores de evidência objetiva de imparidade (incumprimento de contrato, tais como atraso no pagamento de capital ou juros; tornar-se provável que o mutuário vá entrar em falência, etc), mas, em algumas circunstâncias, a determinação do valor das perdas por imparidade implica a utilização do julgamento profissional.

A existência de evidência objetiva de situações de imparidade é avaliada com referência à data de apresentação das demonstrações financeiras.

#### **Para outros créditos e valores a receber (titulados)**

Sempre que existe indício de incumprimento regular das obrigações dos respetivos emitentes é registada perda por imparidade. Esta avaliação é efetuada tendo em conta, entre outros fatores, a análise da notação de risco atribuída por uma ou mais agências internacionais qualificadas, que permitirá incluir o título na categoria de “*investment grade*”, significando o reconhecimento da capacidade de cumprimento regular das obrigações por parte dos respetivos emitentes.

### **Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda**

O Banco determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou no seu custo de aquisição, no caso de instrumentos de capital próprio, não cotados.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor, exceto no caso de perdas por imparidade, que são reconhecidas diretamente em resultados, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.



## **Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, são determinados pelo Banco com base em regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos no pressuposto de existirem resultados e matéria coletável no futuro.

Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos ativos e passivos. Da mesma forma, diferentes interpretações da legislação fiscal podem ter impacto sobre os impostos estimados, correntes e diferidos. Nestes casos os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento fiscal das suas operações.

## **Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos**

O Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados pelo custo amortizado.

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos o justo valor dos instrumentos financeiros não cotados é estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, assim como pela obtenção de preços junto de contraparte independente, que dependem dos pressupostos utilizados.

## **NOTA 3 – GESTÃO DOS RISCOS**

### **Políticas de gestão dos riscos**

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos inerentes à atividade económica que prossegue, uns mais relevantes do que outros, em função da exposição decorrente da sua dimensão, estrutura orgânica e sistémica adotadas e natureza das operações e negócios efetuados.

As políticas de gestão e controlo destes riscos encontram-se descritas em capítulo próprio (Gestão de riscos) incluído no Relatório de Gestão. Em complemento a essa divulgação, seguidamente se dá conta dos principais procedimentos de controlo adotados, bem como da avaliação efetuada aos níveis de exposição observada em relação às categorias de risco com potencial impacto material mais significativo.

O processo de gestão dos riscos do Banco respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da atuação de cada uma das áreas envolvidas.

Os riscos da atividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, risco país, de mercado, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de *compliance* são analisados e controlados pelo Conselho de Administração do Banco tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objetivos e orientações estabelecidos é garantida pela existência de um sistema de "*reporting*" de periodicidade variável em função da natureza dos riscos, que permite aferir, com rigor e tempestividade, da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-ativa.

### **3.1 Risco de crédito**

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduzem na possibilidade de perda de valor do ativo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade da contraparte em assegurar os seus compromissos para com o Banco.

A atividade comercial do Banco, relativamente à concessão de crédito, está centrada no espaço nacional (Continente e Ilhas) – exceção feita a alguns clientes onde a localização do investimento e das garantias reais oferecidas remetem para uma localização fora do espaço doméstico - o que limita a possibilidade de redução do risco pela via da diversificação geográfica; por outro lado, a maior parte das operações de médio e longo prazo encontram-se colateralizadas por garantias reais.

O processo de controlo do risco de crédito passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de crédito presentes ao órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos no Regulamento de Crédito do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado.

Após a aprovação, o desempenho do crédito é monitorizado regularmente, visando a antecipação de eventuais dificuldades de cumprimento e a identificação imediata de incumprimentos. Este acompanhamento e o diálogo que, nessas circunstâncias é estabelecido com os mutuários em questão, têm permitido, com frequência, não só a cabal regularização das moras incorridas, mas ainda o atento acompanhamento das condições em que os mesmos se encontram a operar, prevenindo e antecipando as consequências da sua eventual deterioração.

O Banco estrutura também os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários, designadamente para montantes que possam vir a configurar-se como grandes riscos. A ponderação dos riscos de concentração está igualmente presente nos critérios de análise do risco de crédito, designadamente quanto ao risco de concentração setorial.

O Banco procede com regularidade à análise da qualidade da carteira de crédito quer na perspetiva de avaliação do cliente quer na avaliação da concentração de responsabilidades por grupo económico.

As operações de crédito são acompanhadas continuamente pelos órgãos responsáveis no sentido de prevenir a sua degradação renegociando, se for caso disso, algumas das condições acordadas aquando da concessão de crédito, designadamente procurando o reforço das garantias recebidas em colateral.

Tendo em consideração a dimensão da carteira de crédito, a metodologia utilizada na mensuração do respetivo risco, assenta em larga medida, na análise individual das operações vivas e vencidas em cada data de apreciação.

No que se refere à mensuração do risco de crédito, o Banco avalia regularmente a ocorrência de situações de probabilidade de perdas relativamente ao crédito concedido e a valores a receber, dando origem à quantificação da imparidade sobre a carteira de crédito, a qual é igualmente objeto de parecer pelo Revisor Oficial de Contas para efeitos do competente reporte ao Banco de Portugal.

De acordo com a instrução nº 23/2011 do Banco de Portugal o rácio de crédito em risco, relativamente à carteira de crédito a clientes, em 31 de dezembro de 2016 correspondia a 29,4 % desta carteira.

#### **Metodologia de cálculo da imparidade da carteira de crédito e imóveis recebidos em dação de pagamento de crédito**

Os ativos financeiros ou operações extrapatrimoniais, crédito, garantias prestadas, compromissos irrevogáveis, tomadas firmes de papel comercial ou outros, encontram-se em situação de imparidade, resultantes de um ou mais eventos que ocorreram desde o reconhecimento inicial do ativo que alterem as expectativas em relação aos fluxos de caixa estimados, associados a esse ativo.

Na metodologia adotada pelo Banco, foi contemplada a análise individual para a totalidade da carteira de crédito a clientes de acordo com diversos critérios, como:

- Caracterização setorial
- Caracterização por tipologia de crédito
- Caracterização por tipologia de clientes
- Caracterização por estrutura de maturidades
- Caracterização em função do período decorrido após o vencimento
- Caracterização com ou sem sinais de imparidade;

#### Descrição do Modelo de imparidade

Os clientes individuais que compõem a carteira de crédito são agrupados por setores: empresas, administração central e regional, entidades sem fins lucrativos, organismos de investimento coletivo, particulares e habitação.

De seguida é considerada a informação sobre os indícios de imparidade recolhida para cada exposição individual.

Constituem indícios objetivos de existência de imparidade individual, entre outros, os seguintes:

- crédito vencido na Instituição com atrasos de pagamento superiores a 30 dias;
- crédito reestruturado;
- indicadores do Banco de Portugal, por exemplo: crédito vencido na CRC, inibição do uso de cheque e utilizador de risco;
- cheques devolvidos na instituição;
- pedidos de insolvência;
- dívidas ao Fisco e Segurança Social e consequentes pedidos de penhora de contas bancárias;
- forte desvalorização dos colaterais;
- forte aumento da probabilidade de incumprimento;

Da análise dos indícios de imparidade podem resultar algumas exposições com evidência objetiva de imparidade: processo de insolvência e operações em contencioso com o Banco.

Nos restantes casos, todas as exposições que possuem indícios de imparidade, nas situações aplicáveis e em que a análise de *cash-flows* é conclusiva e as projeções credíveis, é calculado o valor da imparidade.

Este resulta da diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa a libertar, direta e indiretamente, pelo cliente e as responsabilidades assumidas pelo mesmo.

No caso das exposições extrapatrimoniais com indícios de imparidade é aplicada, no caso de garantias técnicas e financeiras, a tabela IV da Carta Circular nº 2/2014, nos restantes casos é analisado em que medida a situação financeira do cliente tem impacto no objeto da garantia emitida/contrato/evento associado à garantia e a posição do respetivo beneficiário;

Em cumprimento da carta circular nº 2/2014 do Banco de Portugal, são apresentadas nos quadros abaixo a exposição da carteira de crédito e imparidade associada reportada a 31 de dezembro de 2016:

| Segmento                         | Exposição em 31-12-2016 |                        |                |                       |                          |                       | Imparidade em 31-12-2016 |                        |                          |
|----------------------------------|-------------------------|------------------------|----------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|
|                                  | Exposição Total         | Crédito em cumprimento | Do qual curado | Do qual reestruturado | Crédito em incumprimento | Do qual reestruturado | Imparidade Total         | Crédito em cumprimento | Crédito em incumprimento |
| Empresas                         | 44.837.607              | 30.644.440             | -              | 8.690.249             | 14.193.167               | 7.242.057             | 15.199.646               | 5.253.345              | 9.946.301                |
| Administração Central e Regional | 3.282.609               | 3.282.609              | -              | -                     | -                        | -                     | -                        | -                      | -                        |
| Entidades sem Fins Lucrativos    | 17.524.768              | 14.143.873             | -              | 544.013               | 3.380.895                | 87.462                | 2.637.205                | 5.903                  | 2.631.302                |
| Particulares                     | 3.011.735               | 250.733                | -              | -                     | 2.761.002                | 42.178                | 2.765.333                | 4.203                  | 2.761.130                |
| Habituação do Mutuário           | 1.212.908               | 1.212.908              | -              | -                     | -                        | -                     | 31                       | -                      | 31                       |
| <b>Total</b>                     | <b>69.869.627</b>       | <b>49.534.562</b>      | <b>-</b>       | <b>9.234.262</b>      | <b>20.335.064</b>        | <b>7.371.696</b>      | <b>20.602.214</b>        | <b>5.263.451</b>       | <b>15.338.764</b>        |

| Segmento                            | Exposição em 31-12-2015 |                        |                |                       |                          |                       | Imparidade em 31-12-2015 |                        |                          |
|-------------------------------------|-------------------------|------------------------|----------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|
|                                     | Exposição Total         | Crédito em cumprimento | Do qual curado | Do qual reestruturado | Crédito em incumprimento | Do qual reestruturado | Imparidade Total         | Crédito em cumprimento | Crédito em incumprimento |
| Empresas                            | 45.008.907              | 34.613.948             | -              | -                     | 10.340.123               | -                     | 6.485.297                | 739.544                | 5.745.754                |
| Administração Central e Regional    | 7.869.565               | 7.869.565              | -              | 21.731.590            | -                        | 9.503.294             | -                        | -                      | -                        |
| Entidades sem Fins Lucrativos       | 20.307.855              | 17.443.426             | -              | 4.455.278             | 2.918.841                | 2.921.566             | 4.350.091                | 1.144.266              | 3.205.825                |
| Organismos de Investimento Coletivo | 3.634.899               | 3.634.899              | -              | -                     | -                        | -                     | -                        | -                      | -                        |
| Particulares                        | 3.048.051               | 1.488.103              | -              | -                     | 1.560.373                | -                     | 2.753.323                | 3                      | 2.753.320                |
| Habituação do Mutuário              | 1.484.941               | 1.484.679              | -              | 88.137                | 262                      | 1.601.373             | 3                        | 3                      | -                        |
| <b>Total</b>                        | <b>81.328.472</b>       | <b>66.534.620</b>      | <b>-</b>       | <b>26.275.005</b>     | <b>14.819.598</b>        | <b>14.026.233</b>     | <b>13.588.715</b>        | <b>1.883.816</b>       | <b>11.704.899</b>        |

#### DETALHE DAS EXPOSIÇÕES E IMPARIDADE CONSTITUÍDA

| Segmento                         | Da Exposição Total em 31-12-2016 |                        |                 |            |                          |            | Da Imparidade Total em 31-12-2016 |                |               |                |            |  |
|----------------------------------|----------------------------------|------------------------|-----------------|------------|--------------------------|------------|-----------------------------------|----------------|---------------|----------------|------------|--|
|                                  | Exposição<br>Total               | Crédito em cumprimento |                 |            | Crédito em incumprimento |            | Imparidade<br>Total               | Dias de atraso |               | Dias de atraso |            |  |
|                                  |                                  | Dias de atraso < 30    |                 | SUB-TOTAL  | Dias de atraso           |            |                                   | Dias de atraso |               | Dias de atraso |            |  |
|                                  |                                  | SEM<br>INDÍCIOS        | COM<br>INDÍCIOS |            | <= 90                    | > 90       |                                   | < 30           | entre 30 - 90 | <= 90          | > 90       |  |
| Empresas                         | 44.837.607                       | 30.644.440             | -               | 30.644.440 | -                        | 14.193.167 | 15.199.646                        | 5.253.632      | -             | -              | 9.946.014  |  |
| Administração Central e Regional | 3.282.609                        | 3.282.609              | -               | 3.282.609  | -                        | -          | -                                 | -              | -             | -              | -          |  |
| Entidades sem Fins Lucrativos    | 17.524.768                       | 10.502.503             | 3.641.370       | 14.143.873 | 215.102                  | 3.165.793  | 2.637.205                         | 6.232          | -             | 130.000        | 2.500.973  |  |
| Particulares                     | 3.011.735                        | 250.733                | -               | 250.733    | 6.063                    | 2.754.939  | 2.765.333                         | 4.203          | -             | 6.063          | 2.755.067  |  |
| Habituação                       | 1.212.908                        | 1.212.908              | -               | 1.212.908  | -                        | -          | 31                                | 31             | -             | -              | -          |  |
| Total                            | 69.869.627                       | 45.893.192             | -               | 49.534.562 | 221.165                  | 20.113.900 | 20.602.214                        | 5.264.097      | -             | 136.063        | 15.202.054 |  |

#### DETALHE DAS EXPOSIÇÕES E IMPARIDADE CONSTITUÍDA

| Segmento                            | Da Exposição Total em 31-12-2015 |                        |                 |            |                          |            | Da Imparidade Total em 31-12-2015 |                |               |                |            |
|-------------------------------------|----------------------------------|------------------------|-----------------|------------|--------------------------|------------|-----------------------------------|----------------|---------------|----------------|------------|
|                                     | Exposição<br>Total               | Crédito em cumprimento |                 |            | Crédito em incumprimento |            | Imparidade<br>Total               | Dias de atraso |               | Dias de atraso |            |
|                                     |                                  | Dias de atraso < 30    |                 | SUB-TOTAL  | Dias de atraso           |            |                                   | <= 90          | entre 30 - 90 | <= 90          | > 90       |
|                                     |                                  | SEM<br>INDÍCIOS        | COM<br>INDÍCIOS |            | <= 90                    | > 90       |                                   |                |               |                |            |
| Empresas                            | 45.008.907                       | 34.613.948             | -               | 34.613.948 | 936.453                  | 9.403.671  | 6.485.297                         | 739.544        | -             | 9.205          | 5.736.548  |
| Administração Central e Regional    | 7.869.565                        | 7.869.565              | -               | 7.869.565  | -                        | -          | -                                 | -              | -             | -              | -          |
| Entidades sem Fins Lucrativos       | 20.307.855                       | 17.443.426             | -               | 17.443.426 | 14.075                   | 2.904.766  | 4.350.091                         | 1.144.266      | -             | 147            | 3.205.678  |
| Organismos de Investimento Coletivo | 3.634.899                        | 3.634.899              | -               | 3.634.899  | -                        | -          | -                                 | -              | -             | -              | -          |
| Particulares                        | 3.048.051                        | 1.488.103              | -               | 1.488.103  | 3.873                    | 1.556.500  | 2.753.323                         | 3              | -             | 48             | 2.753.272  |
| Habituação                          | 1.484.941                        | 1.484.679              | -               | 1.484.679  | 262                      | -          | 3                                 | 3              | -             | -              | -          |
| Total                               | 81.328.472                       | 66.534.620             | -               | 66.534.620 | 954.662                  | 13.864.936 | 13.588.715                        | 1.883.816      | -             | 9.401          | 11.695.497 |

**DETALHE DA CARTIRA POR SEGMENTO E POR ANO DE PRODUÇÃO**

| ANO DE PRODUÇÃO          | EMPRESAS            |                   |                        | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL |                  |                        | ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS |                   |                        | PARTICULARES        |                  |                        | HABITAÇÃO           |                  |                        |
|--------------------------|---------------------|-------------------|------------------------|----------------------------------|------------------|------------------------|-------------------------------|-------------------|------------------------|---------------------|------------------|------------------------|---------------------|------------------|------------------------|
|                          | Número de operações | Montante          | Imparidade constituída | Número de operações              | Montante         | Imparidade constituída | Número de operações           | Montante          | Imparidade constituída | Número de operações | Montante         | Imparidade constituída | Número de operações | Montante         | Imparidade constituída |
| <b>2005 e anteriores</b> | 12                  | 2.773.965         | 912.281                | -                                | -                | -                      | 5                             | 132.164           | 132.164                | 2                   | 162.816          | 162.816                | 6                   | 251.972          | 31                     |
| 2006                     | -                   | -                 | -                      | -                                | -                | -                      | 1                             | 320.000           | 3.220                  | -                   | -                | -                      | 1                   | 56.304           | -                      |
| 2007                     | 4                   | 420.037           | 290.762                | -                                | -                | -                      | -                             | -                 | -                      | -                   | -                | -                      | -                   | -                | -                      |
| 2008                     | 4                   | 5.020.512         | 719.300                | -                                | -                | -                      | 1                             | 55.212            | -                      | 1                   | 20.000           | 20.000                 | -                   | -                | -                      |
| 2009                     | 3                   | 5.173.920         | 1.189.966              | -                                | -                | -                      | 3                             | 4.080.817         | 2.203.412              | -                   | -                | -                      | -                   | -                | -                      |
| 2010                     | 7                   | 7.389.232         | 4.384.263              | -                                | -                | -                      | 2                             | 572.771           | 208.265                | 1                   | 61.500           | 61.500                 | 1                   | 73.805           | -                      |
| 2011                     | 4                   | 1.358.989         | 1.196.990              | -                                | -                | -                      | 3                             | 277.132           | 2.362                  | 4                   | 89.028           | 17.389                 | 1                   | 80.117           | -                      |
| 2012                     | 1                   | 141.176           | 141.176                | -                                | -                | -                      | 5                             | 2.057.336         | 87.462                 | -                   | -                | -                      | 2                   | 175.457          | -                      |
| 2013                     | 3                   | 7.829.333         | 377.984                | 1                                | 782.609          | -                      | 5                             | 7.536.363         | -                      | 3                   | 2.493.260        | 2.493.388              | 2                   | 282.389          | -                      |
| 2014                     | 5                   | 2.341.481         | -                      | 1                                | 2.500.000        | -                      | 6                             | 2.492.973         | 320                    | 3                   | 94.258           | 9.936                  | 3                   | 178.954          | -                      |
| 2015                     | 6                   | 10.608.955        | 5.633.889              | -                                | -                | -                      | -                             | -                 | -                      | 1                   | 58.220           | 305                    | 2                   | 113.909          | -                      |
| 2016                     | 4                   | 1.780.007         | 353.036                | -                                | -                | -                      | -                             | -                 | -                      | 1                   | 32.653           | -                      | -                   | -                | -                      |
| <b>Total</b>             | <b>53</b>           | <b>44.837.607</b> | <b>15.199.646</b>      | <b>2</b>                         | <b>3.282.609</b> | <b>-</b>               | <b>39</b>                     | <b>17.524.768</b> | <b>2.637.205</b>       | <b>16</b>           | <b>3.011.735</b> | <b>2.765.333</b>       | <b>18</b>           | <b>1.212.908</b> | <b>31</b>              |

**DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO 31-12-2016**

|                             | EMPRESAS          |                   | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL |            | ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS |                  | PARTICULARES     |                  | HABITAÇÃO        |            | TOTAL             |                   |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|----------------------------------|------------|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------|-------------------|-------------------|
|                             | Exposição         | Imparidade        | Exposição                        | Imparidade | Exposição                     | Imparidade       | Exposição        | Imparidade       | Exposição        | Imparidade | Exposição         | Imparidade        |
| <b>Avaliação individual</b> | 44.837.607        | 15.199.646        | 3.282.609                        | -          | 17.524.768                    | 2.637.205        | 3.011.735        | 2.765.333        | 1.212.908        | 31         | 69.869.627        | 20.602.214        |
| <b>Total</b>                | <b>44.837.607</b> | <b>15.199.646</b> | <b>3.282.609</b>                 | <b>-</b>   | <b>17.524.768</b>             | <b>2.637.205</b> | <b>3.011.735</b> | <b>2.765.333</b> | <b>1.212.908</b> | <b>31</b>  | <b>69.869.627</b> | <b>20.602.214</b> |

**DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO 31-12-2015**

|                             | EMPRESAS          |                  | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL |            | ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS |                  | ORGANISMOS INVESTIMENTO COLETIVO |            | PARTICULARES     |                  | HABITAÇÃO        |            | TOTAL             |                   |
|-----------------------------|-------------------|------------------|----------------------------------|------------|-------------------------------|------------------|----------------------------------|------------|------------------|------------------|------------------|------------|-------------------|-------------------|
|                             | Exposição         | Imparidade       | Exposição                        | Imparidade | Exposição                     | Imparidade       | Exposição                        | Imparidade | Exposição        | Imparidade       | Exposição        | Imparidade | Exposição         | Imparidade        |
| <b>Avaliação individual</b> | 45.008.907        | 6.485.298        | 7.869.565                        | -          | 20.307.855                    | 4.350.091        | 3.634.899                        | -          | 3.048.051        | 2.753.323        | 1.484.941        | 3          | 81.354.219        | 13.588.715        |
| <b>Total</b>                | <b>45.008.907</b> | <b>6.485.298</b> | <b>7.869.565</b>                 | <b>-</b>   | <b>20.307.855</b>             | <b>4.350.091</b> | <b>3.634.899</b>                 | <b>-</b>   | <b>3.048.051</b> | <b>2.753.323</b> | <b>1.484.941</b> | <b>3</b>   | <b>81.354.219</b> | <b>13.588.715</b> |

**DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO EM 31-12-2016**

|   | EMPRESAS          |                   | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL |            | ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS |                  | PARTICULARES     |                  | HABITAÇÃO        |            | TOTAL             |                   |
|---|-------------------|-------------------|----------------------------------|------------|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------|-------------------|-------------------|
|   | Exposição         | Imparidade        | Exposição                        | Imparidade | Exposição                     | Imparidade       | Exposição        | Imparidade       | Exposição        | Imparidade | Exposição         | Imparidade        |
| Indústrias transformadoras  | 7.500.217         | 1.285.494         | -                                | -          | -                             | -                | -                | -                | -                | -          | 7.500.217         | 1.285.494         |
| Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio                       | -                 | -                 | 782.609                          | -          | -                             | -                | -                | -                | -                | -          | 782.609           | -                 |
| Captação, tratam. e distrib. de água; saneamento, gestão de resíduos e depol. | 22.844.634        | 12.267.929        | -                                | -          | 2.536.915                     | 2.536.915        | -                | -                | -                | -          | 25.371.549        | 14.794.844        |
| Construção  | 601.212           | 187.314           | -                                | -          | 1.894.330                     | 16.925           | -                | -                | -                | -          | 2.495.542         | 204.240           |
| Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos autom. e motociclos    | 1.658.932         | 396.930           | -                                | -          | -                             | -                | -                | -                | -                | -          | 1.658.932         | 396.930           |
| Alojamento, restauração e similares   | 449.650           | 290.375           | -                                | -          | -                             | -                | -                | -                | -                | -          | 449.650           | 290.375           |
| Atividades imobiliárias   | 595.586           | 595.586           | -                                | -          | -                             | -                | -                | -                | -                | -          | 595.586           | 595.586           |
| Atividades de informação e comunicação  | 1.015.480         | 50.646            | -                                | -          | -                             | -                | -                | -                | -                | -          | 1.015.480         | 50.646            |
| Atividades financeiras e de seguros   | 6.050.000         | 40.898            | 2.500.000                        | -          | -                             | -                | -                | -                | -                | -          | 8.550.000         | 40.898            |
| Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares                  | 9.378             | 9.378             | -                                | -          | -                             | -                | -                | -                | -                | -          | 9.378             | 9.378             |
| Atividades administrativas e dos serviços de apoio                            | -                 | -                 | -                                | -          | 151.515                       | -                | -                | -                | -                | -          | 151.515           | -                 |
| Educação  | 2.987.519         | 75.097            | -                                | -          | 12.763.482                    | 93.044           | -                | -                | -                | -          | 15.751.000        | 168.142           |
| Atividades de saúde humana e apoio social                                     | 1.125.000         | -                 | -                                | -          | -                             | -                | -                | -                | -                | -          | 1.125.000         | -                 |
| Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas              | -                 | -                 | -                                | -          | 188.526                       | 320              | -                | -                | -                | -          | 188.526           | 320               |
| Outras atividades de serviços   | -                 | -                 | -                                | -          | -                             | -                | 3.011.735        | 2.765.333        | 1.212.908        | 31         | 4.224.643         | 2.765.363         |
| Particulares  | -                 | -                 | -                                | -          | -                             | -                | -                | -                | -                | -          | -                 | -                 |
| <b>Total</b>  | <b>44.837.607</b> | <b>15.199.646</b> | <b>3.282.609</b>                 | <b>-</b>   | <b>17.524.768</b>             | <b>2.637.205</b> | <b>3.011.735</b> | <b>2.765.333</b> | <b>1.212.908</b> | <b>31</b>  | <b>69.869.627</b> | <b>20.602.214</b> |

**DETALHE DO VALOR DE EXPOSIÇÃO BRUTA E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE POR SEGMENTO EM 31-12-2015**

|  | EMPRESAS               |                  | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL |            | ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS |                  | ORGANISMOS INVEST. COLETIVO |            | PARTICULARES           |                  | HABITAÇÃO              |            | TOTAL                  |                   |
|--|------------------------|------------------|----------------------------------|------------|-------------------------------|------------------|-----------------------------|------------|------------------------|------------------|------------------------|------------|------------------------|-------------------|
|  | Imparidade e Exposição |                  | Imparidade e Exposição           |            | Imparidade e Exposição        |                  | Imparidade e Exposição      |            | Imparidade e Exposição |                  | Imparidade e Exposição |            | Exposição e Imparidade |                   |
|  | Exposição              | Imparidade       | Exposição                        | Imparidade | Exposição                     | Imparidade       | Exposição                   | Imparidade | Exposição              | Imparidade       | Exposição              | Imparidade | Exposição              | Imparidade        |
| Indústrias transformadoras   | 8.074.056              | 1.098.728        | -                                | -          | -                             | -                | -                           | -          | -                      | -                | -                      | -          | 8.074.056              | 1.098.728         |
| Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio                        | 140.486                | -                | -                                | -          | -                             | -                | -                           | -          | -                      | -                | -                      | -          | 140.486                | -                 |
| Captação, tratam. e distrib. de água; saneamento, gestão de resíduos e despol. | -                      | -                | 869.565                          | -          | -                             | -                | -                           | -          | -                      | -                | -                      | -          | 869.565                | -                 |
| Construção   | 24.361.152             | 3.259.915        | -                                | -          | 3.759.070                     | 2.395.389        | -                           | -          | -                      | -                | -                      | -          | 28.120.222             | 5.655.304         |
| Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos autom. e motociclos     | 1.555.130              | 582.032          | -                                | -          | 1.855.858                     | 723.441          | -                           | -          | -                      | -                | -                      | -          | 3.410.988              | 1.305.473         |
| Alojamento, restauração e similares  | 1.663.926              | 867.256          | -                                | -          | -                             | -                | -                           | -          | -                      | -                | -                      | -          | 1.663.926              | 867.256           |
| Atividades imobiliárias  | 695.089                | 73.714           | -                                | -          | -                             | -                | 2.626.000                   | -          | -                      | -                | -                      | -          | 3.321.089              | 73.714            |
| Atividades de informação e comunicação   | 595.556                | 595.556          | -                                | -          | -                             | -                | -                           | -          | -                      | -                | -                      | -          | 595.556                | 595.556           |
| Atividades financeiras e de seguros  | 359.390                | -                | -                                | -          | -                             | -                | 8.899                       | -          | -                      | -                | -                      | -          | 368.289                | -                 |
| Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares                   | 4.550.243              | -                | 7.000.000                        | -          | -                             | -                | 1.000.000                   | -          | -                      | -                | -                      | -          | 12.550.243             | -                 |
| Atividades administrativas e dos serviços de apoio                             | 7.978                  | 7.978            | -                                | -          | -                             | -                | -                           | -          | -                      | -                | -                      | -          | 7.978                  | 7.978             |
| Educação   | -                      | -                | -                                | -          | 188.818                       | -                | -                           | -          | -                      | -                | -                      | -          | 188.818                | -                 |
| Atividades de saúde humana e apoio social                                      | 3.005.902              | 118              | -                                | -          | 13.111.642                    | 1.231.221        | -                           | -          | -                      | -                | -                      | -          | 16.117.344             | 1.231.339         |
| Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas               | -                      | -                | -                                | -          | 1.125.000                     | -                | -                           | -          | -                      | -                | -                      | -          | 1.125.000              | -                 |
| Outras atividades de serviços  | -                      | -                | -                                | -          | 267.667                       | 40               | -                           | -          | -                      | -                | -                      | -          | 267.667                | 40                |
| Particulares   | -                      | -                | -                                | -          | -                             | -                | -                           | -          | 3.048.051              | 2.753.323        | 1.484.941              | 3          | 4.532.992              | 2.753.326         |
|  | <b>45.008.907</b>      | <b>6.485.298</b> | <b>7.869.565</b>                 | <b>-</b>   | <b>20.307.855</b>             | <b>4.350.091</b> | <b>3.634.899</b>            | <b>-</b>   | <b>3.048.051</b>       | <b>2.753.323</b> | <b>1.484.941</b>       | <b>3</b>   | <b>81.354.218</b>      | <b>19.588.715</b> |

**DETALHE DA CARTEIRA DE REESTRUTURADOS POR MEDIDA DE REESTRUTURAÇÃO APLICADA**

| Medida                                | 31/12/2016             |                   |                  |                          |                   |                  |                     |                   |                   |
|---------------------------------------|------------------------|-------------------|------------------|--------------------------|-------------------|------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
|                                       | Crédito em cumprimento |                   |                  | Crédito em incumprimento |                   |                  | Total               |                   |                   |
|                                       | Numero de operações    | Exposição         | Imparidade       | Numero de operações      | Exposição         | Imparidade       | Numero de operações | Exposição         | Imparidade        |
| A alargamento do prazo de reembolso   | 6                      | 4.806.997         | 255.750          | 2                        | 1.192.125         | 1.148.230        | 8                   | 5.999.122         | 1.403.980         |
| Rescalonamento do serviço de dívida   | 7                      | 7.840.957         | 3.300.229        | 2                        | 7.301.925         | 4.940.601        | 9                   | 15.142.882        | 8.240.829         |
| Capitalização de juros                | 3                      | 2.223.280         | 220.889          | 2                        | 2.641.301         | 1.479.840        | 5                   | 4.864.580         | 1.700.728         |
| Capitalização de juros                | -                      | -                 | -                | 1                        | 7.712             | 6.748            | 1                   | 7.712             | 6.748             |
| Ativação de níveis internos de alerta | 3                      | 4.425.221         | 40.859           | 2                        | 1.894.330         | 16.925           | 5                   | 6.319.551         | 57.784            |
| <b>Total</b>                          | <b>19</b>              | <b>19.296.454</b> | <b>3.817.727</b> | <b>9</b>                 | <b>13.037.392</b> | <b>7.592.343</b> | <b>28</b>           | <b>32.333.847</b> | <b>11.410.070</b> |

**DETALHE DA CARTEIRA DE REESTRUTURADOS POR MEDIDA DE REESTRUTURAÇÃO APLICADA**

| Medida                              | 31/12/2015             |                   |                |                          |              |            |                     |                   |                |
|-------------------------------------|------------------------|-------------------|----------------|--------------------------|--------------|------------|---------------------|-------------------|----------------|
|                                     | Crédito em cumprimento |                   |                | Crédito em incumprimento |              |            | Total               |                   |                |
|                                     | Numero de operações    | Exposição         | Imparidade     | Numero de operações      | Exposição    | Imparidade | Numero de operações | Exposição         | Imparidade     |
| A alargamento do prazo de reembolso | 6                      | 12.556.072        | 285            | -                        | -            | -          | 6                   | 12.556.072        | 285            |
| Rescalonamento do serviço de dívida | 1                      | 2.565.974         | 641.493        | -                        | -            | -          | 1                   | 2.565.974         | 641.493        |
| Capitalização de juros              | 1                      | 6.738             | -              | 1                        | 1.149        | 12         | 2                   | 7.887             | 12             |
| <b>Total</b>                        | <b>8</b>               | <b>15.128.783</b> | <b>641.778</b> | <b>1</b>                 | <b>1.149</b> | <b>12</b>  | <b>9</b>            | <b>15.129.933</b> | <b>641.790</b> |

**DETALHE DO JUSTO VALOR DOS COLATERAIS SUBJACENTES À CARTEIRA DE CRÉDITO DOS SEGMENTOS EM 31-12-2016**

| JUSTO VALOR        | EMPRESAS  |                   |                         |                   | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL |                |           |                   | ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS |                |                         |                | HABITAÇÃO |                  |          |          |
|--------------------|-----------|-------------------|-------------------------|-------------------|----------------------------------|----------------|-----------|-------------------|-------------------------------|----------------|-------------------------|----------------|-----------|------------------|----------|----------|
|                    | Imóveis   |                   | Outros colaterais reais |                   | Imóveis                          |                | Imóveis   |                   | Imóveis                       |                | Outros colaterais reais |                | Imóveis   |                  | Imóveis  |          |
|                    | Número    | Montante          | Número                  | Montante          | Número                           | Montante       | Número    | Montante          | Número                        | Montante       | Número                  | Montante       | Número    | Montante         | Número   | Montante |
| < 0,5 ME           | 5         | 657.919           | 4                       | 473.158           | -                                | -              | 4         | 1.411.428         | 1                             | 188.820        | 1                       | 2.501          | 19        | 2.935.020        | -        | -        |
| >= 0,5 ME e < 1 ME | 3         | 2.149.512         | -                       | -                 | 1                                | 910.000        | 3         | 2.294.370         | -                             | -              | 1                       | 712.716        | -         | -                | -        | -        |
| >= 1 ME e < 5 ME   | 8         | 16.943.350        | 5                       | 11.212.000        | -                                | -              | 11        | 23.351.212        | -                             | -              | -                       | -              | -         | -                | -        | -        |
| >= 5 ME e < 10 ME  | -         | -                 | -                       | -                 | -                                | -              | 2         | 12.124.628        | -                             | -              | -                       | -              | -         | -                | -        | -        |
| > 10 ME            | 2         | 20.331.000        | 1                       | 32.553.800        | -                                | -              | -         | -                 | -                             | -              | -                       | -              | -         | -                | -        | -        |
| <b>Total</b>       | <b>18</b> | <b>40.081.780</b> | <b>18</b>               | <b>44.238.958</b> | <b>1</b>                         | <b>910.000</b> | <b>20</b> | <b>39.181.638</b> | <b>1</b>                      | <b>188.820</b> | <b>2</b>                | <b>715.217</b> | <b>19</b> | <b>2.935.020</b> | <b>-</b> | <b>-</b> |

**DETALHE DO JUSTO VALOR DOS COLATERAIS SUBJACENTES À CARTEIRA DE CRÉDITO DOS SEGMENTOS EM 31-12-2015**

| JUSTO VALOR      | EMPRESAS  |                   |                         |                   | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E REGIONAL |                |                         |                  | ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS |                   |          |                  | ORGANISMOS INVESTIMENTO COLETIVO |                  |                         |                  | HABITAÇÃO |                  |         |          |
|------------------|-----------|-------------------|-------------------------|-------------------|----------------------------------|----------------|-------------------------|------------------|-------------------------------|-------------------|----------|------------------|----------------------------------|------------------|-------------------------|------------------|-----------|------------------|---------|----------|
|                  | Imóveis   |                   | Outros Colaterais Reais |                   | Imóveis                          |                | Outros Colaterais Reais |                  | Imóveis                       |                   | Imóveis  |                  | Outros Colaterais Reais          |                  | Outros Colaterais Reais |                  | Imóveis   |                  | Imóveis |          |
|                  | Número    | Montante          | Número                  | Montante          | Número                           | Montante       | Número                  | Montante         | Número                        | Montante          | Número   | Montante         | Número                           | Montante         | Número                  | Montante         | Número    | Montante         | Número  | Montante |
| < 0,5 ME         | 8         | 1.947.915         | 12                      | 1.526.289         | -                                | -              | -                       | -                | 9                             | 1.926.650         | -        | -                | 1                                | 45.000           | 2                       | 13.500           | 18        | 2.510.975        | -       | -        |
| >= 0,5ME e < 1ME | 4         | 2.982.285         | 1                       | 800.000           | 1                                | 900.000        | 1                       | 1.000.000        | 5                             | 3.749.499         | -        | -                | 1                                | 600.000          | -                       | -                | -         | -                | -       | -        |
| >= 1ME e < 5ME   | 5         | 13.528.122        | 3                       | 4.503.304         | -                                | -              | -                       | -                | 12                            | 23.470.258        | 1        | 3.199.700        | 2                                | 3.550.000        | 1                       | 1.150.000        | -         | -                | -       | -        |
| >= 5ME e < 10ME  | -         | -                 | 1                       | 9.638.581         | -                                | -              | -                       | -                | -                             | -                 | -        | -                | -                                | -                | -                       | -                | -         | -                | -       | -        |
| > 10ME           | 1         | 10.347.000        | 1                       | 53.932.000        | -                                | -              | -                       | -                | -                             | -                 | -        | -                | -                                | -                | -                       | -                | -         | -                | -       | -        |
| <b>Total</b>     | <b>18</b> | <b>28.805.322</b> | <b>18</b>               | <b>70.400.174</b> | <b>1</b>                         | <b>900.000</b> | <b>1</b>                | <b>1.000.000</b> | <b>26</b>                     | <b>29.146.407</b> | <b>1</b> | <b>3.199.700</b> | <b>4</b>                         | <b>4.195.000</b> | <b>3</b>                | <b>1.163.500</b> | <b>18</b> | <b>2.510.975</b> |         |          |

| Segmento/Rácio                          | 31/12/2016        |                        |                          |                  |                  | dos quais:                   |  |
|---|-------------------|------------------------|--------------------------|------------------|------------------|------------------------------|--|
|   | Número de Imóveis | Crédito em cumprimento | Crédito em incumprimento | Imparidade       | Construção       | CRE - Commercial Real Estate |  |
| <b>Empresas</b>                         |                   |                        |                          |                  |                  |                              |  |
| Sem colateral associado                 | n.a.              | 845                    | 2.182.293                | 692.310          | 543.755          | 437                          |  |
| < 60%                                   | 10                | 9.184.980              | 752.860                  | 1.034.343        | 357.529          | -                            |  |
| >= 80% e < 100%                         | 2                 | 280.484                | 0                        | 45.614           | -                | -                            |  |
| >= 100%                                 | 5                 | 5.413.897              | 4.032.423                | 1.235.925        | 4.032.423        | -                            |  |
| <b>Administração Central e Regional</b> |                   |                        |                          |                  |                  |                              |  |
| >= 80% e < 100%                         | 1                 | 782.609                | -                        | -                | -                | -                            |  |
| <b>Entidades sem Fins Lucrativos</b>    |                   |                        |                          |                  |                  |                              |  |
| Sem colateral associado                 | n.a.              | 355.029                | 150.222                  | 154.992          | 132.164          | -                            |  |
| < 60%                                   | 13                | 2.543.569              | 2.159.790                | 227.949          | 208.265          | -                            |  |
| >= 60% e < 80%                          | 3                 | 4.005.639              | -                        | -                | 0                | -                            |  |
| >= 80% e < 100%                         | 2                 | 3.177.449              | -                        | -                | -                | -                            |  |
| >= 100%                                 | 2                 | 1.139.044              | 1.721.541                | -                | -                | -                            |  |
| <b>Particulares</b>                     |                   |                        |                          |                  |                  |                              |  |
| Sem colateral associado                 | n.a.              | 62.348                 | -                        | 6.088            | -                | -                            |  |
| < 60%                                   | 12                | 626.256                | -                        | 805              | -                | -                            |  |
| >= 60% e < 80%                          | 6                 | 610.871                | -                        | 679              | -                | -                            |  |
| >= 80% e < 100%                         | 1                 | 53.223                 | -                        | -                | -                | -                            |  |
| >= 100%                                 | 1                 | 55.427                 | -                        | -                | -                | -                            |  |
|   |                   | <b>28.291.669</b>      | <b>10.999.127</b>        | <b>3.398.704</b> | <b>5.274.135</b> | <b>437</b>                   |  |

**RÁCIO Loan To Value (LTV) POR SEGMENTOS**

|  | 31/12/2016        |                        |                          |                  | dos quais:        |  |                  |
|--|-------------------|------------------------|--------------------------|------------------|-------------------|--|------------------|
| Segmento/Rácio                             | Número de Imóveis | Crédito em cumprimento | Crédito em incumprimento | Imparidade       | Construção        | CRE -<br>Commercia<br>l Real<br>Estate | Habitação        |
| <b>Empresas</b>                            |                   |                        |                          |                  |                   |  |                  |
| Sem colateral associado                    | n.a.              | 2.014.738              | 541.884                  | 535.206          | 526.959           | 151.875                                | -                |
| < 60%                                      | 10                | 13.560.456             | 1.288.754                | 1.855.933        | 6.791.209         | -                                      | -                |
| > = 80% e < 100%                           | 1                 | 1.611.270              | 21.871                   | 219              | 1.633.141         | -                                      | -                |
| > = 100%                                   | 3                 | 3.852.940              | 594.046                  | 579.483          | 4.032.423         | -                                      | -                |
| <b>Administração Central e Regional</b>    |                   |                        |                          |                  |                   |  |                  |
| Sem colateral associado                    | n.a.              | 3.500.000              | -                        | -                | -                 | -                                      | -                |
| > = 80% e < 100%                           | 1                 | 869.565                | -                        | -                | -                 | -                                      | -                |
| <b>Entidades sem Fins Lucrativos</b>       |                   |                        |                          |                  |                   |  |                  |
| Sem colateral associado                    | n.a.              | 492.421                | 14.975                   | 14.693           | 11.584            | -                                      | -                |
| < 60%                                      | 15                | 6.645.415              | 229.777                  | 1.932.911        | 1.127.136         | -                                      | -                |
| > = 60% e < 80%                            |                   |                        |                          |                  |                   |  |                  |
| > = 80% e < 100%                           |                   |                        |                          |                  |                   |  |                  |
| > = 100%                                   |                   |                        |                          |                  |                   |  |                  |
| <b>Organismos de Investimento Coletivo</b> |                   |                        |                          |                  |                   |  |                  |
| Sem colateral associado                    | n.a.              | 8.899                  | -                        | -                | -                 | -                                      | -                |
| > = 100%                                   | 1                 | 2.626.000              | -                        | -                | -                 | 2.626.000                              | -                |
| <b>Particulares</b>                        |                   |                        |                          |                  |                   |  |                  |
| Sem colateral associado                    | n.a.              | 1.471.580              | 1.443.443                | 1.444.576        | -                 | -                                      | -                |
| < 60%                                      | 16                | 1.019.174              | -                        | -                | -                 | -                                      | 938.837          |
| > = 60% e < 80%                            | 4                 | 467.028                | -                        | -                | -                 | -                                      | 467.028          |
|  |                   | <b>38.139.486</b>      | <b>4.134.750</b>         | <b>6.363.021</b> | <b>14.122.452</b> | <b>2.777.875</b>                       | <b>1.405.865</b> |

As exposições apresentadas não incluem o valor dos juros a receber, a 31 de dezembro de 2016 e a 31 de dezembro de 2015, no montante de € 652 298 e € 800 309 respetivamente, os quais fazem parte do crédito a clientes (ver Nota 20).

Os imóveis recebidos em dação de pagamento de crédito são avaliados presencialmente, e a avaliação é feita por peritos avaliadores externos ao Banco, devidamente credenciados e que obrigatoriamente devem visitar o imóvel. O objetivo destas avaliações é determinar o valor de mercado do imóvel.

Para a determinação do valor de mercado de um imóvel é possível recorrer a três métodos de avaliação: “Método de mercado”, “Método do rendimento” e “Método do custo”.

Os quadros abaixo mostram a exposição dos imóveis recebidos em dação de pagamento de crédito e imparidade associada reportada a 31 de dezembro de 2016 e 2015:

**DETALHE DO JUSTO VALOR E DO VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO DOS IMÓVEIS RECEBIDOS EM DAÇÃO, POR TIPO DE ATIVO**

| Ativo                               | 31/12/2016        |                      |                      | 31/12/2015        |                      |                      |
|-------------------------------------|-------------------|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
|                                     | Número de Imóveis | Justo valor do ativo | Valor contabilístico | Número de Imóveis | Justo valor do ativo | Valor contabilístico |
| <b>Terreno</b>                      | <b>48</b>         | <b>8.222.395</b>     | <b>7.435.375</b>     | <b>17</b>         | <b>5.690.310</b>     | <b>4.802.270</b>     |
| Urbano                              | 42                | 4.788.595            | 4.645.077            | 6                 | 2.498.460            | 1.731.308            |
| Rural                               | 6                 | 3.433.800            | 2.790.298            | 11                | 3.191.850            | 3.070.962            |
| <b>Edifícios em desenvolvimento</b> | -                 | -                    | -                    | -                 | -                    | -                    |
| <b>Edifícios construídos</b>        | <b>10</b>         | <b>936.320</b>       | <b>854.018</b>       | <b>13</b>         | <b>3.346.310</b>     | <b>2.999.121</b>     |
| Comerciais                          | 4                 | 259.110              | 161.479              | 6                 | 515.610              | 419.766              |
| Habitação                           | 1                 | 39.000               | 33.051               | 1                 | 39.400               | 33.051               |
| Outros                              | 5                 | 638.210              | 659.488              | 6                 | 2.791.300            | 2.546.304            |
| <b>Outros</b>                       | <b>6</b>          | <b>4.003.400</b>     | <b>2.538.268</b>     | <b>13</b>         | <b>470.050</b>       | <b>465.507</b>       |
| <b>Total</b>                        | <b>64</b>         | <b>13.162.115</b>    | <b>10.827.661</b>    | <b>43</b>         | <b>9.506.670</b>     | <b>8.266.898</b>     |

**DETALHE DO JUSTO VALOR DOS IMÓVEIS RECEBIDOS EM DAÇÃO POR ANTIGUIDADE**

| Tempo decorrido desde a dação/execução | 31/12/2016       |                      |                        |                  |                   | 31/12/2015 |                      |                        |                  |                  |
|--|------------------|----------------------|------------------------|------------------|-------------------|------------|----------------------|------------------------|------------------|------------------|
|  | < 1 ano          | >= 1ano e < 2,5 anos | >= 2,5 anos e < 5 anos | >= 5 anos        | Total             | < 1 ano    | >= 1ano e < 2,5 anos | >= 2,5 anos e < 5 anos | >= 5 anos        | Total            |
| <b>Terreno</b>                         | <b>2.873.735</b> | <b>887.000</b>       | <b>1.774.800</b>       | <b>1.567.400</b> | <b>8.222.395</b>  | -          | -                    | <b>3.231.250</b>       | <b>472.000</b>   | <b>5.690.310</b> |
| Urbano                                 | 2.873.735        | 366.100              | 753.360                | 795.400          | 4.788.595         | -          | 1.253.100            | 773.360                | 472.000          | 2.498.460        |
| Rural                                  | -                | 887.000              | 1.774.800              | 772.000          | 3.433.800         | -          | -                    | 3.191.850              | -                | 3.191.850        |
| <b>Edifícios em desenvolvimento</b>    | -                | -                    | -                      | -                | -                 | -          | -                    | -                      | -                | -                |
| <b>Edifícios construídos</b>           | -                | -                    | <b>110.860</b>         | <b>825.460</b>   | <b>936.320</b>    | -          | <b>110.860</b>       | <b>39.400</b>          | <b>3.196.050</b> | <b>2.791.300</b> |
| Comerciais                             | -                | -                    | 110.860                | 148.250          | 259.110           | -          | 110.860              | -                      | 404.750          | -                |
| Habitação                              | -                | -                    | -                      | 39.000           | 39.000            | -          | -                    | 39.400                 | -                | -                |
| Outros                                 | -                | -                    | -                      | 638.210          | 638.210           | -          | -                    | -                      | 2.791.300        | 2.791.300        |
| <b>Outros</b>                          | -                | -                    | -                      | 4.003.400        | 4.003.400         | -          | -                    | 34.850                 | 435.200          | 470.050          |
| <b>Total</b>                           | <b>2.873.735</b> | <b>887.000</b>       | <b>1.885.660</b>       | <b>6.396.260</b> | <b>13.162.115</b> | -          | <b>110.860</b>       | <b>3.305.500</b>       | <b>4.103.250</b> | <b>8.951.660</b> |

A qualidade de crédito dos ativos financeiros do Banco, avaliada de acordo com as notações de *rating* disponíveis, bem como a exposição ao risco de crédito por instrumento financeiro, em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, podem ser analisadas nos quadro que se seguem:



**31 de dezembro de 2016**

| Tipo de instrumento financeiro                   | Origem         | Rating Grade Class (ii) | Exposição bruta   | Imparidade          | Exposição líquida |
|--|----------------|-------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| <b>Patrimoniais</b>                              |                |                         |                   |                     |                   |
| Disponibilidades em bancos centrais              | n/d            | n/d                     | 16.318.781        | -                   | 16.318.781        |
| Disponibilidades em instituições de crédito      | n/d            | n/d                     | 452.541           | -                   | 452.541           |
| Ativos financeiros detidos para negociação       | n/d            | n/d                     | 3.069.953         | -                   | 3.069.953         |
|  |                |                         | <b>3.069.953</b>  | -                   | <b>3.069.953</b>  |
| <b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b> |                |                         |                   |                     |                   |
| Rating externo                                   | A+ a BBB+      | BBB a BBB-              | 12.313.110        | -                   | 12.313.110        |
|  |                | BBB a BBB-              | 6.314.770         | -                   | 6.314.770         |
|  |                | BB+ a BB-               | 12.381.238        | -                   | 12.381.238        |
|  |                | n/d                     | 5.991.824         | (641.678)           | 5.350.147         |
|  |                |                         | <b>37.000.942</b> | <b>(641.678)</b>    | <b>36.359.265</b> |
| Aplicações em instituições de crédito            | n/d            | n/d                     | 50.000            | -                   | 50.000            |
| Crédito a Clientes (i)                           | n/d            | n/d                     | 73.990.999        | (20.637.214)        | 53.353.784        |
| Ativos detidos até à maturidade                  | Rating externo | BB                      | 7.267.659         | (6.553.399)         | 714.260           |
|  |                |                         | <b>81.308.658</b> | <b>(27.190.614)</b> | <b>54.118.044</b> |
| Devedores e outras aplicações                    | n/d            | n/d                     | 1.543.393         | (1.258.800)         | 284.593           |
|  |                |                         | <b>1.543.393</b>  | <b>(1.258.800)</b>  | <b>284.593</b>    |
| <b>Extrapatrimoniais</b>                         |                |                         |                   |                     |                   |
| Garantias prestadas                              | n/d            | n/d                     | 7.068.296         | -                   | 6.979.301         |
| Linhas de crédito                                | n/d            | n/d                     | 1.436.523         | -                   | 1.436.523         |
|  |                |                         | <b>8.504.818</b>  | -                   | <b>8.415.824</b>  |

### 31 de dezembro de 2015

| Tipo de instrumento financeiro              | Origem         | Rating Grade Class (ii) | Exposição bruta   | Imparidade          | Exposição líquida |
|---|----------------|-------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| Patrimoniais                                |                |                         |                   |                     |                   |
| Disponibilidades em bancos centrais         | n/d            | n/d                     | 14.308.256        | -                   | 14.308.256        |
| Disponibilidades em instituições de crédito | n/d            | n/d                     | 14.135.548        | -                   | 14.135.548        |
| Ativos financeiros detidos para negociação  | n/d            | n/d                     | 2.223.365         | -                   | 2.223.365         |
|   |                |                         | <b>30.667.169</b> | -                   | <b>30.667.169</b> |
| Ativos financeiros disponíveis para venda   | Rating externo | A+ a BBB+               | 9.760.358         | -                   | 9.760.358         |
|   |                | BBB a BBB-              | 6.534.353         | -                   | 6.534.353         |
|   |                | BB+ a BB-               | 8.275.311         | -                   | 8.275.311         |
|   |                | CCC+                    | 1.419             | -                   | 1.419             |
|   |                | A a A-                  | 2.512.646         | -                   | 2.512.646         |
|   | n/d            | n/d                     | 5.970.270         | (436.036)           | 5.534.234         |
|   |                |                         | <b>33.054.357</b> | <b>(436.036)</b>    | <b>32.618.321</b> |
| Aplicações em instituições de crédito       | n/d            | n/d                     | 50.000            | -                   | 50.000            |
| Crédito a Clientes (i)                      | n/d            | n/d                     | 86.066.789        | (13.867.699)        | 72.199.090        |
| Ativos detidos até à maturidade             | Rating externo | BB                      | 7.265.712         | (6.553.399)         | 712.313           |
|   |                |                         | <b>92.619.931</b> | <b>(20.986.559)</b> | <b>71.633.372</b> |
| Devedores e outras aplicações               | n/d            | n/d                     | 4.267.684         | (2.197.572)         | 2.070.112         |
|   |                |                         | <b>4.267.684</b>  | <b>(2.197.572)</b>  | <b>2.070.112</b>  |
| Extrapatrimoniais                           |                |                         |                   |                     |                   |
| Garantias prestadas                         | n/d            | n/d                     | 12.968.688        | -                   | 12.968.688        |
| Linhas de crédito                           | n/d            | n/d                     | 1.830.840         | -                   | 1.830.840         |
|   |                |                         | <b>14.799.528</b> | -                   | <b>14.799.528</b> |

(i) esta rubrica inclui: crédito a clientes, vincendo e vencido e juros a receber;

(ii) estas notações provêm de três agências de rating: Standard & Poors, Moody's e Fitch.

Relativamente ao crédito a clientes, o Banco não dispõe atualmente de *rating* interno. Esta indisponibilidade tem vindo a ser suprida pelo recurso a uma *External Credit Assessment Institution* (ECAI) cujos serviços são utilizados pelo Banco para apoiar a análise de risco dos seus clientes, em linha com a comunicação do Banco de Portugal (22/02/2010).

Os quadros acima representam o pior cenário (*worst case*) a nível de exposição do Banco a risco de crédito em 31 de dezembro de 2016 e 2015, pois não foram tidos em consideração os colaterais detidos.

A ventilação setorial desta carteira evidencia a presença numa multiplicidade de setores de atividade, com especial relevância para o setor da construção e atividades imobiliárias, a que não são alheias as relações que preferencialmente se encontram estabelecidas com o segmento das Cooperativas de Habitação, parte integrante do setor da Economia Social.

Decorrente da política de prudência adotada pelo Banco resulta a elevada proporção de créditos concedidos que se encontram apoiados em garantias reais, normalmente representadas por primeiras hipotecas de imóveis.

Em cúmulo com as garantias reais e na generalidade dos casos onde estas sejam dispensadas, os créditos são, em regra, colateralizados por garantias pessoais (fianças, avales, livranças) que conferem a qualidade exigida no processo de concessão de crédito.

### 3.2 Risco de mercado

O risco de mercado (taxa de juro, taxa de câmbio, cotações) surge na medida em que o Banco pode deter na sua carteira instrumentos financeiros cujo valor pode ser afetado por variações das condições de

mercado, que possam surgir como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por fatores específicos do próprio instrumento, quer por fatores que possam afetar todos os instrumentos negociados no mercado.

O risco de mercado inerente às carteiras de valores mobiliários detidas pelo BPG é objeto de definição de limites pelo Órgão do Banco (Comité de Investimento) competente para o efeito (por classes de ativos, qualidade de risco de emitentes de dívida, mercados/regiões geográficas suscetíveis de investimento, níveis de *stop loss* na carteira de negociação, etc.), bem como a rentabilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo Órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

A carteira de valores mobiliários em 31 de dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição por segmentos de mercado e área geográfica:

| Ventilação Sectorial da Carteira de Valores Mobiliários a 31 de Dezembro (i) |                   |                   |                  |                  |                            |                  |                   |                   |                  |                |
|--|-------------------|-------------------|------------------|------------------|----------------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|----------------|
|  | Obrigações        |                   | Ações            |                  | Unidades Participação / FM |                  | Total por Sector  |                   | Total por Sector |                |
|  | 31/12/2016        | 31/12/2015        | 31/12/2016       | 31/12/2015       | 31/12/2016                 | 31/12/2015       | 31/12/2016        | 31/12/2015        | 31/12/2016       | 31/12/2015     |
| Administração Pública  | 17.266.000        | 17.839.217        | -                | -                | -                          | -                | 17.266.000        | 17.839.217        | 38,98%           | 45,19%         |
| Sector Financeiro  | 5.591.974         | 3.921.253         | 3.797.074        | 1.974.181        | 4.159.202                  | 3.371.140        | 13.548.250        | 9.266.574         | 30,58%           | 23,47%         |
| Energia  | 5.310.184         | 4.517.890         | -                | 106.938          | -                          | -                | 5.310.184         | 4.624.828         | 11,99%           | 11,72%         |
| Telecomunicações   | -                 | 1.501.056         | -                | -                | -                          | -                | -                 | 1.501.056         | 0,00%            | 3,80%          |
| Indústria Automóvel  | -                 | -                 | 113.152          | -                | -                          | -                | 113.152           | -                 | 0,26%            | 0,00%          |
| Transportes  | 5.058.874         | 2.446.884         | -                | 265.245          | -                          | -                | 5.058.874         | 2.712.129         | 11,42%           | 6,87%          |
| Seguradoras  | -                 | -                 | -                | -                | 116.780                    | -                | 116.780           | -                 | 0,26%            | 0,00%          |
| Indústrias Transf. Diversas  | 1.491.398         | 1.491.125         | 50.000           | 181.907          | -                          | -                | 1.541.398         | 1.673.032         | 3,48%            | 4,24%          |
| Atividades imobiliárias  | -                 | -                 | 7.277            | 1.676.710        | -                          | -                | 7.277             | 1.676.710         | 0,02%            | 4,25%          |
| Diversos   | 1.113.408         | -                 | 224.791          | 181.130          | -                          | -                | 1.338.199         | 181.130           | 3,03%            | 0,46%          |
| <b>Total</b>   | <b>35.831.838</b> | <b>31.717.425</b> | <b>4.192.294</b> | <b>3.918.610</b> | <b>4.275.982</b>           | <b>3.788.185</b> | <b>44.300.115</b> | <b>39.474.676</b> | <b>100,00%</b>   | <b>100,00%</b> |

(i) não se encontram incluídos derivados de negociação.

| Ventilação Geográfica da Carteira de Valores Mobiliários pelos Principais Mercados a 31 de Dezembro (i) |                   |                   |                  |                  |                  |               |                   |                   |
|---|-------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|---------------|-------------------|-------------------|
|   | Zona Euro         |                   | USA              |                  | Outros Mercados  |               | Total             |                   |
|   | 31/12/2016        | 31/12/2015        | 31/12/2016       | 31/12/2015       | 31/12/2016       | 31/12/2015    | 31/12/2016        | 31/12/2015        |
| Obrigações  | 30.853.314        | 27.779.417        | 1.510.141        | -                | -                | -             | 32.363.455        | 27.779.417        |
| Papel Comercial   | 3.468.384         | 3.938.009         | -                | -                | -                | -             | 3.468.384         | 3.938.009         |
| Ações   | 1.632.539         | 3.389.205         | 1.936.887        | 905.060          | 622.869          | 91.846        | 4.192.294         | 4.386.111         |
| Unidades Participação   | 835.726           | 3.197.754         | -                | 173.386          | 3.440.256        | -             | 4.275.982         | 3.371.140         |
| <b>Total por mercado</b>  | <b>36.789.962</b> | <b>38.304.385</b> | <b>3.447.028</b> | <b>1.078.446</b> | <b>4.063.125</b> | <b>91.846</b> | <b>44.300.115</b> | <b>39.474.677</b> |
| <b>Total por mercado (%)</b>  | <b>83,05%</b>     | <b>97,04%</b>     | <b>7,78%</b>     | <b>2,73%</b>     | <b>9,17%</b>     | <b>0,23%</b>  | <b>100,00%</b>    | <b>100,00%</b>    |

(i) não se encontram incluídos derivados de negociação.

### Análise de sensibilidade ao risco de mercado

O risco de mercado (taxa de juro, taxa de câmbio, preço das ações, preço de mercadorias e spread) define-se como a possibilidade de incorrer em perdas, devido a variações inesperadas do preço de instrumentos ou de operações da taxa de juro ou da taxa de câmbio.

A diversificação dos investimentos incluídos na carteira própria do Banco, quer no que se refere à ventilação regional e setorial, quer no que respeita à natureza dos instrumentos financeiros, tem sido um dos principais instrumentos de gestão do risco do mercado.

Esta política de diversificação das aplicações em múltiplos mercados e instrumentos financeiros continuou a ter expressão nos segmentos de maior risco através do investimento em instrumentos que replicam índices representativos da globalidade de determinados mercados (vg, os índices *DAX*, *CAC*, *S&P*,

*Dow Jones*), ou ainda através de ETF compósitos (vg. Mercados Emergentes) proporcionando um amortecimento das volatilidades que estariam associadas aos valores mobiliários que individualmente integram esses índices.

Por outro lado, na gestão das carteiras de valores mobiliários de renda fixa, procedeu-se ao reforço da presença de emitentes da zona euro, particularmente de Portugal, sem prejuízo da manutenção de algum grau de exposição a emitentes de países considerados “core”, tendo em vista um melhor balanceamento dos riscos de mercado.

O modelo VaR (*Value at Risk*) em uso continua a ser uma das mais importantes ferramentas para a estimação da sensibilidade da carteira de títulos ao risco de mercado, proporcionando indicações que posteriormente se incorporam no processo de decisões de investimento e de desinvestimento a que a gestão da carteira própria se subordina.

### **3.4 Risco Cambial**

O Risco de câmbio surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre moedas, sempre que existam posições nessas moedas. As posições em moeda diferente do EUR, resultado da atividade corrente do Banco, assumem um caráter de reduzida relevância.

Por outro lado, a exposição longa em USD em ativos financeiros existentes na carteira de negociação é também objeto de atento acompanhamento, podendo pontualmente dar origem a compensação parcial através da assunção de uma exposição curta naquela moeda em derivados, com vista à redução do risco cambial.

O Banco tem contratada com uma Instituição de Crédito nacional uma linha de crédito no montante de 7,9 milhões de dólares, a qual se encontra parcialmente utilizada, tendo em vista o financiamento de operações de crédito concedido nessa moeda, assim permitindo a quase total cobertura do risco cambial inerente àquelas operações.

O contravalor em euros dos elementos do ativo e do passivo, expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, decompõe-se como segue:

31 de dezembro de 2016

| Contravalor em euros dos saldos em moeda estrangeira   |              |                  |               |               |                    |                    |
|--|--------------|------------------|---------------|---------------|--------------------|--------------------|
|  | BRL          | USD              | CHF           | CVE           | EUR                | Total              |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais            | 1.423        | 8.251            | -             | 136           | 16.308.971         | 16.318.781         |
| Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | -            | 50.926           | 60.188        | 6.471         | 334.956            | 452.541            |
| Ativos financeiros detidos para negociação             | -            | 1.854.759        | -             | -             | 1.215.194          | 3.069.953          |
| Ativos financeiros disponíveis para venda              | 7.035        | 784.074          | -             | 8.407         | 35.559.749         | 36.359.265         |
| Aplicações em instituições de crédito                  | -            | -                | -             | -             | 50.000             | 50.000             |
| Créditos a clientes                                    | -            | 3.757.843        | -             | -             | 49.595.942         | 53.353.785         |
| Investimentos detidos até à maturidade                 | -            | -                | -             | -             | 714.260            | 714.260            |
| Ativos não correntes detidos para venda                | -            | -                | -             | -             | 9.213.813          | 9.213.813          |
| Propriedades de investimento                           | -            | -                | -             | -             | 1.562.297          | 1.562.297          |
| Outros ativos tangíveis                                | -            | -                | -             | -             | 1.920.355          | 1.920.355          |
| Ativos intangíveis                                     | -            | -                | -             | -             | 88.202             | 88.202             |
| Ativos por impostos diferidos                          | -            | -                | -             | -             | 6.442.986          | 6.442.986          |
| Outros ativos  | -            | 108.092          | -             | -             | 725.791            | 833.883            |
| <b>Total Ativo</b>                                     | <b>8.458</b> | <b>6.563.944</b> | <b>60.188</b> | <b>15.014</b> | <b>123.732.517</b> | <b>130.380.120</b> |
|  | BRL          | USD              | CHF           | CVE           | EUR                | Total              |
| Recursos de bancos centrais                            | -            | -                | -             | -             | 18.000.000         | 18.000.000         |
| Passivos financeiros detidos para negociação           | -            | -                | -             | -             | -                  | -                  |
| Recursos de outras instituições de crédito             | -            | 6.541.160        | -             | -             | 26.671.195         | 33.212.355         |
| Recursos de clientes e outros empréstimos              | -            | 65               | -             | -             | 52.992.675         | 52.992.740         |
| Provisões  | -            | -                | -             | -             | 177.482            | 177.482            |
| Passivos por impostos correntes                        | -            | -                | -             | -             | 91.485             | 91.485             |
| Passivos por impostos diferidos                        | -            | -                | -             | -             | 78.766             | 78.766             |
| Outros passivos subordinados                           | -            | -                | -             | -             | 2.600.469          | 2.600.469          |
| Outros passivos  | 38           | 2.250            | -             | -             | 867.114            | 869.402            |
| <b>Total Passivo</b>                                   | <b>38</b>    | <b>6.543.475</b> | <b>-</b>      | <b>-</b>      | <b>101.479.186</b> | <b>108.022.699</b> |
| Capital  | -            | -                | -             | -             | 53.651.913         | 53.651.913         |
| Prémios de emissão                                     | -            | -                | -             | -             | 9.235              | 9.235              |
| Ações próprios   | -            | -                | -             | -             | (21.490)           | (21.490)           |
| Reservas de reavaliação                                | -            | (52.328)         | -             | -             | (399.022)          | (451.350)          |
| Outras reservas e resultados transitados               | -            | -                | -             | -             | (22.071.924)       | (22.071.924)       |
| Resultado do exercício                                 | -            | -                | -             | -             | (8.758.962)        | (8.758.962)        |
| <b>Total Passivo + Capital Próprio</b>                 | <b>38</b>    | <b>6.491.147</b> | <b>-</b>      | <b>-</b>      | <b>123.888.935</b> | <b>130.380.120</b> |
| <b>Posição líquida em Balanço</b>                      | <b>8.420</b> | <b>72.797</b>    | <b>60.188</b> | <b>15.014</b> | <b>(156.419)</b>   |                    |
| <b>Rubricas extrapatrimoniais</b>                      |              |                  |               |               |                    |                    |
| Futuros de cotações                                    | -            | 531.839          | -             | -             | -                  | -                  |
| Futuros de divisas                                     | -            | -                | -             | -             | 4.938.000          | -                  |

31 de dezembro de 2015

| Contravalor em euros dos saldos em moeda estrangeira   |              |                   |               |                |                    |                    |
|--|--------------|-------------------|---------------|----------------|--------------------|--------------------|
|  | BRL          | USD               | CHF           | CVE            | EUR                | Total              |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais            | 1.136        | 8.017             | -             | 136            | 14.320.370         | 14.329.659         |
| Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | -            | 78.851            | 59.350        | 6.471          | 13.990.876         | 14.135.548         |
| Ativos financeiros detidos para negociação             | -            | 905.060           | -             | -              | 1.318.305          | 2.223.365          |
| Ativos financeiros disponíveis para venda              | 5.810        | 698.008           | -             | 272.072        | 31.642.432         | 32.618.321         |
| Aplicações em instituições de crédito                  | -            | -                 | -             | -              | 50.000             | 50.000             |
| Créditos a clientes                                    | -            | 12.102.647        | -             | -              | 60.096.443         | 72.199.090         |
| Investimentos detidos até à maturidade                 | -            | -                 | -             | -              | 712.313            | 712.313            |
| Ativos não correntes detidos para venda                | -            | -                 | -             | -              | 6.555.731          | 6.555.731          |
| Propriedades de investimento                           | -            | -                 | -             | -              | 1.767.419          | 1.767.419          |
| Outros ativos tangíveis                                | -            | -                 | -             | -              | 2.133.112          | 2.133.112          |
| Ativos intangíveis                                     | -            | -                 | -             | -              | 168.804            | 168.804            |
| Ativos por impostos diferidos                          | -            | -                 | -             | -              | 4.417.899          | 4.417.899          |
| Outros ativos  | -            | 702.563           | -             | -              | 2.116.716          | 2.819.279          |
| <b>Total Ativo</b>                                     | <b>6.946</b> | <b>14.495.146</b> | <b>59.350</b> | <b>278.679</b> | <b>139.290.419</b> | <b>154.130.540</b> |
|  | BRL          | USD               | CHF           | CVE            | EUR                | Total              |
| Recursos de bancos centrais                            | -            | -                 | -             | -              | 18.009.507         | 18.009.507         |
| Passivos financeiros detidos para negociação           | -            | -                 | -             | -              | 1.834.512          | 1.834.512          |
| Recursos de outras instituições de crédito             | -            | 9.503.242         | 27.739        | -              | 32.369.013         | 41.899.994         |
| Recursos de clientes e outros empréstimos              | -            | 4.450             | -             | -              | 64.909.464         | 64.913.914         |
| Provisões  | -            | -                 | -             | -              | 428.822            | 428.822            |
| Passivos por impostos correntes                        | -            | -                 | -             | -              | 39.301             | 39.301             |
| Passivos por impostos diferidos                        | -            | -                 | -             | -              | 53.615             | 53.615             |
| Outros passivos subordinados                           | -            | -                 | -             | -              | 6.628.646          | 6.628.646          |
| Outros passivos  | -            | 72.907            | -             | -              | 929.399            | 1.002.306          |
| <b>Total Passivo</b>                                   | <b>-</b>     | <b>9.580.600</b>  | <b>27.739</b> | <b>-</b>       | <b>125.202.279</b> | <b>134.810.617</b> |
| Capital  | -            | -                 | -             | -              | 41.651.915         | 41.651.915         |
| Prémios de emissão                                     | -            | -                 | -             | -              | 9.235              | 9.235              |
| Ações próprios   | -            | -                 | -             | -              | (21.490)           | (21.490)           |
| Reservas de reavaliação                                | -            | 12.429            | -             | -              | (259.941)          | (247.512)          |
| Outras reservas e resultados transitados               | -            | -                 | -             | -              | (12.598.811)       | (12.598.811)       |
| Resultado do exercício                                 | -            | -                 | -             | -              | (9.473.413)        | (9.473.413)        |
| <b>Total Passivo + Capital Próprio</b>                 | <b>-</b>     | <b>9.593.028</b>  | <b>27.739</b> | <b>-</b>       | <b>144.509.773</b> | <b>154.130.540</b> |
| <b>Posição líquida em Balanço</b>                      | <b>6.946</b> | <b>4.902.117</b>  | <b>31.611</b> | <b>278.679</b> | <b>(5.219.354)</b> |                    |
| <b>Rubricas extrapatrimoniais</b>                      |              |                   |               |                |                    |                    |
| Futuros de cotações                                    | -            | -                 | -             | -              | 131.280            | <b>131.280</b>     |
| Futuros de divisas                                     | -            | -                 | -             | -              | 1.007.642          | <b>1.007.642</b>   |

Como decorre da análise destes quadros, o risco cambial do Banco relativamente a moedas diferentes da que é a base da sua atividade (Euro) respeita a posições essencialmente em USD, as quais são objeto de gestão com vista à adequada cobertura desse risco.

### 3.5 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro respeita ao efeito que os movimentos das taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial do Banco.

Este risco resulta dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos ativos, passivos e posições fora de balanço, face a alterações de taxas. Desta forma o risco de taxa de juro associado ao justo valor é o risco do justo valor de um instrumento financeiro variar devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

O Banco realiza periodicamente “*stress tests*” à carteira bancária, com base nos pressupostos da Instrução nº 19/2005, que pressupõe uma variação absoluta de 200 bp na taxa de juro, e os quais têm proporcionado resultados que se medem por um impacto sobre os Fundos Próprios do Banco.

As tabelas abaixo apresentam a sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco com exposição ao risco de taxa de juro, refletindo os valores contabilísticos distribuídos de acordo com as datas fixadas para a próxima revisão de taxas:

| 31 de Dezembro de 2016                                 |                   |                     |                     |                     |                     |                     |                     |                   |                    |
|--|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
|  | 6 meses a 1       |                     |                     |                     |                     |                     | Sem                 |                   | Total              |
|  | 1 Mês             | 1 a 3 meses         | 3 a 6 meses         | ano                 | 1 a 2 anos          | 2 a 3 anos          | mais de 3 anos      | rentabilidade     |                    |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais            | -                 | -                   | -                   | -                   | -                   | -                   | -                   | 16.318.781        | 16.318.781         |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito     | -                 | -                   | -                   | -                   | -                   | -                   | -                   | 452.541           | 452.541            |
| Aplicações em instituições de crédito                  | -                 | 50.000              | -                   | -                   | -                   | -                   | -                   | -                 | 50.000             |
| Crédito a clientes não representativo de v. mobiliário | 19.141.315        | 12.715.479          | 16.637.007          | -                   | 57.915              | 3.983.945           | -                   | 231.752           | 52.767.413         |
| Outros créditos e valores a receber (titulados)        | -                 | 1.491.398           | 1.976.985           | -                   | -                   | -                   | -                   | -                 | 3.468.384          |
| Ativos financeiros detidos para negociação             | -                 | -                   | -                   | -                   | -                   | -                   | -                   | 3.069.953         | 3.069.953          |
| Ativos financeiros disponíveis para venda              | -                 | -                   | -                   | -                   | 3.180.582           | 2.073.280           | 26.347.852          | 4.756.646         | 36.358.360         |
| Ativos detidos até à maturidade                        | -                 | -                   | -                   | -                   | 697.277             | -                   | -                   | -                 | 697.277            |
|  | <b>19.141.315</b> | <b>14.256.877</b>   | <b>18.613.992</b>   | <b>-</b>            | <b>3.935.775</b>    | <b>6.057.225</b>    | <b>26.347.852</b>   | <b>24.829.674</b> | <b>113.182.710</b> |
| Recursos de bancos centrais                            | -                 | 8.500.000           | -                   | -                   | -                   | 9.500.000           | -                   | -                 | 18.000.000         |
| Recursos de instituições de crédito                    | 12.194.339        | -                   | 7.538.425           | 1.420.000           | 2.000.000           | 4.000.000           | 6.000.000           | -                 | 33.152.764         |
| Recursos de clientes                                   | 7.861.799         | 15.200.000          | 19.628.633          | 3.113.572           | 4.290.000           | -                   | -                   | 2.759.156         | 52.853.160         |
|  | <b>20.056.138</b> | <b>23.700.000</b>   | <b>27.167.058</b>   | <b>4.533.572</b>    | <b>6.290.000</b>    | <b>13.500.000</b>   | <b>6.000.000</b>    | <b>2.759.156</b>  | <b>104.005.924</b> |
| GAP de taxa de juro                                    | <b>(914.824)</b>  | <b>(9.443.123)</b>  | <b>(8.553.065)</b>  | <b>(4.533.572)</b>  | <b>(2.354.225)</b>  | <b>(7.442.775)</b>  | <b>20.347.852</b>   | <b>22.070.518</b> | <b>9.176.785</b>   |
| GAP de taxa de juro acumulado                          | <b>(914.824)</b>  | <b>(10.357.947)</b> | <b>(18.911.012)</b> | <b>(23.444.584)</b> | <b>(25.798.810)</b> | <b>(33.241.585)</b> | <b>(12.893.733)</b> | <b>9.176.785</b>  |                    |

| 31 de Dezembro de 2015                                 |                   |                     |                    |                    |                    |                    |                   |                    |                    |
|--|-------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
|  | 6 meses a 1       |                     |                    |                    |                    |                    | Sem               |                    | Total              |
|  | 1 Mês             | 1 a 3 meses         | 3 a 6 meses        | ano                | 1 a 2 anos         | 2 a 3 anos         | mais de 3 anos    | rentabilidade      |                    |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais            | 14.329.659        | -                   | -                  | -                  | -                  | -                  | -                 | -                  | 14.329.659         |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito     | 14.135.548        | -                   | -                  | -                  | -                  | -                  | -                 | -                  | 14.135.548         |
| Aplicações em instituições de crédito                  | -                 | 50.000              | -                  | -                  | -                  | -                  | -                 | -                  | 50.000             |
| Crédito a clientes não representativo de v. mobiliário | 27.386.713        | 18.665.965          | 20.607.380         | -                  | -                  | -                  | -                 | -                  | 66.660.059         |
| Outros créditos e valores a receber (titulados)        | 2.440.912         | 1.500.000           | -                  | -                  | -                  | -                  | -                 | -                  | 3.940.912          |
| Ativos financeiros detidos para negociação             | 2.223.365         | -                   | -                  | -                  | -                  | -                  | -                 | -                  | 2.223.365          |
| Ativos financeiros disponíveis para venda              | 1.504.650         | 3.634.550           | -                  | -                  | -                  | 2.248.600          | 19.781.398        | -                  | 27.169.198         |
| Ativos detidos até à maturidade                        | -                 | -                   | -                  | -                  | -                  | 680.680            | -                 | -                  | 680.680            |
|  | <b>62.020.847</b> | <b>23.850.515</b>   | <b>20.607.380</b>  | <b>-</b>           | <b>-</b>           | <b>2.929.280</b>   | <b>19.781.398</b> | <b>-</b>           | <b>129.189.421</b> |
| Recursos de bancos centrais                            | -                 | 8.500.000           | -                  | -                  | -                  | 9.500.000          | -                 | 9.507              | 18.009.507         |
| Recursos de instituições de crédito                    | 3.150.000         | 15.303.628          | 8.971.918          | 420.000            | 3.000.000          | -                  | 10.500.000        | 554.448            | 41.899.994         |
| Recursos de clientes                                   | 15.743.050        | 21.122.000          | 19.639.470         | 2.651.212          | 1.000.000          | -                  | -                 | 4.758.182          | 64.913.914         |
|  | <b>18.893.050</b> | <b>44.925.628</b>   | <b>28.611.388</b>  | <b>3.071.212</b>   | <b>4.000.000</b>   | <b>9.500.000</b>   | <b>10.500.000</b> | <b>5.322.137</b>   | <b>124.823.414</b> |
| GAP de taxa de juro                                    | <b>43.127.797</b> | <b>(21.075.113)</b> | <b>(8.004.007)</b> | <b>(3.071.212)</b> | <b>(4.000.000)</b> | <b>(6.570.720)</b> | <b>9.281.398</b>  | <b>(5.322.137)</b> | <b>4.366.006</b>   |
| GAP de taxa de juro acumulado                          | <b>43.127.797</b> | <b>22.052.685</b>   | <b>14.048.678</b>  | <b>10.977.466</b>  | <b>6.977.466</b>   | <b>406.746</b>     | <b>9.688.143</b>  | <b>4.366.006</b>   |                    |

### 3.6 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco potencial de uma instituição de crédito não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento, perante a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo de risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objetivo o financiamento adequado dos seus ativos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação do seu *gap* de liquidez.

O Banco dispõe de um conjunto de *Stand By Facilities*/Contratos de Financiamento a que pode recorrer, sem restrições, quando entenda útil ou necessário e que está assegurada a sua renovação.

Estas linhas de crédito estão ativas e podem ser utilizadas em qualquer momento, e totalizam 21,5 Milhões de EUR e 7,9 Milhões de USD, estando disponíveis 11,5 Milhões de EUR e 1 Milhão de USD, em 31 de dezembro de 2016.

Atenta a recomendação do Banco de Portugal (carta circular de 01/10/2008) de observância dos princípios e recomendações emanadas do CEBS e do BCBS e tendo em conta o Princípio 2 (estabelecimento de um nível de tolerância para o risco de liquidez), o Conselho de Administração/ALCO considera que a utilização das facilidades de crédito que se encontram contratadas, enquanto compromissos não revogáveis de instituições de crédito da praça, de primeira importância, constituem uma fonte de financiamento para efeitos de gestão do risco de liquidez.

No que respeita à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Portugal, o Banco ainda recorre ao conceito de *gap* de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações ativas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações. Os quadros seguintes apresentam essa posição para os ativos e passivos financeiros.

De seguida apresentam-se os mapas preparados com base nos requisitos definidos no IFRS 7 relativamente a Risco de Liquidez.

A situação a 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

| 31 de Dezembro de 2016                                  |                   |                     |                   |                   |                    |
|---|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
|   | À vista           | até 3 meses         | 3 meses a 1 ano   | Mais de 1 ano     | Total              |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais             | 16.318.781        |                     |                   |                   | 16.318.781         |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito      | 452.541           |                     |                   |                   | 452.541            |
| Aplicações em instituições de crédito                   | 50.000            |                     |                   |                   | 50.000             |
| Crédito a clientes não representativo de v. mobiliários | 300.745           | 1.272.269           | 6.223.147         | 45.735.471        | 53.531.631         |
| Outros créditos e valores a receber (titulados)         |                   | 3.069.953           |                   |                   | 3.069.953          |
| Ativos financeiros detidos para negociação              |                   |                     | 17.033            | 697.227           | 714.260            |
| Ativos financeiros disponíveis para venda               |                   | 4.641.472           | 4.171.169         | 27.546.624        | 36.359.265         |
| Ativos detidos até à maturidade                         | <b>17.122.067</b> | <b>8.983.694</b>    | <b>10.411.349</b> | <b>73.979.321</b> | <b>110.496.431</b> |
|   | -                 | 8.500.000           | -                 | 9.500.000         | 18.000.000         |
| Recursos de bancos centrais                             | 3.122.313         | 12.541.689          | 1.035.480         | 16.512.873        | 33.212.355         |
| Recursos de instituições de crédito                     | 1.119.492         | 4.560.000           | 5.904.542         | 41.408.706        | 52.992.740         |
| Recursos de clientes                                    | <b>4.241.805</b>  | <b>25.601.689</b>   | <b>6.940.022</b>  | <b>67.421.578</b> | <b>104.205.094</b> |
|   | <b>12.880.262</b> | <b>(16.617.995)</b> | <b>3.471.327</b>  | <b>6.557.743</b>  | <b>6.291.336</b>   |
| GAP de taxa de juro                                     | <b>12.880.262</b> | <b>(16.617.995)</b> | <b>3.471.327</b>  | <b>6.557.743</b>  | <b>6.291.336</b>   |
| GAP de taxa de juro acumulado                           | <b>12.880.262</b> | <b>(3.737.734)</b>  | <b>(266.407)</b>  | <b>6.291.336</b>  |                    |

| 31 de Dezembro de 2015                                  |                   |                     |                     |                   |                    |
|---|-------------------|---------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
|   | À vista           | até 3 meses         | 3 meses a 1 ano     | Mais de 1 ano     | Total              |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais             | 14.329.659        | -                   | -                   | -                 | 14.329.659         |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito      | 14.135.548        | -                   | -                   | -                 | 14.135.548         |
| Aplicações em instituições de crédito                   | 50.000            | -                   | -                   | -                 | 50.000             |
| Crédito a clientes não representativo de v. mobiliários | 5.874.263         | 9.151.658           | 7.308.042           | 49.222.950        | 71.556.913         |
| Outros créditos e valores a receber (titulados)         | -                 | 2.223.365           | -                   | -                 | 2.223.365          |
| Ativos financeiros detidos para negociação              | -                 | -                   | -                   | 712.313           | 712.313            |
| Ativos financeiros disponíveis para venda               | -                 | 3.371.140           | 1.541.548           | 27.705.285        | 32.617.973         |
| Ativos detidos até à maturidade                         | <b>34.389.470</b> | <b>14.746.164</b>   | <b>8.849.590</b>    | <b>77.640.548</b> | <b>135.625.772</b> |
|   | -                 | 8.500.000           | -                   | 9.509.507         | 18.009.507         |
| Recursos de bancos centrais                             | -                 | 13.426.061          | 7.721.814           | 19.773.732        | 41.899.994         |
| Recursos de instituições de crédito                     | 978.387           | 24.963.127          | 22.290.682          | 1.000.000         | 64.913.558         |
| Recursos de clientes                                    | <b>16.659.750</b> | <b>24.963.127</b>   | <b>22.290.682</b>   | <b>1.000.000</b>  | <b>64.913.558</b>  |
|   | <b>17.638.137</b> | <b>46.889.187</b>   | <b>30.012.496</b>   | <b>30.283.239</b> | <b>124.823.059</b> |
|   | <b>16.751.333</b> | <b>(32.143.023)</b> | <b>(21.162.906)</b> | <b>47.357.309</b> | <b>10.802.713</b>  |
| GAP de taxa de juro                                     | <b>16.751.333</b> | <b>(32.143.023)</b> | <b>(21.162.906)</b> | <b>47.357.309</b> | <b>10.802.713</b>  |
| GAP de taxa de juro acumulado                           | <b>16.751.333</b> | <b>(15.391.690)</b> | <b>(36.554.596)</b> | <b>10.802.713</b> |                    |

De notar que a carteira de obrigações governamentais da zona euro, dada a sua elevada liquidez em mercado, constitui um instrumento adicional de gestão do risco de liquidez, dando assim corpo a recomendações e orientações que, nessa matéria, têm sido emitidas pelos órgãos competentes de supervisão do setor financeiro, a nível nacional e internacional.



Os quadros acima apresentam os ativos e passivos financeiros pelos respetivos intervalos de maturidade relevantes, tendo por base as maturidades residuais no final do mês de dezembro de 2016 e de dezembro de 2015.

Os montantes apresentados correspondem aos fluxos de caixa contratuais não descontados, que incluem valores de capital e juros futuros não corridos até 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

### 3.7 Risco Operacional

Os riscos operacionais são os que podem resultar em prejuízos inesperados devido a falhas humanas de análise e de processamento das operações, falhas nos procedimentos internos de controlo e nos sistemas de informação ou devido a causas externas.

A gestão do risco operacional assenta sobretudo na formação/qualidade dos recursos humanos e na organização adequada dos mesmos: segregação de funções, definição de responsabilidades e procedimentos assim como nas ações de supervisão da auditoria interna e externa.

O Banco tem implementado um *Disaster Recovery Plan (DRP)*, para os sistemas e infraestruturas de comunicações que inclui um conjunto de diretivas, processos e tecnologias que garantem a viabilidade do negócio em caso de desastre. O objetivo do *DRP* é permitir que o Banco sobreviva a um desastre e que possa restabelecer as operações de negócio e o ambiente de processamento ao nível da área de sistemas de informação num espaço de tempo razoável de forma a não haver rutura.

Este *Plano* assenta na utilização do serviço de Recuperação de Negócio disponibilizado pela Companhia IBM Portuguesa, SA., e que contempla a utilização de um Centro Informático no Porto ou em Alfragide como centro alternativo, ao abrigo do contrato celebrado entre o BPG e esta Entidade.

Semestralmente, é realizado um exercício de *DRP*.

Da gestão do Plano de continuidade do negócio, no que respeita a infraestruturas alternativas, considerou-se dar utilização a uma fração integrada em prédio habitacional, recebida em dação em cumprimento de crédito próprio, localizada em concelho vizinho ao de Lisboa, dispondo das condições de espaço adequadas à satisfação das necessidades do Banco para o desenvolvimento da sua atividade corrente, em caso de desastre que afete gravemente o acesso e/ou utilização do edifício onde o Banco se encontra instalado.

De acordo com o Método do Indicador Básico em uso pelo Banco, os requisitos de fundos próprios associados ao risco operacional cifravam-se em 2016 no montante de € 871 403, o que se compara com o requisito de € 880 941 determinado para 2015.

### 3.8 Risco de Compliance

Traduz-se na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital, decorrentes de violações ou desconformidades no cumprimento das obrigações legais, regulamentos, contratos, códigos de conduta e princípios éticos ou práticas instituídas, que poderão resultar em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio ou na impossibilidade de exigir cumprimento de obrigações contratuais.

A função de *Compliance* tem por objeto o acompanhamento e avaliação da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adotados no cumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, a verificação da não violação das regras de conduta e de relacionamento com clientes, estabelecidas para as atividades da instituição.

Neste âmbito é dado especial relevo ao correto enquadramento das decisões e identificação de eventuais desajustamentos regulamentares, identificando medidas suscetíveis de reduzirem os riscos.

#### NOTA 4 – JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos instrumentos financeiros, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular.

Sempre que não esteja disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, os instrumentos de capital encontram-se reconhecidos ao custo histórico.

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 13:

##### Nível 1 – cotações em mercado ativo

Esta categoria, para além dos títulos cotados em Bolsas de Valores, inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados ativos (*bids*) divulgados através de plataformas de negociação, tendo em conta a liquidez (quantidade de contribuidores) e profundidade do ativo (tipo de contribuidor). A classificação como *mercado ativo* é efetuada de forma automática, desde que os instrumentos financeiros estejam cotados por mais do que dez contribuidores de mercado, sendo pelo menos cinco com ofertas firmes e exista uma cotação multi-contribuída (preço formado por várias ofertas firmes de contribuidores disponíveis no mercado).

##### Nível 2 – técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pelo Banco, incluindo preços observáveis no mercado para activos financeiros em que se tenham observado reduções significativas no volume de transações, ou instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (*bids* indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

##### Nível 3 – técnicas de valorização utilizando principalmente *inputs* não baseados em dados observáveis em mercado.

Os ativos financeiros são classificados no nível 3 caso uma proporção significativa do seu valor de balanço resulta de *inputs* não observáveis em mercado, nomeadamente:

- Os títulos não cotados que são valorizados com recurso a modelos internos, não existindo no mercado um consenso geralmente aceite sobre os parâmetros a utilizar, como por exemplo:
  - avaliação com base no *Net Asset Value* actualizado e divulgado pelas respetivas sociedades gestoras;
  - avaliação com base em preços indicativos divulgados pelas entidades que participam na estruturação das operações; ou,
  - títulos valorizados através de preços de compra indicativos, baseados em modelos teóricos, divulgados por terceiros e considerados fidedignos.

No caso de ações não cotadas, o justo valor é estimado com base na análise da posição financeira e resultados do emitente, perfil de risco e de valorizações de mercado ou transações para empresas com características idênticas.

Nas rubricas em que não é contabilisticamente registada alteração do justo valor, tal facto é justificado pela aproximação razoável ao justo valor da quantia escriturada, atendendo a que as taxas aplicáveis a estes ativos à data de referência das demonstrações financeiras são taxas de mercado.

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos contabilizados ao custo amortizado:

- Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais: esta rubrica é constituída por notas e moedas e depósitos à ordem; atendendo-se ao curto prazo destes ativos, o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço;
- Disponibilidades em outras instituições de crédito: são constituídas por depósitos à ordem, e, dado que são ativos de curto prazo, o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço;
- Ativos financeiros detidos para negociação: esta categoria inclui os ativos financeiros valorizados com base em preços de mercados ativos, cujo objetivo é a venda no curto prazo, e é constituída por valores de rendimento variável emitidos por entidades estrangeiras, cotados em Bolsas de Valores. O valor por que se encontram registados é o justo valor;
- Aplicações e recursos de Instituições de Crédito: são constituídos maioritariamente por aplicações e tomadas de muito curto prazo e curto prazo, com taxa variáveis, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço;
- Títulos detidos até à maturidade: são títulos da dívida pública portuguesa, registados ao custo amortizado, e cujo justo valor à cotação de mercado é de € 744.758 e € 695.330, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente;
- Recursos de clientes e outros empréstimos: os recursos de clientes representam os valores captados junto de clientes, e constituídos por depósitos à ordem e depósitos de curto prazo, normalmente com prazo inferior a um ano, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registados no balanço, considerando que as taxas aplicáveis a estes ativos são taxas de mercado; os outros empréstimos respeitam aos valores de mercado acrescidos de juros corridos, relativamente a títulos objeto de contratos de empréstimo celebrados com clientes.
- Recursos de Bancos Centrais e outras instituições: constituídos essencialmente por tomadas junto do Euro Sistema e que o Banco considera como justo valor o valor de balanço.
- Crédito a clientes e Outras aplicações: o crédito a Clientes não representativo de valores mobiliários – é constituído por crédito concedido a clientes, na sua maioria com taxa de juro variável, indexado a taxas de mercado, pelo que o Banco considera que o valor de balanço é próximo do justo valor; as Outras aplicações correspondem aos valores de mercado acrescidos de juros corridos relativamente a títulos objeto de contratos de empréstimo celebrados com clientes.
- Outros ativos e passivos financeiros: referem-se a operações de curto prazo, pelo que o seu valor de balanço é próximo do justo valor.

Decorrente do acima exposto, consideramos que estes ativos e passivos financeiros se encontram no nível 1 em termos de hierarquia do justo valor.

Em 31 de dezembro de 2016 as variações no justo valor de Instrumentos Financeiros, reconhecidas em resultados em operações financeiras e em capitais próprios, são as seguintes:

| TIPOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS                   | Demonstração de Resultados    |                         |                    |  | Reserva de Reavaliação |
|---|-------------------------------|-------------------------|--------------------|--|------------------------|
|   | (Perdas)/Ganhos<br>(Líquidos) | Rendimentos<br>de juros | Gastos<br>de juros | Rendim./Despesas<br>de comissões<br>(Líquidos) |                        |
| <b>Ativos</b>                                       |                               |                         |                    |  |                        |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais         | -                             | -                       | -                  | -  | -                      |
| Disponibilidades à vista em Instituições de Crédito | -                             | -                       | -                  | -  | -                      |
| Ativos Financeiros detidos para negociação          | 187.730                       | -                       | -                  | -  | -                      |
| Ativos Financeiros disponíveis para venda           | (302.803)                     | 647.627                 | -                  | -  | (203.838)              |
| Investimentos detidos até à maturidade              | -                             | 33.097                  | -                  | -  | -                      |
| Aplicações em instituições de Crédito               | -                             | 0                       | -                  | -  | -                      |
| Crédito a Clientes e Outras contas a Receber        | -                             | 2.610.050               | -                  | 119.820  | -                      |
| Instrumentos derivados de negociação                | (43.561)                      | -                       | -                  | -  | -                      |
| Outros ativos                                       | -                             | 10.440                  | -                  | -  | -                      |
| <b>Total Ativo</b>                                  | <b>(158.634)</b>              | <b>3.301.214</b>        | <b>-</b>           | <b>119.820</b>                                 | <b>(203.838)</b>       |
| <b>Passivos</b>                                     |                               |                         |                    |  |                        |
| Recursos de Bancos Centrais                         | -                             | -                       | 7.850              | -  | -                      |
| Recursos de outras instituições de crédito          | -                             | -                       | 870.411            | -  | -                      |
| Recursos de clientes                                | -                             | -                       | 888.386            | -  | -                      |
| Passivos financeiros de negociação                  | -                             | -                       | 26.624             | -  | -                      |
| Outros passivos subordinados                        | -                             | -                       | 267.056            | -  | -                      |
| <b>Total Passivo</b>                                | <b>-</b>                      | <b>-</b>                | <b>2.060.327</b>   | <b>-</b>                                       | <b>-</b>               |

Em 31 de dezembro de 2015 as variações no justo valor de Instrumentos Financeiros, reconhecidas em resultados em operações financeiras e em capitais próprios, são as seguintes:

| TIPOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS                   | Demonstração de Resultados    |                         |                    |  | Capital Próprio |
|---|-------------------------------|-------------------------|--------------------|--|-----------------|
|   | (Perdas)/Ganhos<br>(Líquidos) | Rendimentos<br>de juros | Gastos<br>de juros | Rendim./Despesas<br>de comissões<br>(Líquidos) |                 |
| <b>Ativos</b>                                       |                               |                         |                    |  |                 |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais         | -                             | -                       | -                  | -  | -               |
| Disponibilidades à vista em Instituições de Crédito | -                             | 624                     | -                  | -  | -               |
| Ativos Financeiros detidos para negociação          | 62.633                        | -                       | -                  | -  | -               |
| Ativos Financeiros disponíveis para venda           | 518.062                       | 426.718                 | -                  | -  | 377.437         |
| Investimentos detidos até à maturidade              | -                             | 145.265                 | -                  | -  | -               |
| Aplicações em instituições de Crédito               | -                             | 31                      | -                  | -  | -               |
| Crédito a Clientes e Outras contas a Receber        | -                             | 3.516.982               | -                  | -  | -               |
| Instrumentos derivados de negociação                | (284.675)                     | -                       | -                  | -  | -               |
| Outros ativos                                       | -                             | 78.369                  | -                  | -  | -               |
| <b>Total Ativo</b>                                  | <b>296.020</b>                | <b>4.167.989</b>        | <b>-</b>           | <b>-</b>                                       | <b>377.437</b>  |
| <b>Passivos</b>                                     |                               |                         |                    |  |                 |
| Recursos de Bancos Centrais                         | -                             | -                       | 13.046             | -  | -               |
| Recursos de outras instituições de crédito          | -                             | -                       | 1.150.229          | 1.116.944                                      | -               |
| Recursos de clientes                                | -                             | -                       | 1.028.404          | -  | -               |
| Passivos financeiros de negociação                  | -                             | -                       | 103.625            | (248)  | -               |
| Outros Passivos Subordinados                        | -                             | -                       | 283.021            | -  | -               |
| <b>Total Passivo</b>                                | <b>-</b>                      | <b>-</b>                | <b>2.578.325</b>   | <b>1.116.696</b>                               | <b>-</b>        |

No quadro abaixo são apresentados os Ativos e Passivos Financeiros do Banco que em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 se mensuravam ao justo valor, baseando-se na hierarquia que reflete o significado dos *inputs* utilizados na mensuração, conforme os níveis definidos pelo IFRS 7 e IFRS13:

|  | 31/12/2016 |                   |          |                   | 31/12/2015 |                   |          |                   |
|--|------------|-------------------|----------|-------------------|------------|-------------------|----------|-------------------|
|  | Nível 1    | Nível 2           | Nível 3  | Total             | Nível 1    | Nível 2           | Nível 3  | Total             |
| <b>ATIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR</b>                        |            |                   |          |                   |            |                   |          |                   |
| <b>Ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b> |            |                   |          |                   |            |                   |          |                   |
| Ativos financeiros detidos para negociação                     |            |                   |          |                   |            |                   |          |                   |
| Instrumentos de dívida   | -          | -                 | -        | -                 | -          | -                 | -        | -                 |
| Instrumentos de capital  | -          | 3.069.953         | -        | 3.069.953         | -          | 2.131.417         | -        | 2.131.417         |
| Derivados  | -          | -                 | -        | -                 | -          | -                 | -        | -                 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda                      |            |                   |          |                   |            |                   |          |                   |
| Instrumentos de dívida   | -          | 31.601.714        | -        | 31.601.714        | -          | 27.084.087        | -        | 27.084.087        |
| Instrumentos de capital  | -          | 5.398.324         | -        | 5.398.324         | -          | 5.442.388         | -        | 5.442.388         |
| <b>Total de ativos mensurados ao justo valor</b>               | <b>-</b>   | <b>40.069.991</b> | <b>-</b> | <b>40.069.991</b> | <b>-</b>   | <b>34.657.892</b> | <b>-</b> | <b>34.657.893</b> |

Os instrumentos de capital, classificados em disponíveis para venda, são valorizados com base em avaliações, que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado. Decorrente destas avaliações o Banco considera que estes ativos financeiros se encontram no nível 2 em termos de hierarquia do justo valor.

#### NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

|  | <u>31/dez/2016</u>      | <u>31/dez/2015</u>      |
|--|-------------------------|-------------------------|
| <b>Juros e rendimentos similares</b>                 |                         |                         |
| Juros de disponibilidades                            | -                       | 624                     |
| Juros de aplicações em Instituições de Crédito       | -                       | 31                      |
| Juros de crédito a Clientes                          | 2.610.050               | 3.516.982               |
| Juros de ativos financeiros detidos para negociação  | -                       | -                       |
| Juros de ativos financeiros disponíveis para venda   | 647.627                 | 426.718                 |
| Juros de ativos financeiros detidos até à maturidade | 33.097                  | 145.265                 |
| Outros juros e rendimentos similares                 | 10.440                  | 78.369                  |
|  | <u>-</u>                | <u>-</u>                |
|  | <b><u>3.301.214</u></b> | <b><u>4.167.989</u></b> |
| <b>Juros e encargos similares</b>                    |                         |                         |
| Juros de recursos                                    |                         |                         |
| De Bancos Centrais                                   | 7.850                   | 13.046                  |
| De outras Instituições de Crédito                    | 870.411                 | 1.150.229               |
| De depósitos de Clientes                             | 888.386                 | 1.028.404               |
| De passivos financeiros detidos para negociação      | 10.440                  | 78.367                  |
| De outros passivos subordinados                      | 267.056                 | 283.021                 |
| Outros juros e encargos similares                    | 16.184                  | 25.258                  |
|  | <u>2.060.327</u>        | <u>2.578.325</u>        |
| <b>Margem financeira</b>                             | <b><u>1.240.887</u></b> | <b><u>1.589.664</u></b> |

## NOTA 6 - RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

|  | <u>31/dez/2016</u>    | <u>31/dez/2015</u>    |
|--|-----------------------|-----------------------|
| <b>Comissões recebidas:</b>                        |                       |                       |
| Por serviços prestados de <i>Corporate Finance</i> | -                     | -                     |
| Garantias prestadas                                | 118.453               | 141.713               |
| Por gestão de ativos                               | 52.754                | 51.442                |
| Por serviços bancários prestados                   | 200.600               | 175.197               |
| Compromissos assumidos perante terceiros           | 52.754                | 51.442                |
| Operações realizadas por conta de terceiros        | 48.461                | 50.506                |
| Outras   | 1.338                 | 1.690                 |
|  | <u><b>474.360</b></u> | <u><b>560.041</b></u> |
| <b>Comissões pagas :</b>                           |                       |                       |
| Compromissos assumidos por terceiros               | 101.000               | 81.416                |
| Custódia de carteira                               | 1.879                 | 34.630                |
| Por serviços bancários prestados por terceiros     | 40.144                | 51.245                |
| Operações realizadas por terceiros                 | 8.284                 | 14.931                |
| Outras   | 3.108                 | 2.158                 |
|  | <u><b>154.415</b></u> | <u><b>184.380</b></u> |
| <b>Comissões líquidas</b>                          | <u><b>319.945</b></u> | <u><b>375.661</b></u> |

**NOTA 7 – RESULTADOS DE ATIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR E DISPONÍVEIS PARA VENDA**

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica, por instrumento financeiro:

|   | <u>31/dez/2016</u>      | <u>31/dez/2015</u>      |
|---|-------------------------|-------------------------|
| <b>Ganhos em ativos financeiros detidos para negociação</b>     |                         |                         |
| Ativos financeiros emitidos por residentes:                     |                         |                         |
| Instrumentos de dívida  | -                       | 729                     |
| Instrumentos de capital   | 37.124                  | 276.397                 |
| Ativos financeiros emitidos por não residentes:                 |                         |                         |
| Instrumentos de capital   | 3.146.495               | 3.788.933               |
| Instrumentos financeiros derivados                              | 206.552                 | 344.707                 |
|   | <u><b>3.390.171</b></u> | <u><b>4.410.765</b></u> |
| <b>Perdas em ativos financeiros detidos para negociação</b>     |                         |                         |
| Ativos financeiros emitidos por residentes:                     |                         |                         |
| Instrumentos de capital   | 56.315                  | 248.449                 |
| Ativos financeiros emitidos por não residentes:                 |                         |                         |
| Instrumentos de capital   | 2.939.574               | 3.754.977               |
| Instrumentos financeiros derivados                              | 387.022                 | 629.380                 |
|   | <u><b>3.382.911</b></u> | <u><b>4.632.806</b></u> |
| <b>Resultados de ativos financeiros detidos para negociação</b> | <u><b>7.260</b></u>     | <u><b>(222.041)</b></u> |
| <b>Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda</b>      |                         |                         |
| Ativos financeiros emitidos por residentes:                     |                         |                         |
| Instrumentos de dívida  | 293.667                 | 586.579                 |
|   | <u><b>293.667</b></u>   | <u><b>586.579</b></u>   |
| <b>Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda</b>      |                         |                         |
| Ativos financeiros emitidos por não residentes:                 |                         |                         |
| Instrumentos de dívida  | 83.430                  | 41.703                  |
| Instrumentos de capital   | 513.040                 | 26.813                  |
|   | <u><b>596.470</b></u>   | <u><b>68.516</b></u>    |
| <b>Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda</b>  | <u><b>(302.803)</b></u> | <u><b>518.062</b></u>   |

A quebra nos resultados de ativos financeiros disponíveis para venda em 2016 resulta em grande medida de perdas em instrumentos de dívida emitidos por não residentes.

## NOTA 8 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O quadro abaixo reflete o resultado da reavaliação cambial das posições do Banco expressas em moeda diferente do Euro:

|  | <u>31/dez/2016</u>    | <u>31/dez/2015</u>    |
|--|-----------------------|-----------------------|
| <b>Ganhos em diferenças cambiais</b>     |                       |                       |
| Na posição à vista                       | 4.911.379             | 2.695.810             |
| <b>Perdas em diferenças cambiais</b>     |                       |                       |
| Na posição à vista                       | 4.774.470             | 2.386.368             |
| <b>Resultados de reavaliação cambial</b> | <u><b>136.909</b></u> | <u><b>309.442</b></u> |

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5.

## NOTA 9 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Os resultados de alienação de outros ativos não financeiros apresentam-se conforme segue:

|  | <u>31/dez/2016</u>      | <u>31/dez/2015</u>      |
|--|-------------------------|-------------------------|
| <b>Ganhos em ativos não financeiros</b>          |                         |                         |
| Ativos não correntes detidos para venda          | -                       | -                       |
| Outros ativos tangíveis                          | 3.997                   | 17.849                  |
|  | <u><b>3.997</b></u>     | <u><b>17.849</b></u>    |
| <b>Perdas em ativos não financeiros</b>          |                         |                         |
| Ativos não correntes detidos para venda          | 24.976                  | 116.269                 |
| Propriedades de investimento                     | 13.131                  | 18.355                  |
| Outros ativos tangíveis                          | 5.652                   | -                       |
|  | <u><b>43.759</b></u>    | <u><b>134.624</b></u>   |
|  | <u><b>(39.762)</b></u>  | <u><b>(116.775)</b></u> |
| <b>Perdas na alienação de crédito a clientes</b> |                         |                         |
| Crédito interno:                                 |                         |                         |
| Empresas   | 71.072                  | -                       |
|  | <u>71.072</u>           | <u>-</u>                |
|  | <u><b>(110.834)</b></u> | <u><b>(116.775)</b></u> |



## NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Os outros resultados de exploração decompõem-se conforme segue:

|   | <u>31/dez/2016</u>      | <u>31/dez/2015</u>      |
|---|-------------------------|-------------------------|
| <b>Outros rendimentos e receitas operacionais</b>       |                         |                         |
| Recuperação de crédito                                  | 7.102                   | 5.426                   |
| Ajustes cálculo pró-rata IVA                            | -                       | 8.700                   |
| Reembolso de despesas com avaliações e vistoria         | 12.238                  | 13.760                  |
| Outras receitas operacionais                            | 429.251                 | 1.097.426               |
| Arrendamento de imóveis                                 | 78.081                  | 111.005                 |
| Ganhos em operações de empréstimo de títulos            | 213.748                 | 961.542                 |
| Outros rendimentos operacionais                         | <u>137.422</u>          | <u>24.880</u>           |
|   | <u><b>448.591</b></u>   | <u><b>1.125.312</b></u> |
| <b>Outros encargos e gastos operacionais</b>            |                         |                         |
| Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos     | 80                      | 4.000                   |
| Contribuições para o Fundo de Resolução                 | 24.304                  | 20.051                  |
| Contribuições para o Sistema Indemnização ao Investidor | 1.500                   | 500                     |
| Outros impostos   | 14.096                  | 22.524                  |
| Outros gastos operacionais                              | 695.713                 | 1.130.225               |
| Perdas em operações de empréstimo de títulos            | 213.654                 | 961.546                 |
| Contribuição para o setor bancário                      | 119.059                 | 93.857                  |
| Outros  | <u>363.000</u>          | <u>74.822</u>           |
|   | <u><b>735.693</b></u>   | <u><b>1.177.300</b></u> |
|   | <u><b>(287.102)</b></u> | <u><b>(51.988)</b></u>  |

Os ganhos e as perdas em operações de empréstimos de títulos refletem as variações de justo valor das obrigações associadas aos contratos de empréstimo de títulos referidos na Nota 31 – Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

## NOTA 11 - CUSTOS COM PESSOAL

### 11.1 Custos com pessoal

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

|   | <u>31/dez/2016</u>      | <u>31/dez/2015</u>      |
|---|-------------------------|-------------------------|
| <b>Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização</b> | <b>184.700</b>          | <b>249.496</b>          |
| Órgãos de gestão  |                         |                         |
| Conselho de Administração                                 | 175.100                 | 239.896                 |
| Remunerações de base                                      | 175.100                 | 239.896                 |
| Remunerações extraordinárias                              | -                       | -                       |
| Órgãos de fiscalização                                    |                         |                         |
| Conselho Fiscal   | 9.600                   | 9.600                   |
| <b>Remuneração de empregados</b>                          | <b>1.316.670</b>        | <b>1.199.967</b>        |
| Remunerações de base                                      | 1.316.670               | 1.199.967               |
| Remunerações extraordinárias                              | -                       | -                       |
| <b>Encargos sociais obrigatórios</b>                      | <b>357.376</b>          | <b>347.178</b>          |
| <b>Outros custos com o pessoal</b>                        | <b>225.597</b>          | <b>80.868</b>           |
|   | <u><b>2.084.343</b></u> | <u><b>1.877.509</b></u> |

O Banco obriga-se mediante contratos individuais de trabalho com os seus colaboradores ao pagamento de uma remuneração fixa mensal, a que acrescem subsídios de férias e de Natal, do mesmo montante e ainda subsídio de almoço, nos termos da legislação geral aplicável, não se encontrando prevista em caso algum a obrigação de pagamento de remunerações variáveis.

Em 2016, o acréscimo da rubrica “remuneração de empregados”, é referente ao pagamento de indemnização pela saída de um Diretor.

### 11.2 Responsabilidades com pensões e outros benefícios

O Banco não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do setor bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo sistema de Segurança Social.

### 11.3 Remunerações processadas aos Membros dos Órgãos Estatutários (Conselho de Administração e Conselho Fiscal), colaboradores exercendo funções de controlo e ao Revisor Oficial de Contas

Os quadros abaixo refletem o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de fiscalização e administração, de forma agregada e individual, e pelos colaboradores exercendo as funções de controlo (auditoria interna, *compliance* e gestão de risco), de forma agregada em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

|   | <u>31/dez/2016</u>    | <u>31/dez/2015</u>    |
|---|-----------------------|-----------------------|
| <b>Remuneração agregada dos órgãos de administração e de fiscalização e dos colaboradores com funções de controlo</b> |                       |                       |
| <b>Órgãos de gestão</b>   | <b>364.818</b>        | <b>239.896</b>        |
| Conselho de Administração   | 364.818               | 239.896               |
| <b>Órgão de fiscalização</b>  | <b>9.600</b>          | <b>9.600</b>          |
| Conselho Fiscal   | 9.600                 | 9.600                 |
| <b>Funções de controlo interno (f)</b>  | <b>130.014</b>        | <b>106.019</b>        |
|   | <b><u>504.432</u></b> | <b><u>355.515</u></b> |
|   | <u>31/dez/2016</u>    | <u>31/dez/2015</u>    |
| <b>Remuneração individual dos órgãos de administração e de fiscalização e honorários do revisor oficial de contas</b> |                       |                       |
| <b>Órgãos de gestão</b>   | <b>364.818</b>        | <b>239.896</b>        |
| <b>Conselho de Administração</b>  | <b>364.818</b>        | <b>239.896</b>        |
| <b>Membros sem pelouros executivos atribuídos</b>   |                       |                       |
| Vogal - Dr. Luis António Gomes Moreno   | 8.600                 | 8.170                 |
| Vogal - Dr. Guilherme Manuel Soares Bernardo Vaz  | -                     | -                     |
| <b>Membros com pelouros executivos atribuídos</b>   |                       |                       |
| Presidente - Dr. Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino   | -                     | -                     |
| Vice Presidente - Dr. Emanuel Jorge Marques dos Santos (a)  | -                     | 41.151                |
| Vice Presidente - Dr. Mário José Brandão Ferreira   | -                     | -                     |
| Vogal - Dr. Luis Miguel Nunes Barbosa   | 230.218               | 126.000               |
| Vogal - Dr. Paulo Jorge Santos Azenhas  | 126.000               | 64.575                |
| <b>Órgão de fiscalização</b>  | <b>9.600</b>          | <b>9.600</b>          |
| <b>Conselho Fiscal</b>  | <b>9.600</b>          | <b>9.600</b>          |
| Presidente - Dr. Henrique Carlos de Medina Carreira   | 3.600                 | 3.600                 |
| Membro Efetivo - Dr. Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva  | 3.000                 | 3.000                 |
| Membro Efetivo - Dr. Manuel Augusto Lopes de Lemos  | 3.000                 | 3.000                 |
| <b>Revisor Oficial de Contas</b>  | <b>64.932</b>         | <b>77.000</b>         |
| PricewaterhouseCoopers & Associados-SROC, Lda.  |                       |                       |
| Serviços de revisão legal de contas (c)   | -                     | 35.000                |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade (d)  | 8.037                 | 30.000                |
| Serviços de consultoria fiscal (e)  | 12.000                | 12.000                |
| Ernest & Young Audit & Associados-SROC SA   |                       |                       |
| Serviços de revisão legal de contas (c)   | 6.150                 | -                     |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade (d)  | 38.745                | -                     |
|   | <b><u>439.350</u></b> | <b><u>326.496</u></b> |

Os valores de honorários do Revisor Oficial de Contas não incluem IVA e encontram-se registados na rubrica de Gastos Gerais Administrativos em “Consultoria e auditoria” (Nota 12 – Gastos gerais administrativos).

- (a) O Senhor Dr. Emanuel Jorge Marques dos Santos cessou as suas funções como membro do Conselho de Administração em 31 de março de 2015.
- (b) O Senhor Dr. Luis Miguel Nunes Barbosa cessou as suas funções como membro do Conselho de Administração em 21 de junho de 2016.
- (c) Em 2016, por razões de ordem legal, a Sociedade Ernst & Young Audit e Associados, SROC, SA, passou a prestar todos os serviços de revisão legal de contas e de garantia e fiabilidade, deixando a Sociedade PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., de prestar estes serviços.
- (d) Os serviços de garantia e fiabilidade prestados pela sociedade PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., em 2016 e pela sociedade Ernst & Young Audit e Associados, SROC, SA, também em 2016, consistem:
  - i) na emissão de relatórios sobre a imparidade da carteira de crédito, para cumprimento da instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal;
  - ii) na emissão de parecer sobre o sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e divulgação da informação financeira (relato financeiro) para os efeitos previstos na alínea b) do nº 5 do artigo 25º do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal; e
  - iii) na emissão de relatório sobre procedimentos e medidas adotados pelos intermediários financeiros para salvaguarda de bens de clientes, no âmbito dos artigos 306º a 306-D do Código dos Valores Mobiliários.
- (e) Os serviços de consultoria celebrados com a PricewaterhouseCoopers & Associadas - SROC, Lda. consistem na prestação de consultoria fiscal sobre informações solicitadas pelo Banco no âmbito de legislação fiscal aplicável na altura em que os serviços são prestados.
- (f) Além dos colaboradores exercendo as funções de controlo não foram identificados outros colaboradores que cumpram os critérios definidos no nº 2 do artigo nº 1 do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal.

O número efetivo de colaboradores encontra-se discriminado na Nota 35 – Efetivo de trabalhadores.

Os saldos sobre operações efetuadas com os elementos da Administração e da Direção do Banco encontram-se divulgados na Nota 36 – Transações com entidades relacionadas.

## NOTA 12 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Os custos incorridos com fornecimentos e serviços de terceiros são conforme segue:

|                                    | <u>31/dez/2016</u>      | <u>31/dez/2015</u>      |
|------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| <b>Com fornecimentos</b>           |                         |                         |
| Água, energia e combustíveis       | 37.483                  | 25.207                  |
| Material de consumo corrente       | 20.621                  | 22.965                  |
| Outros fornecimentos de terceiros  | 6.577                   | 11.166                  |
| <b>Com serviços</b>                |                         |                         |
| Rendas e alugueres                 | 383.630                 | 351.811                 |
| Conservação e reparação            | 340.801                 | 372.247                 |
| Comunicações                       | 165.812                 | 281.269                 |
| Consultoria e auditoria            | 299.428                 | 197.687                 |
| Deslocações e estadas              | 6.230                   | 16.885                  |
| Segurança e vigilância             | 84.933                  | 76.222                  |
| Avenças e honorários               | 32.745                  | 45.823                  |
| Avaliadores externos               | 31.144                  | 29.215                  |
| Publicidade                        | 3.505                   | 22.928                  |
| Seguros                            | 7.435                   | 7.637                   |
| Advogados                          | 266.962                 | 56.846                  |
| Formação de pessoal                | 5.950                   | 6.024                   |
| Bancos de dados                    | 9.768                   | 8.371                   |
| Transportes                        | 4.273                   | 4.128                   |
| Judiciais, contencioso e notariado | 12.779                  | 4.946                   |
| Outros serviços de terceiros       | 200.701                 | 47.611                  |
|                                    | <u><b>1.920.777</b></u> | <u><b>1.588.989</b></u> |

Em 2016 o aumento desta rubrica deve-se essencialmente à subida dos custos com o apoio legal de escritórios de advogados e de consultoria relacionados com o projeto para a introdução dos novos reportes contabilísticos e prudenciais ao Banco de Portugal: *Framework FINREP e COREP*.

## NOTA 13 – IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas municipal e estadual. O pagamento/recebimento de impostos sobre lucros é efetuado com base em declarações de autoliquidação, tendo as autoridades fiscais a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, ou durante o período em que seja possível deduzir prejuízos fiscais ou crédito de imposto até 12 anos, contado a partir do exercício a que respeitam, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 63º do Código do IRC, a Administração Fiscal poderá efetuar as correções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diferente do que se apuraria na ausência dessas relações.

Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer liquidação, que possa resultar de eventuais revisões pela Administração Fiscal, aos exercícios acima referidos, seja significativa no contexto das demonstrações financeiras do Banco.

A Lei do Orçamento do Estado, Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, no seu artigo 141º, veio aprovar uma contribuição sobre o setor bancário que não é elegível como custo fiscal. No dia 30 de Março de 2011, foram publicadas as condições de aplicabilidade da nova contribuição sobre o setor bancário, através da Portaria nº 121/2011. Pela Portaria nº 176-A/2015, o Banco registou no exercício de 2016 um encargo de € 119 059 e no exercício de 2015 um encargo de € 93 857, registada em Outros resultados de exploração (Nota 10 – Outros resultados de exploração).

Os impostos diferidos ativos e passivos são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um ativo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou passivo.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal efetivamente verificada nos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

|                                    | <b>31/dez/2016</b>    |                     | <b>31/dez/2015</b>    |                     |
|------------------------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
|                                    | <b>% Carga fiscal</b> | <b>Valor</b>        | <b>% Carga fiscal</b> | <b>Valor</b>        |
| Lucro (Prejuízo) antes de impostos |                       | <b>(10.608.235)</b> |                       | <b>(11.453.864)</b> |
| IRC                                | 0,0%                  | -                   | 0,0%                  | -                   |
| Derrama                            | 0,0%                  | -                   | 0,0%                  | -                   |
| Tributação autónoma                | -0,9%                 | 91.485              | -0,6%                 | 63.431              |
| Imposto corrente                   | <b>-0,9%</b>          | <b>91.485</b>       | <b>-0,6%</b>          | <b>63.431</b>       |
| Diferimento comissões de crédito   | 0,0%                  | (47)                | 0,0%                  | 87                  |
| Prejuízos fiscais reportáveis      | -23,6%                | 2.500.621           | 21,0%                 | (2.410.612)         |
| Provisões não aceites fiscalmente  | 5,3%                  | (559.817)           | -3,2%                 | 366.344             |
| Imposto diferido                   | <b>-18,3%</b>         | <b>1.940.757</b>    | <b>17,8%</b>          | <b>(2.044.181)</b>  |
| <b>Taxa efetiva</b>                | <b>-19,2%</b>         | <b>1.849.272</b>    | <b>17,3%</b>          | <b>(1.980.750)</b>  |

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue:

|         | <b>31/dez/2016</b> | <b>31/dez/2015</b> |
|---------|--------------------|--------------------|
| IRC     | 21%                | 21%                |
| Derrama | 1,5%(a)            | 1,5%(a)            |
|         | <b>22,5%</b>       | <b>22,5%</b>       |

(a) - Taxa média ponderada dos municípios de Lisboa e Porto

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registrados no balanço é como segue:

|  | <u>31/dez/2016</u>      | <u>31/dez/2015</u>      |
|--|-------------------------|-------------------------|
| <b>Impostos diferidos</b>                |                         |                         |
| Ativos                                   | 6.442.986               | 4.417.899               |
| Passivos                                 | <u>(78.766)</u>         | <u>(53.615)</u>         |
|  | <b><u>6.364.220</u></b> | <b><u>4.364.284</u></b> |
| <b>Registados por contrapartida de :</b> |                         |                         |
| Resultados transitados                   | 4.292.426               | 2.248.245               |
| Reserva de reavaliação de justo valor    | 131.037                 | 71.859                  |
| Resultado do exercício                   | <u>1.940.757</u>        | <u>2.044.181</u>        |
|  | <b><u>6.364.220</u></b> | <b><u>4.364.285</u></b> |

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente, para prazos que variam entre quatro e doze anos.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registrados no exercício de 2016 é como segue:

| Descrição                               | Base de cálculo            |                            | Balanço                 |                         | Impostos diferidos |                         | Reservas reavaliação |                       |
|---|----------------------------|----------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------|-------------------------|----------------------|-----------------------|
|   | 31/dez/2015                | 31/dez/2016                | 31/dez/2015             | 31/dez/2016             | Resultado          |                         | 31/dez/2015          | 31/dez/2016           |
| Comissões de crédito                    | (318)                      | (110)                      | 72                      | 25                      | -                  | (47)                    | -                    | -                     |
| Titulos disponíveis para venda JVP (i)  | 238.290                    | 350.072                    | (53.615)                | (78.766)                | -                  | -                       | (53.615)             | (78.766)              |
| Titulos disponíveis para venda JVN (ii) | (557.660)                  | (932.459)                  | 125.474                 | 209.803                 | -                  | -                       | 125.474              | 209.803               |
| Prejuízos fiscais reportáveis           | (13.286.078)               | (25.193.795)               | 2.790.076               | 5.290.697               | -                  | 2.500.621               | -                    | -                     |
| Provisões não aceites fiscalmente       | (6.676.788)                | (4.188.715)                | 1.502.277               | 942.461                 | -                  | (559.817)               | -                    | -                     |
|   | <b><u>(20.282.555)</u></b> | <b><u>(29.965.008)</u></b> | <b><u>4.364.284</u></b> | <b><u>6.364.220</u></b> | <b><u>-</u></b>    | <b><u>1.940.757</u></b> | <b><u>71.858</u></b> | <b><u>131.037</u></b> |

## NOTA 14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O quadro abaixo apresenta os Ativos e Passivos Financeiros do Banco de acordo com as categorias definidas na IAS 39 – Instrumentos Financeiros, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, respetivamente:

| CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS                      |                                   |  |  |                                |   |                              | 31/12/2016         |
|---|-----------------------------------|--|--|--------------------------------|---|------------------------------|--------------------|
| RUBRICAS DE BALANÇO   | Ativos financeiros ao justo valor | Ativos financeiros detidos para negociação | Investimentos detidos até à maturidade | Empréstimos e contas a receber | Ativos financeiros disponíveis para venda | Passivos ao custo amortizado | TOTAL              |
| <b>Ativos</b>   |                                   |  |  |                                |   |                              |                    |
| Caixa e disponibilidades em Bancos centrais                 | -                                 | -  | -                                      | 16.318.781                     | -   | -                            | 16.318.781         |
| Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito      | -                                 | -  | -                                      | 452.541                        | -   | -                            | 452.541            |
| Ativos financeiros detidos para negociação                  | -                                 | 3.069.953                                  | -                                      | -                              | -   | -                            | 3.069.953          |
| Ativos financeiros disponíveis para venda                   | -                                 | -  | -                                      | -                              | 36.359.265                                | -                            | 36.359.265         |
| Aplicações em instituições de crédito                       | 50.000                            | -  | -                                      | -                              | -   | -                            | 50.000             |
| Crédito a Clientes  | -                                 | -  | -                                      | 53.353.784                     | -   | -                            | 53.353.784         |
| Investimentos detidos até à maturidade                      | -                                 | -  | 714.260                                | -                              | -   | -                            | 714.260            |
| Outros ativos   | 3.028.965                         | 245.459                                    | -                                      | 95.357                         | -   | -                            | 3.369.781          |
| <b>Total de Ativos</b>                                      | <b>3.078.965</b>                  | <b>3.315.412</b>                           | <b>714.260</b>                         | <b>70.220.463</b>              | <b>36.359.265</b>                         | <b>-</b>                     | <b>113.688.365</b> |
| <b>Passivos</b>   |                                   |  |  |                                |   |                              |                    |
| Passivos financeiros Negociação ao JV através de resultados | -                                 | -  | -                                      | -                              | -   | -                            | -                  |
| Recursos de bancos centrais                                 | -                                 | -  | -                                      | -                              | -   | 18.000.000                   | 18.000.000         |
| Recursos de outras instituições de crédito                  | -                                 | -  | -                                      | -                              | -   | 33.212.355                   | 33.212.355         |
| Recursos de clientes e outros empréstimos                   | -                                 | -  | -                                      | -                              | -   | 52.992.740                   | 52.992.740         |
| Outros passivos subordinados                                | -                                 | -  | -                                      | -                              | -   | 2.600.469                    | 2.600.469          |
| <b>Total de Passivos</b>                                    | <b>-</b>                          | <b>-</b>                                   | <b>-</b>                               | <b>-</b>                       | <b>-</b>                                  | <b>106.805.563</b>           | <b>106.805.563</b> |

| CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS                      |                                   |  |  |                                |   |                              | 31/12/2015         |
|---|-----------------------------------|--|--|--------------------------------|---|------------------------------|--------------------|
| RUBRICAS DE BALANÇO   | Ativos financeiros ao justo valor | Ativos financeiros detidos para negociação | Investimentos detidos até à maturidade | Empréstimos e contas a receber | Ativos financeiros disponíveis para venda | Passivos ao custo amortizado | TOTAL              |
| <b>Ativos</b>   |                                   |  |  |                                |   |                              |                    |
| Caixa e disponibilidades em Bancos centrais                 | -                                 | -  | -                                      | 14.329.659                     | -   | -                            | 14.329.659         |
| Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito      | -                                 | -  | -                                      | 14.135.548                     | -   | -                            | 14.135.548         |
| Ativos financeiros detidos para negociação                  | -                                 | 2.223.365                                  | -                                      | -                              | -   | -                            | 2.223.365          |
| Ativos financeiros disponíveis para venda                   | -                                 | -  | -                                      | -                              | 32.618.321                                | -                            | 32.618.321         |
| Aplicações em instituições de crédito                       | 50.000                            | -  | -                                      | -                              | -   | -                            | 50.000             |
| Crédito a Clientes  | -                                 | -  | -                                      | 71.396.780                     | -   | -                            | 71.396.780         |
| Investimentos detidos até à maturidade                      | -                                 | -  | 712.313                                | -                              | -   | -                            | 712.313            |
| Outros ativos   | 1.834.512                         | 86.741                                     | -                                      | 426.887                        | -   | -                            | 2.348.140          |
| <b>Total de Ativos</b>                                      | <b>1.884.512</b>                  | <b>2.310.106</b>                           | <b>712.313</b>                         | <b>100.288.874</b>             | <b>32.618.321</b>                         | <b>-</b>                     | <b>137.814.126</b> |
| <b>Passivos</b>   |                                   |  |  |                                |   |                              |                    |
| Passivos financeiros Negociação ao JV através de resultados | 1.834.512                         | -  | -                                      | -                              | -   | -                            | 1.834.512          |
| Recursos de bancos centrais                                 | -                                 | -  | -                                      | -                              | -   | 18.009.507                   | 18.009.507         |
| Recursos de outras instituições de crédito                  | -                                 | -  | -                                      | -                              | -   | 41.899.994                   | 41.899.994         |
| Recursos de clientes e outros empréstimos                   | -                                 | -  | -                                      | -                              | -   | 64.913.914                   | 64.913.914         |
| Outros passivos subordinados                                | -                                 | -  | -                                      | -                              | -   | 6.628.646                    | 6.628.646          |
| <b>Total de Passivos</b>                                    | <b>1.834.512</b>                  | <b>-</b>                                   | <b>-</b>                               | <b>-</b>                       | <b>-</b>                                  | <b>131.452.061</b>           | <b>133.286.573</b> |



#### NOTA 15 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

|  | <u>31/dez/2016</u>       | <u>31/dez/2015</u>       |
|--|--------------------------|--------------------------|
| Caixa                                  | 28.853                   | 21.403                   |
| Depósitos à ordem no Banco de Portugal | 16.289.928               | 14.308.256               |
|  | <u><b>16.318.781</b></u> | <u><b>14.329.659</b></u> |

A rubrica de depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências de Reservas Mínimas do Eurosistema e para cumprimento do rácio de liquidez, *Liquidity Coverage Ratio*.

O montante das responsabilidades incluídas na base de incidência, que obrigam à manutenção de reservas, corresponde a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até 2 anos, excluídos os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao mesmo regime de constituição de reservas mínimas.

#### NOTA 16 - DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

As disponibilidades à vista sobre instituições de crédito têm a seguinte composição:

|   | <u>31/dez/2016</u>    | <u>31/dez/2015</u>       |
|---|-----------------------|--------------------------|
| Disponibilidades sobre instituições de crédito no país        |                       |                          |
| Depósitos à ordem   | 446.070               | 14.129.077               |
| Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro | -                     | -                        |
| Depósitos à ordem   | 6.471                 | 6.471                    |
|   | <u><b>452.541</b></u> | <u><b>14.135.548</b></u> |

A descida registada em 2016 reflete a evolução do valor pontualmente elevado registado no final de 2015, na sequência do elevado volume de depósitos a prazo recebidos no final desse ano como resultado da campanha de angariação de depósitos “BPG Welcome”.

## NOTA 17 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016, a composição da carteira de negociação, por natureza e espécie de título, pode ser analisada como segue:

| Ativos financeiros detidos para negociação              | Quantidade | Valor Nominal | Valor de Aquisição (eur) | Valor de Balanço Justo Valor |
|---|------------|---------------|--------------------------|------------------------------|
| <b>Instrumentos de capital</b>                          |            |               |                          |                              |
| <b>Emitidos por não residentes</b>                      |            |               |                          |                              |
| <b>Exchange Traded Funds (ETF's)</b>                    |            |               |                          |                              |
| Ishares Dax   | 4.275      | 1             | 400.139                  | 429.125                      |
| Lyxor Gold Bullion Securities                           | 3.740      | 1             | 397.969                  | 389.110                      |
| Ishares Euro Stoxx 50 DE                                | 12.000     | 1             | 356.672                  | 396.960                      |
| Dow Jones   | 2.830      | 1             | 473.813                  | 530.843                      |
| Nasdaq 100 Index Tracking Equity                        | 3.810      | 1             | 380.582                  | 429.325                      |
| Spy Us - S&P 500  | 2.730      | 1             | 527.485                  | 579.760                      |
| M&G North America Value                                 | 23.327     | 1             | 285.247                  | 314.832                      |
|   |            |               | <b>2.821.907</b>         | <b>3.069.953</b>             |
| <b>Total ativos financeiros detidos para negociação</b> |            |               | <b>2.821.907</b>         | <b>3.069.953</b>             |

Em 31 de dezembro de 2015, a composição da carteira de negociação, por natureza e espécie de título, pode ser analisada como segue:

| Ativos financeiros detidos para negociação              | Quantidade | Valor Nominal | Valor de Aquisição (eur) | Valor de Balanço Justo Valor |
|---|------------|---------------|--------------------------|------------------------------|
| <b>Instrumentos de capital</b>                          |            |               |                          |                              |
| <b>Emitidos por residentes</b>                          |            |               |                          |                              |
| <b>Ações</b>  |            |               |                          |                              |
| CTT PL - Correios de Portugal                           | 5.000      | 1             | 51.490                   | 44.270                       |
| Zon - Zon Multimedia                                    | 13.160     | 1             | 50.008                   | 47.679                       |
|   |            |               | <b>101.498</b>           | <b>91.949</b>                |
| <b>Instrumentos de capital</b>                          |            |               |                          |                              |
| <b>Emitidos por não residentes</b>                      |            |               |                          |                              |
| <b>Exchange Traded Funds (ETF's)</b>                    |            |               |                          |                              |
| Ishares Dax   | 4.160      | 1             | 400.970                  | 395.075                      |
| Ishares euro stoxx 50                                   | 8.700      | 1             | 299.974                  | 287.927                      |
| Nkyex Gy - Nikkei 225 ETF                               | 10.950     | 1             | 146.456                  | 158.118                      |
| SMLW GY - Source GS EFi World                           | 945        | 1             | 99.612                   | 98.724                       |
| Sthe IM Equity  | 857        | 1             | 80.027                   | 75.579                       |
| TNTE NA - TNT Express NV                                | 13.350     | 1             | 100.058                  | 103.997                      |
| KBE US - SPDR S&P Bank                                  | 5.700      | 1             | 184.524                  | 178.647                      |
| Spy Us - S&P 500  | 1.560      | 1             | 276.226                  | 294.076                      |
|   |            |               | <b>1.587.848</b>         | <b>1.592.142</b>             |
| <b>Instrumentos de capital</b>                          |            |               |                          |                              |
| <b>Emitidos por não residentes</b>                      |            |               |                          |                              |
| <b>Ações</b>  |            |               |                          |                              |
| EDPR PL - Edp Renováveis                                | 14.750     | 1             | 100.280                  | 106.938                      |
| AAPL US - Apple   | 1.200      | 1             | 135.292                  | 116.978                      |
| Dis Us - Walt Disney                                    | 1.370      | 1             | 137.683                  | 133.452                      |
| RTN Us - Raytheon Company                               | 805        | 1             | 92.153                   | 92.033                       |
| Sndk Us - Scandisk Corp                                 | 1.280      | 1             | 92.043                   | 89.875                       |
|   |            |               | <b>557.450</b>           | <b>539.275</b>               |
| <b>Total ativos financeiros detidos para negociação</b> |            |               | <b>2.246.796</b>         | <b>2.223.365</b>             |

### Instrumentos financeiros derivados

A composição dos instrumentos financeiros derivados de negociação é como segue:

| Instrumentos derivados de negociação | 31/dez/2016 |                  |          | 31/dez/2015 |                  |          |
|--------------------------------------|-------------|------------------|----------|-------------|------------------|----------|
|                                      | Nocional    | Valor de balanço |          | Nocional    | Valor de balanço |          |
|                                      |             | Activos          | Passivos |             | Activos          | Passivos |
| Contratos de futuros                 |             |                  |          |             |                  |          |
| Futuros de cotações                  | 531.839     | 27.007           | -        | 131.280     | 15.932           | -        |
| Futuros de divisas                   | -           | -                | -        | 1.007.642   | 38.523           | -        |
| Futuros de txjuro                    | 4.938.000   | 81.000           | -        | 5.306.102   | 27.203           | -        |
| Futuros de commodities               | -           | -                | -        | 33.699      | 5.082            | -        |
|                                      |             | 108.007          | -        |             | 86.741           | -        |

O Banco transaciona instrumentos financeiros derivados, essencialmente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, taxas de juro e sobre títulos de dívida. Estas transações são efetuadas em mercados organizados. A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação próprias desses mercados.

À data do Balanço, o Banco detinha na sua carteira contratos de futuros de taxas de juro e de cotações, cuja finalidade era de negociação, e com data de maturidade para Março de 2017 (Nota 29 – Outros ativos e passivos).

Em 31 de dezembro de 2015 o Banco detinha na sua carteira contratos de futuros de divisas, de taxas de juro e de cotações, cuja finalidade era de negociação, e com data de maturidade para Janeiro e Março de 2016 (Nota 29 – Outros ativos e passivos).

O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação e é registado em contas extrapatrimoniais.

Todos os derivados são reconhecidos contabilisticamente pelo seu valor de mercado.

O valor de mercado (*fair value*) corresponde ao valor que os instrumentos financeiros derivados teriam se fossem transacionados no mercado à data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida na rubrica de outros ativos e tem impacto imediato em resultados (Nota 29 – Outros ativos e passivos).

## NOTA 18 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A composição da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2016 pode ser analisada como segue:

| Ativos financeiros disponíveis para venda      | Qtd       | Participação no capital social (%) | Valor Nominal | Valor de Aquisição | Valor de Balanço/Justo Valor | Imparidade     | Reserva de Reavaliação |
|--|-----------|------------------------------------|---------------|--------------------|------------------------------|----------------|------------------------|
| <b>Instrumentos de capital</b>                 |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Emitidos por residentes</b>                 |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Ações</b>                                   |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Ao custo histórico</b>                      |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| Atlântico Vila - Soc. Cons. Proj. Desenv., SA. | 10.000    | 10,00%                             | 5             | 50.000             | 50.000                       | 50.000         | -                      |
| J. D. Alvarez                                  | 600.000   | 25,00%                             | 1             | 600.000            | 600.000                      | 366.326        | -                      |
|  |           |                                    |               | <b>650.000</b>     | <b>650.000</b>               | <b>416.326</b> | <b>-</b>               |
| <b>Unidades de Participação</b>                |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| Alves Ribeiro Medias Empresas Portugal         | 3.045     |                                    | 1             | 200.000            | 139.199                      | -              | 60.801                 |
|  |           |                                    |               | <b>200.000</b>     | <b>139.199</b>               | <b>-</b>       | <b>60.801</b>          |
| <b>Instrumentos de dívida</b>                  |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Emitidos por residentes</b>                 |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>De Dívida Publica Portuguesa</b>            |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Obrigações do Tesouro</b>                   |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| PGB 2,875 7/26                                 | 1.500.000 |                                    | 0,01          | 1.461.000          | 1.413.734                    | -              | (66.525)               |
| PGB 2.2 10/22                                  | 4.000.000 |                                    | 0,01          | 4.021.775          | 3.966.282                    | -              | (73.575)               |
| PGB 2.875 2025                                 | 1.500.000 |                                    | 0,01          | 1.624.080          | 1.432.148                    | -              | (201.030)              |
| PGB 3.85 04/21                                 | 1.000.000 |                                    | 0,01          | 1.114.378          | 1.108.725                    | -              | (33.078)               |
| PGB 4,45 06/18 (i)                             | 2.000.000 |                                    | 0,01          | 2.248.600          | 2.176.404                    | -              | (120.720)              |
| PGB 4.75 06/19 (i)                             | 500.000   |                                    | 0,01          | 573.225            | 563.139                      | -              | (23.100)               |
| PGB 4.8 06/20 (i)                              | 1.000.000 |                                    | 0,01          | 1.170.140          | 1.137.620                    | -              | (58.690)               |
|  |           |                                    |               | <b>12.213.198</b>  | <b>11.798.052</b>            | <b>-</b>       | <b>(576.718)</b>       |
| <b>Outras Obrigações</b>                       |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| BRCORO 2 03/23 (i)                             | 1.500.000 |                                    | 0,01          | 1.629.750          | 1.554.752                    | -              | (98.340)               |
|  |           |                                    |               | <b>1.629.750</b>   | <b>1.554.752</b>             | <b>-</b>       | <b>(98.340)</b>        |
| <b>Total emitido por residentes</b>            |           |                                    |               | <b>14.692.948</b>  | <b>14.142.004</b>            | <b>416.326</b> | <b>(614.257)</b>       |

| Ativos financeiros disponíveis para venda                 | Qtd       | Participação no capital social (%) | Valor Nominal | Valor de Aquisição | Valor de Balanço/Justo Valor | Imparidade     | Reserva de Reavaliação |
|---|-----------|------------------------------------|---------------|--------------------|------------------------------|----------------|------------------------|
| <b>Instrumentos de capital</b>                            |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Emitidos por não residentes</b>                        |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Ações</b>  |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Ao custo histórico</b>                                 |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| Novo Banco Cabo Verde                                     | 24.973    | 2,94%                              | 1.000,00      | 226.482            | 226.482                      | 218.074        | -                      |
| Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA.                    | 4.333.333 | 25,00%                             | 0,75          | 7.277              | 7.277                        | 7.277          | -                      |
| <b>Ao justo valor</b>                                     |           |                                    |               | <b>233.759</b>     | <b>233.759</b>               | <b>225.352</b> | <b>-</b>               |
| ALV GY  | 720       |                                    | 1             | 100.152            | 113.040                      | -              | 12.888                 |
| BBVA SM   | 15.970    |                                    | 1             | 100.245            | 102.432                      | -              | 2.186                  |
| DCX GY  | 1.600     |                                    | 1             | 100.153            | 113.152                      | -              | 12.999                 |
| SIEMENS   | 985       |                                    | 1             | 100.372            | 115.048                      | -              | 14.677                 |
| SU FP   | 1.660     |                                    | 1             | 100.302            | 109.743                      | -              | 9.441                  |
|   |           |                                    |               | <b>501.224</b>     | <b>553.414</b>               | <b>-</b>       | <b>52.191</b>          |
| <b>Unidades de Participação</b>                           |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| FIDLAMI LX  | 41.362    |                                    | 2.500,00      | 349.049            | 385.165                      | -              | 36.117                 |
| MELULAD ID  | 81.980    |                                    | 5.000,00      | 189.277            | 205.583                      | -              | 16.306                 |
| PSECUSP LX  | 1.105     |                                    | 1,00          | 193.420            | 193.325                      | -              | (94)                   |
| DITGWJA ID  | 2.165     |                                    | 1,00          | 100.737            | 116.780                      | -              | 16.043                 |
| FRTISEQ LX  | 2.141     |                                    | 50,00         | 153.960            | 159.847                      | -              | 5.888                  |
| GPAVEUM FP  | 1.600     |                                    | 1,00          | 397.515            | 413.248                      | -              | 15.733                 |
| LAZOSCE FP  | 370       |                                    | 1,00          | 280.000            | 283.279                      | -              | 3.279                  |
| MELLEAD ID  | 49.335    |                                    | 1,00          | 189.890            | 220.710                      | -              | 30.820                 |
| MGPEAAE LN  | 30.825    |                                    | 1.000,00      | 501.294            | 502.105                      | -              | 812                    |
| MIASLEA LX  | 23.310    |                                    | 2.500,00      | 204.662            | 200.932                      | -              | (3.730)                |
| MIRSPAELX   | 11.455    |                                    | 1,00          | 302.485            | 309.400                      | -              | 6.914                  |
| NABSRBE LX  | 12.025    |                                    | 1,00          | 200.938            | 196.489                      | -              | (4.449)                |
| PDAIEUR LX  | 1.425     |                                    | 1,00          | 149.055            | 151.435                      | -              | 2.380                  |
| PFJPANI LX  | 1.460     |                                    | 1,00          | 105.339            | 117.691                      | -              | 12.352                 |
| SISEUEE LX  | 3.351     |                                    | 1,00          | 350.000            | 365.963                      | -              | 15.962                 |
|   |           |                                    |               | <b>3.667.622</b>   | <b>3.821.951</b>             | <b>-</b>       | <b>154.330</b>         |
| <b>Emitidos por não residentes</b>                        |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>De Emissores Públicos Estrangeiros</b>                 |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Obrigações</b>   |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| BTPS 1.35 04/22 (i)                                       | 1.500.000 |                                    | 0,01          | 1.511.120          | 1.545.249                    | -              | 29.845                 |
| BTPS 2 12/01/25 (i)                                       | 1.500.000 |                                    | 0,01          | 1.560.655          | 1.542.013                    | -              | (21.115)               |
| BTPS 2.5 12/24 (i)  | 1.500.000 |                                    | 0,01          | 1.618.320          | 1.618.096                    | -              | (3.315)                |
| GGB0 10/42  | 315.000   |                                    | 0,01          | 2.048              | 851                          | -              | (1.197)                |
| IRISH 1 05/26 (i)   | 2.000.000 |                                    | 0,01          | 2.111.040          | 2.058.702                    | -              | (64.940)               |
|   |           |                                    |               | <b>6.803.183</b>   | <b>6.764.909</b>             | <b>-</b>       | <b>(60.722)</b>        |
| <b>Dívida não subordinada</b>                             |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Obrigações</b>   |           |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| ATL 1.125 11/21 (i)                                       | 500.000   |                                    | 1.000,00      | 514.500            | 518.063                      | -              | 2.685                  |
| C O 11/19 (i)   | 1.500.000 |                                    | 1.000,00      | 1.511.670          | 1.510.141                    | -              | (2.025)                |
| CAR 2.625 11/22 (i)                                       | 1.000.000 |                                    | 1.000,00      | 1.112.150          | 1.113.408                    | -              | (2.050)                |
| ELEPOR 2.625 22 (i)                                       | 1.500.000 |                                    | 1.000,00      | 1.481.400          | 1.621.138                    | -              | 102.300                |
| ENIIM 1.5 02/26 (i)                                       | 1.500.000 |                                    | 1.000,00      | 1.557.825          | 1.555.361                    | -              | (22.935)               |
| REN 2.5 02/25 (i)   | 2.000.000 |                                    | 1.000,00      | 2.123.060          | 2.133.685                    | -              | (33.500)               |
| RENAUL 0 07/18 (i)  | 1.000.000 |                                    | 1.000,00      | 1.003.167          | 1.004.178                    | -              | 443                    |
| RYAID 1.125 23 (i)  | 1.000.000 |                                    | 1.000,00      | 1.029.500          | 1.009.073                    | -              | (29.550)               |
| SAUK 1.125 3/25 (i)                                       | 1.000.000 |                                    | 1.000,00      | 1.017.530          | 1.018.953                    | -              | (7.700)                |
|   |           |                                    |               | <b>11.350.802</b>  | <b>11.484.001</b>            | <b>-</b>       | <b>7.668</b>           |
| <b>Total emitido por não residentes</b>                   |           |                                    |               | <b>22.556.588</b>  | <b>22.858.034</b>            | <b>225.352</b> | <b>153.467</b>         |
| <b>Total de ativos financeiros disponíveis para venda</b> |           |                                    |               | <b>35.619.786</b>  | <b>35.445.287</b>            | <b>641.678</b> | <b>(460.789)</b>       |

(i) Títulos incluídos na *pool* de colaterais para efeitos de linha de financiamento obtida junto do BCE (Nota 34 – Contas extrapatrimoniais).

Nota: Não foi incluído no presente mapa o valor de € 904, relativo a unidades de participação do Fundo de Compensação de Trabalho.

A composição da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2015 pode ser analisada como segue:

| Ativos financeiros disponíveis para venda                 | Qtd                | Participação no capital social (%) | Valor Nominal | Valor de Aquisição | Valor de Balanço/Justo Valor | Imparidade     | Reserva de Reavaliação |
|---|--------------------|------------------------------------|---------------|--------------------|------------------------------|----------------|------------------------|
| <b>Instrumentos de capital</b>                            |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Ações</b>  |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Ao custo histórico</b>                                 |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| Novo Banco Cabo Verde                                     | 30.000.000         | 5,00%                              | 1.000,00      | 272.072            | 272.072                      | 186.036        | -                      |
| Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA.                    | 4.333.333          | 25,00%                             | 0,75          | 5.810              | 5.810                        | -              | -                      |
|   |                    |                                    |               | <b>277.882</b>     | <b>277.882</b>               | <b>186.036</b> | <b>-</b>               |
| <b>Unidades de Participação</b>                           |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| FRTISEQ LX  | 2.141              |                                    | 50,00         | 153.960            | 162.823                      | -              | 8.863                  |
| JGAPEOL LX  | 7.255              |                                    | 1.000,00      | 198.860            | 220.915                      | -              | 22.055                 |
| MELLEAD ID  | 49.335             |                                    | 1,00          | 189.890            | 211.272                      | -              | 21.383                 |
| MGPEAAE LN  | 17.970             |                                    | 1.000,00      | 398.196            | 410.487                      | -              | 12.290                 |
| MIASLEA LX  | 23.310             |                                    | 2.500,00      | 204.662            | 204.429                      | -              | (233)                  |
| MIRSPAE LX  | 11.455             |                                    | 1,00          | 302.485            | 293.133                      | -              | (9.352)                |
| PFJPANI LX  | 2.920              |                                    | 1,00          | 210.678            | 217.598                      | -              | 6.920                  |
| PFLDCRE LX  | 1.108              |                                    | 1,00          | 201.645            | 212.924                      | -              | 11.279                 |
| SISEUEE LX  | 3.351              |                                    | 1,00          | 350.000            | 363.874                      | -              | 13.874                 |
| UEQUEPA LX  | 1.085              |                                    | 0,00          | 196.591            | 221.622                      | -              | 25.031                 |
| MELULAD ID  | 81.980             |                                    | 5.000,00      | 183.910            | 172.618                      | -              | (11.292)               |
| PSECUSP LX  | 1.105              |                                    | 1,00          | 187.934            | 190.183                      | -              | 2.248                  |
| UBSEBIO LX  | 330                |                                    | 1,00          | 181.845            | 173.386                      | -              | (8.459)                |
| UBUSAGB LX  | 6.483              |                                    | 1,00          | 156.748            | 161.821                      | -              | 5.074                  |
|   |                    |                                    |               | <b>3.117.404</b>   | <b>3.217.086</b>             | <b>-</b>       | <b>99.682</b>          |
| <b>Emitidos por não residentes</b>                        |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>De Emissores Públicos Estrangeiros</b>                 |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Obrigações</b>   |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| BTPS 0.7 05/20 (i)  | 1.000              |                                    | 1.000,00      | 999.950            | 1.008.864                    | -              | 7.760                  |
| BTPS 1.35 04/22 (i)                                       | 1.500              |                                    | 1.000,00      | 1.511.120          | 1.539.285                    | -              | 23.905                 |
| BTPS 2.5 12/24 (i)  | 1.500              |                                    | 1.000,00      | 1.618.320          | 1.632.284                    | -              | 10.890                 |
| GGBO 10/42  | 3.150              |                                    | 100,00        | 2.048              | 1.419                        | -              | (628)                  |
| IRISH 0.8 03/22 (i)                                       | 150.000.000        |                                    | 0,01          | 1.523.965          | 1.542.361                    | -              | 8.855                  |
| SLOR 2.25 03/22 (i)                                       | 1.000              |                                    | 1.000,00      | 1.015.435          | 1.091.525                    | -              | (4.850)                |
| SPGB 1.15 07/20   | 2.000              |                                    | 1.000,00      | 2.030.870          | 2.052.837                    | -              | 12.290                 |
|   |                    |                                    |               | <b>8.701.708</b>   | <b>8.868.576</b>             | <b>-</b>       | <b>58.222</b>          |
| <b>De outros não residentes</b>                           |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Dívida não subordinada</b>                             |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Obrigações</b>   |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| C 0 11/19 (i)   | 1.500              |                                    | 1.000,00      | 1.511.670          | 1.496.539                    | -              | (16.125)               |
| DB 1.125 03/25 (i)  | 10                 |                                    | 100.000,00    | 986.030            | 939.024                      | -              | (55.890)               |
| ELEPOR 2.625 22 (i)                                       | 1.500              |                                    | 1.000,00      | 1.481.400          | 1.540.135                    | -              | 21.300                 |
| ENIIM 1.5 02/26 (i)                                       | 1.000              |                                    | 1.000,00      | 1.017.130          | 970.285                      | -              | (60.490)               |
| MEO 1.375 10/21 (i)                                       | 1.500              |                                    | 1.000,00      | 1.527.500          | 1.501.056                    | -              | (30.050)               |
| REN 2.5 02/25 (i)   | 2.000              |                                    | 1.000,00      | 2.123.060          | 2.007.470                    | -              | (159.700)              |
| RENAUL Float 07/16/18 (i)                                 | 1.500              |                                    | 1.000,00      | 1.504.755          | 1.485.691                    | -              | (20.740)               |
|   |                    |                                    |               | <b>10.151.545</b>  | <b>9.940.200</b>             | <b>-</b>       | <b>(321.695)</b>       |
| <b>Total emitido por não residentes</b>                   |                    |                                    |               | <b>22.248.540</b>  | <b>22.303.741</b>            | <b>-</b>       | <b>(163.793)</b>       |
| <b>Total de ativos financeiros disponíveis para venda</b> |                    |                                    |               | <b>33.020.160</b>  | <b>33.054.007</b>            | <b>436.036</b> | <b>(319.371)</b>       |
| Ativos financeiros disponíveis para venda                 | Qtd                | Participação no capital social (%) | Valor Nominal | Valor de Aquisição | Valor de Balanço/Justo Valor | Imparidade     | Reserva de Reavaliação |
| <b>Instrumentos de capital</b>                            |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Emitidos por residentes</b>                            |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Ações</b>  |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Ao custo histórico</b>                                 |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| Atlântico Vila - Soc. Cons. Proj. Desenv., SA.            | 10.000             | 10,00%                             | 5             | 50.000             | 50.000                       | 50.000         | -                      |
| J. D. Alvarez   | 600.000            | 25,00%                             | 1             | 600.000            | 600.000                      | 200.000        | -                      |
| Universo Lusófono   | 875.000            | 12,50%                             | 1             | 1.670.900          | 1.670.900                    | -              | -                      |
|   |                    |                                    |               | <b>2.320.900</b>   | <b>2.320.900</b>             | <b>250.000</b> | <b>-</b>               |
| <b>Unidades de Participação</b>                           |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| Alves Ribeiro Medias Empresas Portugal                    | 3.045              |                                    | 1             | 200.000            | 154.054                      | -              | (45.946)               |
|   |                    |                                    |               | <b>200.000</b>     | <b>154.054</b>               | <b>-</b>       | <b>(45.946)</b>        |
| <b>Instrumentos de dívida</b>                             |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Emitidos por residentes</b>                            |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>De Dívida Pública Portuguesa</b>                       |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| <b>Obrigações do Tesouro</b>                              |                    |                                    |               |                    |                              |                |                        |
| PGB 2.2 10/22   | 150.000.000        |                                    | 0,01          | 1.520.300          | 1.541.548                    | -              | 11.050                 |
| PGB 2.875 2025 (i)  | 150.000.000        |                                    | 0,01          | 1.624.080          | 1.555.123                    | -              | (78.030)               |
| PGB 3.85 04/21  | 100.000.000        |                                    | 0,01          | 1.114.378          | 1.154.950                    | -              | 13.222                 |
| PGB 4.75 06/19 (i)  | 50.000.000         |                                    | 0,01          | 573.225            | 581.928                      | -              | (4.275)                |
| PGB 4.8 06 2020   | 100.000.000        |                                    | 0,01          | 1.170.140          | 1.185.299                    | -              | (10.940)               |
| PGB 4.45 06/18 (i)  | 200.000.000        |                                    | 0,01          | 2.248.600          | 2.256.464                    | -              | (40.660)               |
|   | <b>750.000.000</b> |                                    | 0,01          | <b>8.250.723</b>   | <b>8.275.311</b>             | <b>-</b>       | <b>(109.633)</b>       |
| <b>Total emitidos por residentes</b>                      |                    |                                    |               | <b>10.771.623</b>  | <b>10.750.266</b>            | <b>250.000</b> | <b>(155.579)</b>       |

(i) Títulos incluídos na pool de colaterais para efeitos de linha de financiamento obtida junto do BCE (Nota 34 – Contas extrapatrimoniais).

Nota: Não foi incluído no presente mapa o valor de € 357, relativo a unidades de participação do Fundo de Compensação de Trabalho.

A participação do Banco na Sociedade Aquapura, Hotel, Villas & SPA., Ceará, enquadrou-se no desenvolvimento de um projeto turístico, no Ceará, Brasil, de médio prazo. Em 2011 foram realizados suprimentos nesta Sociedade, no montante de € 1 258 800, que o Banco provisionou na totalidade em 2015 (Nota 29 – Outros ativos e passivos).

O Banco procede, para as participações com maior relevância, a avaliações periódicas para determinar a existência de indícios de imparidade, tendo registado no exercício perdas por imparidade para as participações no Grupo J.D. Alvarez e no Novo Banco Cabo Verde.

As participações que o Banco detém no capital social destas empresas, são minoritárias, não detendo controlo ou sequer influência significativa sobre a gestão de qualquer uma delas.

### Exposição à dívida soberana

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente, o Banco apresenta a seguinte exposição à dívida soberana de outros países:

| 31/dez/2016  |                   |                    |                              |                        |
|--|-------------------|--------------------|------------------------------|------------------------|
|  | Valor Nominal     | Valor de Aquisição | Valor de Balanço/Justo Valor |                        |
| <b>Ativos financeiros detidos até à maturidade</b> |                   |                    |                              |                        |
| Instrumentos de dívida                             |                   |                    |                              |                        |
| De Dívida Pública Portuguesa                       | 700.000           | 680.706            | 697.277                      |                        |
|  |                   |                    |                              |                        |
|  | Valor Nominal     | Valor de Aquisição | Valor de Balanço/Justo Valor | Reserva de Reavaliação |
| <b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>   |                   |                    |                              |                        |
| Instrumentos de dívida                             |                   |                    |                              |                        |
| De Dívida Pública Portuguesa                       | 11.500.000        | 12.213.198         | 11.798.052                   | (576.718)              |
| De Dívida Pública Italiana                         | 4.500.000         | 4.690.095          | 4.705.357                    | 5.415                  |
| De Dívida Pública Grega                            | 315.000           | 2.048              | 851                          | (1.197)                |
| De Dívida Pública Irlandesa                        | 2.000.000         | 2.111.040          | 2.058.702                    | (64.940)               |
|  | <b>18.315.000</b> | <b>19.016.380</b>  | <b>18.562.961</b>            | <b>(637.440)</b>       |

| 31/dez/2015  |                   |                    |                              |                        |
|--|-------------------|--------------------|------------------------------|------------------------|
|  | Valor Nominal     | Valor de Aquisição | Valor de Balanço/Justo Valor |                        |
| <b>Ativos financeiros detidos até à maturidade</b> |                   |                    |                              |                        |
| Instrumentos de dívida                             |                   |                    |                              |                        |
| De Dívida Pública Portuguesa                       | 700.000           | 680.706            | 695.330                      |                        |
|  |                   |                    |                              |                        |
|  | Valor Nominal     | Valor de Aquisição | Valor de Balanço/Justo Valor | Reserva de Reavaliação |
| <b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>   |                   |                    |                              |                        |
| Instrumentos de dívida                             |                   |                    |                              |                        |
| De Dívida Pública Portuguesa                       | 7.500.000         | 8.250.723          | 8.275.311                    | (109.633)              |
| De Dívida Pública Italiana                         | 4.000.000         | 4.129.390          | 4.180.433                    | 42.555                 |
| De Dívida Pública Grega                            | 315.000           | 2.048              | 1.419                        | (628)                  |
| De Dívida Pública Irlanda                          | 1.500.000         | 1.523.965          | 1.542.361                    | 8.855                  |
| De Dívida Pública Espanha                          | 2.000.000         | 2.030.870          | 2.052.837                    | 12.290                 |
| De Dívida Pública Suíça                            | 1.000.000         | 1.015.435          | 1.091.525                    | (4.850)                |
|  | <b>16.315.000</b> | <b>16.952.430</b>  | <b>17.143.887</b>            | <b>(51.411)</b>        |



## NOTA 19 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica pode ser analisada no quadro que segue:

|                                   | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Aplicações em IC's no país</b> |                    |                    |
| Depósitos a Prazo                 |                    |                    |
| até 1 ano                         | 50.000             | 50.000             |
| Juros a receber                   | -                  | -                  |
|                                   | <u>50.000</u>      | <u>50.000</u>      |

Durante os exercícios de 2016 e 2015 esta aplicação indexada à Euribor não teve remuneração devido às taxas negativas deste indexante.

## NOTA 20 - CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

|  | <u>31/dez/2016</u>  | <u>31/dez/2015</u>  |
|--|---------------------|---------------------|
| <b>Crédito não representativo de valores mobiliários</b>         |                     |                     |
| <b>Crédito interno</b>   |                     |                     |
| <b>Empresas e administração pública</b>                          |                     |                     |
| Empréstimos  | 26.734.120          | 33.883.310          |
| Créditos em conta corrente                                       | 4.317.533           | 5.751.849           |
| Operações de locação financeira                                  | 1.469.997           | 1.858.465           |
| Outros créditos  | -                   | 11.712              |
| <b>Particulares</b>  | -                   | -                   |
| Crédito à habitação  | 1.179.134           | 1.267.215           |
| Crédito conta corrente   | 352.000             | 486.000             |
| Outros créditos  | 15.221.328          | 18.449.338          |
|  | <u>49.274.112</u>   | <u>61.707.889</u>   |
| <b>Crédito ao exterior</b>                                       |                     |                     |
| <b>Empresas e administração pública</b>                          |                     |                     |
| Créditos em conta corrente                                       | -                   | 3.452.940           |
| Créditos em conta corrente                                       | -                   | 1.144.230           |
| <b>Particulares</b>  |                     |                     |
| Outros créditos  | 33.469              | 158.820             |
|  | <u>33.469</u>       | <u>4.755.990</u>    |
| Juros e comissões a receber                                      | 652.988             | 800.309             |
|  | <u>652.988</u>      | <u>800.309</u>      |
| <b>Crédito e juros vencidos</b>                                  | 20.562.046          | 14.864.593          |
|  | <u>20.562.046</u>   | <u>14.864.593</u>   |
| <b>Outros Créditos e valores a receber - Titulados (Nota 22)</b> |                     |                     |
| <b>Emitidos por residentes</b>                                   |                     |                     |
| Títulos de dívida  |                     |                     |
| Dívida não subordinada   | 3.500.000           | 3.950.000           |
| Comissões com proveito diferido                                  | (31.616)            | (11.991)            |
|  | <u>3.468.384</u>    | <u>3.938.009</u>    |
| <b>Total bruto</b>   | <u>73.990.999</u>   | <u>86.066.789</u>   |
| <b>Provisões e Imparidade (Nota 24)</b>                          |                     |                     |
| Provisões para créditos e juros vencidos e imparidade            | (20.637.214)        | (13.867.699)        |
|  | <u>(20.637.214)</u> | <u>(13.867.699)</u> |
| <b>Total Líquido</b>   | <u>53.353.784</u>   | <u>72.199.090</u>   |

As taxas de juro médias aplicáveis ao crédito concedido durante os exercícios de 2016 e 2015 foram, respetivamente, de 3.83% e 3,70%.

O movimento ocorrido nas provisões/imparidades nos exercícios de 2016 e de 2015 é apresentado na Nota 23 - Imparidade e Provisões.

Os juros corridos a receber relativos aos créditos concedidos estão incluídos no valor da carteira em juros e comissões a receber.

No âmbito da sua atividade de concessão de crédito o Banco recebe, entre outras, as seguintes garantias reais (colaterais):

- hipotecas sobre habitação própria;
- hipotecas sobre imóveis e terrenos;
- depósito de valores;
- penhor de valores mobiliários.

O justo valor dos colaterais recebidos é apurado com base no valor de mercado tendo em conta as suas especificidades. Por exemplo, os imóveis recebidos em garantia são avaliados por entidades avaliadoras externas e independentes.

A 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as garantias reais recebidas (hipotecas de imóveis e terrenos, depósitos de valores, penhor de valores mobiliários e penhor mercantil) pelo Banco ascendem, respetivamente, a € 93 036 239 e a € 141.496.079 (Nota 34 - Contas Extrapatrimoniais).

#### NOTA 21 - OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016, a composição do saldo de outros créditos e valores a receber, por natureza e espécie de título, incluído na rubrica de crédito a clientes (Nota 20 – Crédito a clientes), pode ser analisada como segue:

| Outros créditos e valores a receber (Titulados) | Quantidade<br>Montante | Valor<br>Nominal | Valor de<br>Aquisição | Valor de Balanço |
|---|------------------------|------------------|-----------------------|------------------|
| <b>Instrumentos de dívida</b>                   |                        |                  |                       |                  |
| <b>Emitidos por residentes</b>                  |                        |                  |                       |                  |
| <b>Outros residentes</b>                        |                        |                  |                       |                  |
| <b>Dívida não subordinada</b>                   |                        |                  |                       |                  |
| <b>Papel Comercial</b>                          |                        |                  |                       |                  |
| ETE 04/17 1ª Emissão                            | 2.000.000              | 1                | 1.961.572             | 1.976.985        |
| INAPA 02/17 3ª Emissão                          | 1.500.000              | 1                | 1.482.613             | 1.491.398        |
| <b>Total</b>                                    |                        |                  | <b>3.444.185</b>      | <b>3.468.384</b> |

Em 31 de dezembro de 2015, a composição do saldo de outros créditos e valores a receber, por natureza e espécie de título, incluído na rubrica de crédito a clientes (Nota 20 – Crédito a clientes), pode ser analisada como segue:

| Outros créditos e valores a receber (Titulados) | Quantidade<br>Montante | Valor<br>Nominal | Valor de<br>Aquisição | Valor de Balanço |
|---|------------------------|------------------|-----------------------|------------------|
| <b>Instrumentos de dívida</b>                   |                        |                  |                       |                  |
| <b>Emitidos por residentes</b>                  |                        |                  |                       |                  |
| <b>Outros residentes</b>                        |                        |                  |                       |                  |
| <b>Dívida não subordinada</b>                   |                        |                  |                       |                  |
| <b>Papel Comercial</b>                          |                        |                  |                       |                  |
| ETE 01/16 29ª Emissão                           | 450000                 | 1                | 448.331               | 449.428          |
| ETE 01/16 30ª Emissão                           | 2.000.000              | 1                | 1.992.581             | 1.997.456        |
| INAPA 02/16 2ª Emissão                          | 1.500.000              | 1                | 1.467.089             | 1.491.125        |
| <b>Total</b>                                    |                        |                  | <b>3.908.001</b>      | <b>3.938.009</b> |

## NOTA 22 - ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS À MATURIDADE

Estes ativos são constituídos por obrigações do tesouro do Estado Português que se encontram dadas em penhor ao Banco de Portugal e ao Sistema de Indemnização aos Investidores, no âmbito da atividade do Banco, conforme refletido em rubricas extrapatrimoniais (Nota 34 – Contas extrapatrimoniais).

| <b>Ativos financeiros detidos até à maturidade</b> | <b>31/dez/2016</b> | <b>31/dez/2015</b> |
|--|--------------------|--------------------|
| <b>Instrumentos de dívida</b>                      |                    |                    |
| <b>Emitidos por residentes</b>                     |                    |                    |
| De Dívida Pública Portuguesa                       | 697.277            | 695.330            |
| De outros residentes                               | -                  | -                  |
| Juros a receber                                    | 16.983             | 16.983             |
|  | <b>714.260</b>     | <b>712.313</b>     |
| <b>Instrumentos de dívida - vencidos</b>           |                    |                    |
| <b>Emitidos por não residentes</b>                 |                    |                    |
| De outros não residentes                           | 6.500.000          | 6.500.000          |
| Juros a receber                                    | 53.399             | 53.399             |
|  | <b>6.553.399</b>   | <b>6.553.399</b>   |
| <b>Imparidade para instrumentos de dívida</b>      |                    |                    |
| De outros não residentes                           | (6.553.399)        | (6.553.399)        |
|  | <b>(6.553.399)</b> | <b>(6.553.399)</b> |
|  | <b>714.260</b>     | <b>712.313</b>     |

Em 31 de dezembro de 2016, a composição da carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade pode ser analisada como segue:

| <b>Activos financeiros detidos até à maturidade</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Valor Nominal</b> | <b>Valor de Balanço Custo amortizado</b> | <b>Valor de Aquisição</b> | <b>Imparidade</b> | <b>Prazo Residual</b> |
|---|-------------------|----------------------|--|---------------------------|-------------------|-----------------------|
| <b>Instrumentos de dívida</b>                       |                   |                      |  |                           |                   |                       |
| <b>Emitidos por residentes</b>                      |                   |                      |  |                           |                   |                       |
| <b>De Dívida Pública Portuguesa</b>                 |                   |                      |  |                           |                   |                       |
| <b>Obrigações do Tesouro</b>                        |                   |                      |  |                           |                   |                       |
| (i) PGB 4,45 06/18                                  | 70.000.000        | 0,01                 | 697.277                                  | 680.706                   | -                 | 1 a 5 anos            |
|   |                   |                      | <b>697.277</b>                           | <b>680.706</b>            | -                 |                       |
| <b>Instrumentos de dívida</b>                       |                   |                      |  |                           |                   |                       |
| <b>Emitidos por não residentes</b>                  |                   |                      |  |                           |                   |                       |
| <b>De outros não residentes</b>                     |                   |                      |  |                           |                   |                       |
| <b>Obrigações</b>                                   |                   |                      |  |                           |                   |                       |
| Espirito Santo Financiere 3.25 09/2014              |                   |                      |  |                           |                   |                       |
| Capital   | 6.500.000         | 1                    | 6.500.000                                | 6.500.000                 | 6.500.000         |                       |
| Juros a receber                                     |                   |                      | 53.399                                   | -                         | 53.399            |                       |
|   |                   |                      | <b>6.553.399</b>                         | <b>6.500.000</b>          | <b>6.553.399</b>  |                       |

Em 31 de dezembro de 2015, a composição da carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade pode ser analisada como segue:

| Activos financeiros detidos até à maturidade | Quantidade | Valor Nominal | Valor de Balanço<br>Custo amortizado | Valor de<br>Aquisição | Imparidade       | Prazo<br>Residual |
|--|------------|---------------|--------------------------------------|-----------------------|------------------|-------------------|
| <b>Instrumentos de dívida</b>                |            |               |                                      |                       |                  |                   |
| <b>Emitidos por residentes</b>               |            |               |                                      |                       |                  |                   |
| <b>De Dívida Pública Portuguesa</b>          |            |               |                                      |                       |                  |                   |
| <b>Obrigações do Tesouro</b>                 |            |               |                                      |                       |                  |                   |
| (i) PGB 4,45 06/18                           | 70.000.000 | 0,01          | 695.330                              | 680.706               | -                | 1 a 5 anos        |
|  |            |               | <b>695.330</b>                       | <b>680.706</b>        | -                |                   |
| <b>Instrumentos de dívida</b>                |            |               |                                      |                       |                  |                   |
| <b>Emitidos por não residentes</b>           |            |               |                                      |                       |                  |                   |
| <b>De outros não residentes</b>              |            |               |                                      |                       |                  |                   |
| <b>Obrigações</b>                            |            |               |                                      |                       |                  |                   |
| Espírito Santo Financiere 3.25 09/2014       |            |               |                                      |                       |                  |                   |
| Capital                                      | 6.500.000  | 1             | 6.500.000                            | 6.500.000             | 6.500.000        |                   |
| Juros a receber                              |            |               | 53.399                               | -                     | 53.399           |                   |
|  |            |               | <b>6.553.399</b>                     | <b>6.500.000</b>      | <b>6.553.399</b> |                   |

(i) Títulos incluídos na pool de colaterais para efeitos da linha de financiamento obtida junto do BCE (Nota 34 – Extrapatrimoniais).

À data de 31 de dezembro de 2016, o Banco detinha na sua carteira uma exposição ao Grupo GES, sob a forma de papel comercial de curto prazo, no montante de €6.500.000. Dada a insolvência do emitente, este título encontra-se provisionado a 100%.

## NOTA 23 – IMPARIDADE E PROVISÕES

O movimento ocorrido nas imparidades registadas nos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

|   | Saldo em<br>31/dez/2015 | Aumentos          | Reposições/<br>Reversões | Utilizações/<br>Transferências | Ajust por dif<br>câmbiais | Saldo em<br>31/dez/2016 |
|---|-------------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>Imparidade para crédito</b>                    | <b>13.867.399</b>       | <b>13.953.094</b> | <b>(7.183.278)</b>       | -                              | -                         | <b>20.637.214</b>       |
| Crédito a clientes                                | 13.838.899              | 13.931.594        | (7.168.278)              | -                              | -                         | 20.602.214              |
| Outros créditos e valores a receber               | 28.500                  | 21.500            | (15.000)                 | -                              | -                         | 35.000                  |
|   | -                       | -                 | -                        | -                              | -                         | -                       |
| <b>Imparidade para outros ativos</b>              | <b>2.928.812</b>        | <b>672.527</b>    | <b>(75.564)</b>          | -                              | <b>16.055</b>             | <b>3.541.830</b>        |
| Ativos não correntes detidos para venda           | 291.986                 | 522.130           | -                        | -                              | -                         | 814.116                 |
| Propriedades de investimento                      | 51.228                  | 136.104           | (7.460)                  | -                              | -                         | 179.872                 |
| Outros ativos                                     | 2.585.598               | 1.547             | (67.302)                 | -                              | 16.055                    | 2.535.898               |
| Ativos tangíveis                                  | -                       | 12.747            | (802)                    | -                              | -                         | 11.945                  |
| <b>Provisões passivas</b>                         | <b>428.822</b>          | <b>172.910</b>    | <b>(424.251)</b>         | -                              | -                         | <b>177.482</b>          |
| Imparidade para garantias e compromissos assumido | 428.822                 | 84.423            | (424.251)                | -                              | -                         | 88.995                  |
| Provisões para outros riscos                      | -                       | 88.487            | -                        | -                              | -                         | 88.487                  |
|   | <b>17.225.033</b>       | <b>14.798.531</b> | <b>(7.683.093)</b>       | -                              | <b>16.055</b>             | <b>24.356.526</b>       |

|   | Saldo em<br>31/dez/2014 | Aumentos         | Reposições/<br>Reversões | Utilizações/<br>Transferências | Ajus por dif<br>câmbiais | Saldo em<br>31/dez/2015 |
|---|-------------------------|------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| <b>Imparidade de crédito</b>                      | <b>7.774.434</b>        | <b>6.238.988</b> | <b>(146.024)</b>         | -                              | -                        | <b>13.867.399</b>       |
| Crédito a clientes                                | 7.774.434               | 6.210.488        | (146.024)                | -                              | -                        | 13.838.899              |
| Outros créditos e valores a receber               | -                       | 28.500           | -                        | -                              | -                        | 28.500                  |
| <b>Imparidade para outros ativos</b>              | <b>2.293.751</b>        | <b>619.146</b>   | <b>(33.535)</b>          | -                              | <b>49.450</b>            | <b>2.928.812</b>        |
| Ativos não correntes detidos para venda           | 189.601                 | 127.055          | (24.670)                 | -                              | -                        | 291.986                 |
| Propriedades de investimento                      | 37.429                  | 20.700           | (6.901)                  | -                              | -                        | 51.228                  |
| Outros ativos                                     | 2.066.721               | 471.391          | (1.964)                  | -                              | 49.450                   | 2.585.598               |
| <b>Provisões passivas</b>                         | <b>-</b>                | <b>428.822</b>   | <b>-</b>                 | <b>-</b>                       | <b>-</b>                 | <b>428.822</b>          |
| Imparidade para garantias e compromissos assumido | -                       | 428.822          | -                        | -                              | -                        | 428.822                 |
| Provisões para outros riscos                      | -                       | -                | -                        | -                              | -                        | -                       |
|   | <b>10.068.185</b>       | <b>7.286.956</b> | <b>(179.558)</b>         | <b>-</b>                       | <b>49.450</b>            | <b>17.225.033</b>       |

## NOTA 24 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O Banco classifica em Ativos não correntes detidos para venda e em Propriedades de investimento, os bens imobiliários recebidos de clientes em processos de dação em cumprimento, em função da disponibilidade que estes apresentam para que possam ser alienados no imediato.

Para os imóveis em que não existe impedimento imediato e legal de venda, estes são classificados na categoria de Ativos não correntes disponíveis para venda. O Banco tem como finalidade a venda no curto prazo destes imóveis e para isso tem contratado com empresa especializada serviços relativamente a planos de vendas ativos e publicitados, a preços razoáveis em relação ao justo valor corrente de mercado, existindo empenhamento na alienação.

Estes imóveis são registados pelo valor da dação, correspondente à dívida.

O Banco regista as Propriedades de Investimento pelo método do custo, que inclui o valor acordado no contrato de dação correspondente ao valor da dívida, acrescido dos custos inerentes à transação. Os custos subsequentes de manutenção são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Estes ativos são depreciados pelo método de quotas constantes e utilizando taxas de acordo com a sua especificidade, comerciais e administrativos ou industriais.

Estes imóveis encontram-se arrendados pelo que até à alienação as rendas recebidas constituem proveito do Banco, sendo registadas em resultados.

A decomposição dos imóveis recebidos em dação em pagamento, registados em ativos não correntes detidos para venda, pode ser analisada no quadro abaixo:

| Ativos recebidos por dação em pagamento | Saldo em 31-Dez-2015 |                                      |                  | Entradas /Dações | Vendas /transferências | Provisões, imparidade e amortizações | Saldo em 31-Dez-2016 |                                      |                   |
|---|----------------------|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------------|--------------------------------------|----------------------|--------------------------------------|-------------------|
|   | Valor Bruto          | Provisões, imparidade e amortizações | Valor líquido    |                  |                        |                                      | Valor Bruto          | Provisões, imparidade e amortizações | Valor líquido     |
| Ativos não correntes detidos para venda | 6.847.715            | (291.984)                            | 6.555.731        | 3.180.213        | -                      | (522.132)                            | 10.027.929           | (814.116)                            | 9.213.813         |
| Propriedades de investimento            | 2.049.030            | (281.611)                            | 1.767.419        | -                | -                      | -                                    | 2.049.030            | (486.733)                            | 1.562.297         |
|   | <b>8.896.745</b>     | <b>(573.594)</b>                     | <b>8.323.150</b> | <b>3.180.213</b> | <b>-</b>               | <b>(522.133)</b>                     | <b>12.076.959</b>    | <b>(1.300.849)</b>                   | <b>10.776.110</b> |

| Ativos recebidos por dação em pagamento | Saldo em 31-Dez-2014 |                                      |                  | Entradas /Dações | Vendas /transferências | Provisões, imparidade e amortizações | Saldo em 31-Dez-2015 |                                      |                  |
|---|----------------------|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------------|--------------------------------------|----------------------|--------------------------------------|------------------|
|   | Valor Bruto          | Provisões, imparidade e amortizações | Valor líquido    |                  |                        |                                      | Valor Bruto          | Provisões, imparidade e amortizações | Valor líquido    |
| Ativos não correntes detidos para venda | 7.014.719            | (189.600)                            | 6.825.119        | 137.333          | (304.336)              | (102.384)                            | 6.847.715            | (291.984)                            | 6.555.731        |
| Propriedades de investimento            | 2.049.030            | (212.309)                            | 1.836.721        | -                | -                      | (69.302)                             | 2.049.030            | (281.611)                            | 1.767.419        |
|   | <b>9.063.749</b>     | <b>(401.908)</b>                     | <b>8.661.840</b> | <b>137.333</b>   | <b>(304.336)</b>       | <b>(171.687)</b>                     | <b>8.896.745</b>     | <b>(573.595)</b>                     | <b>8.323.150</b> |

De acordo com os requisitos legais o Banco avalia se existe evidência de que estes ativos possam apresentar sinais de imparidade, obtendo para o efeito avaliações aos imóveis que são efetuadas por peritos independentes.

Para os imóveis que apresentam uma desvalorização de valor significativo no seu valor de mercado, abaixo do custo de aquisição, são reconhecidas perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Em 31 de dezembro de 2016 para as propriedades de investimento estão constituídas imparidades no valor de € 179 872. As amortizações acumuladas ascendem a € 306.861, que incluem as do exercício, no montante de € 76.479.

## NOTA 25 - ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos tangíveis registados nos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

|                                      | Saldo em 31-Dez-2015 |                         | Aquisições (i)  | Amortizações do exercício | Abates/<br>Transferências/<br>Imparidade | Valor líquido em 31/dez/2016 |
|--------------------------------------|----------------------|-------------------------|-----------------|---------------------------|--|------------------------------|
|                                      | Valor Bruto          | Amortizações Acumuladas |                 |                           |  |                              |
| <b>Outros ativos tangíveis</b>       |                      |                         |                 |                           |  |                              |
| Imóveis de serviço próprio-Edifícios | 2.357.054            | (346.072)               | -               | (88.874)                  | (77.597)                                 | 1.844.512                    |
| Obras em edifícios arrendados        | 134.645              | (96.882)                | -               | (9.167)                   | -  | 28.597                       |
| Equipamento                          | 740.260              | (655.895)               | 22.559          | (59.678)                  | -  | 47.246                       |
| Imobilizado em locação financeira    | 316.108              | (316.108)               | -               | -                         | -  | -                            |
| Outras imobilizações corpóreas       | 1.912                | (1.912)                 | -               | -                         | -  | -                            |
|                                      | <b>3.549.979</b>     | <b>(1.416.868)</b>      | <b>22.559</b>   | <b>(157.720)</b>          | <b>(77.597)</b>                          | <b>1.920.355</b>             |
| <b>Ativos tangíveis em curso</b>     |                      |                         |                 |                           |  |                              |
| Obras em edifícios arrendados        | -                    | -                       | -               | -                         | -  | -                            |
|                                      | <b>3.549.979</b>     | <b>(1.416.868)</b>      | <b>22.559</b>   | <b>(157.720)</b>          | <b>(77.597)</b>                          | <b>1.920.355</b>             |
|                                      |                      |                         |                 |                           |  |                              |
|                                      | Saldo em 31-Dez-2014 |                         | Aquisições (ii) | Amortizações do exercício | Abates/<br>Transferências (i)            | Valor líquido em 31/dez/2015 |
|                                      | Valor bruto          | Amortizações acumuladas |                 |                           |  |                              |
| <b>Outros ativos tangíveis</b>       |                      |                         |                 |                           |  |                              |
| Imóveis de serviço próprio-Edifícios | 2.357.054            | (256.422)               | -               | (89.650)                  | -  | 2.010.983                    |
| Obras em edifícios arrendados        | 134.645              | (87.505)                | -               | (9.377)                   | -  | 37.764                       |
| Equipamento                          | 735.777              | (576.176)               | 4.483           | (79.719)                  | -  | 84.365                       |
| Imobilizado em locação financeira    | 319.409              | (291.898)               | -               | (24.212)                  | (3.301)                                  | -                            |
| Outras imobilizações corpóreas       | 1.912                | (1.912)                 | -               | -                         | -  | -                            |
|                                      | <b>3.548.797</b>     | <b>(1.213.913)</b>      | <b>4.483</b>    | <b>(202.959)</b>          | <b>(3.301)</b>                           | <b>2.133.112</b>             |
| <b>Ativos tangíveis em curso</b>     |                      |                         |                 |                           |  |                              |
| Obras em edifícios arrendados        | -                    | -                       | -               | -                         | -  | -                            |
|                                      | <b>3.548.797</b>     | <b>(1.213.913)</b>      | <b>4.483</b>    | <b>(202.959)</b>          | <b>(3.301)</b>                           | <b>2.133.112</b>             |

(i) No corrente exercício o Banco alienou um imóvel de serviço próprio, do seu imobilizado, pelo valor de € 60.000.

(ii) Em 2015 o Banco procedeu ao abate de imobilizado em locação financeira com um valor bruto de € 84.583, e amortizações de € 81.281.

## NOTA 26 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis registados nos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

|   | Saldo em 31-Dez-2015 |                         | Aquisições    | Amortizações do exercício | Abates/Transferências | Valor líquido em 31/dez/2016 |
|---|----------------------|-------------------------|---------------|---------------------------|-----------------------|------------------------------|
|   | Valor bruto          | Amortizações acumuladas |               |                           |                       |                              |
| <b>Ativos intangíveis</b>                             |                      |                         |               |                           |                       |                              |
| Sistemas de tratamento automático de dados - Software | 1.246.689            | (1.077.885)             | 10.495        | (98.042)                  | 6.945                 | 88.202                       |
|   | <u>1.246.689</u>     | <u>(1.077.885)</u>      | <u>10.495</u> | <u>(98.042)</u>           | <u>6.945</u>          | <u>88.202</u>                |
| <b>Ativos intangíveis em curso</b>                    |                      |                         |               |                           |                       |                              |
| Sistemas de tratamento automático de dados - Software | -                    | -                       | 6.945         | -                         | (6.945)               | -                            |
|   | <u>-</u>             | <u>-</u>                | <u>6.945</u>  | <u>-</u>                  | <u>(6.945)</u>        | <u>-</u>                     |
|   | <u>1.246.690</u>     | <u>(1.077.885)</u>      | <u>17.440</u> | <u>(98.042)</u>           | <u>-</u>              | <u>88.202</u>                |

|   | Saldo em 31-Dez-2014 |                         | Aquisições    | Amortizações do exercício | Abates/Transferências | Valor líquido em 5/jan/1900 |
|---|----------------------|-------------------------|---------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------------|
|   | Valor bruto          | Amortizações acumuladas |               |                           |                       |                             |
| <b>Ativos intangíveis</b>                             |                      |                         |               |                           |                       |                             |
| Sistemas de tratamento automático de dados - Software | 1.090.607            | (915.152)               | 12.319        | (162.734)                 | 143.763               | 168.804                     |
|   | <u>1.090.607</u>     | <u>(915.152)</u>        | <u>12.319</u> | <u>(162.734)</u>          | <u>143.763</u>        | <u>168.804</u>              |
| <b>Ativos intangíveis em curso</b>                    |                      |                         |               |                           |                       |                             |
| Sistemas de tratamento automático de dados - Software | 143.763              | -                       | -             | -                         | (143.763)             | -                           |
|   | <u>143.763</u>       | <u>-</u>                | <u>-</u>      | <u>-</u>                  | <u>(143.763)</u>      | <u>-</u>                    |
|   | <u>1.234.371</u>     | <u>(915.152)</u>        | <u>12.319</u> | <u>(162.734)</u>          | <u>-</u>              | <u>168.804</u>              |

## NOTA 27 - IMPOSTOS ATIVOS E PASSIVOS

A origem dos ativos e passivos por impostos correntes e diferidos pode ser vista no quadro que se segue:

|   | 31/dez/2016      |               | 31/dez/2015      |               |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|
|   | Ativos           | Passivos      | Ativos           | Passivos      |
| <b>Impostos Correntes</b>                   |                  |               |                  |               |
| IRC a recuperar/pagar dentro de 12 meses    | -                | 91.485        | -                | 39.301        |
| IRC a recuperar/pagar após mais de 12 meses | -                | -             | -                | -             |
|   | <u>-</u>         | <u>91.485</u> | <u>-</u>         | <u>39.301</u> |
| <b>Impostos diferidos</b>                   |                  |               |                  |               |
| Comissões do crédito                        | 25               | -             | 72               | -             |
| Títulos disponíveis para venda              | 209.803          | 78.766        | 125.474          | 53.515        |
| Prejuízos fiscais reportáveis               | 5.290.697        | -             | 2.790.076        | -             |
| Provisões não aceites fiscalmente           | 942.461          | -             | 1.502.277        | -             |
|   | <u>6.442.986</u> | <u>78.766</u> | <u>4.417.899</u> | <u>53.515</u> |

|                                    | 31/12/2016       | 31/12/2015       |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| <b>Impostos diferidos ativos</b>   |                  |                  |
| a recuperar dentro de 12 meses     | 209.803          | 125.474          |
| a recuperar após mais de 12 meses  | 6.233.183        | 4.292.425        |
|                                    | <u>6.442.986</u> | <u>4.417.899</u> |
| <b>Impostos diferidos passivos</b> |                  |                  |
| a pagar dentro de 12 meses         | 78.766           | 53.515           |
| a pagar após mais de 12 meses      | -                | -                |
|                                    | <u>78.766</u>    | <u>53.515</u>    |



| Período utilização | Prejuízo fiscal | Prejuízo fiscal acumulado | Imposto diferido associado |
|--------------------|-----------------|---------------------------|----------------------------|
| 31-dez-17          | (789.101)       | (789.101)                 | (165.711)                  |
|                    | -               | (789.101)                 | (165.711)                  |
| 31-dez-26          | (1.017.871)     | (1.806.972)               | (379.464)                  |
| 31-dez-27          | (11.479.106)    | (13.286.078)              | (2.790.076)                |
| 31-dez-28          | (11.907.718)    | (25.193.795)              | (5.290.697)                |

## NOTA 28 - OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

|                           | 31/dez/2016      | 31/dez/2015      |
|---------------------------|------------------|------------------|
| Empréstimo obrigacionista | 2.550.000        | 6.500.000        |
| Juros a pagar             | 50.469           | 128.646          |
|                           | <b>2.600.469</b> | <b>6.628.646</b> |

Em 22 de dezembro de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral de acionistas a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado até ao montante de 7,5 milhões de euros. A emissão ocorreu e foi subscrita, em 30 de janeiro de 2015, no valor total de 6,5 milhões de euros. O Banco é a entidade emitente e o agente pagador.

Em outubro de 2016 o Banco efetuou um reembolso antecipado de parte desta emissão de obrigações subordinadas, no valor de 3,95 milhões de euros. Esta operação inseriu-se numa operação combinada de substituição de capital *Tier 2* por capital *Tier 1*, que incluiu um aumento de capital no montante de 4,00 milhões de euros.

As características do empréstimo obrigacionista foram as seguintes:

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| Data de emissão                     | 30-jan-15  |
| Data de maturidade                  | 30-jan-23  |
| Reembolso                           | Integral na data de vencimento   |
| Modalidade de colocação             | Oferta particular  |
| Utilização dos proventos da emissão | O produto líquido da emissão será utilizado no financiamento da atividade corrente do emitente, integrando os Fundos Próprios de Nível 2 do emitente |
| Cláusula de subordinação            | Reembolso é assegurado após a satisfação integral de todos os créditos não subordinados  |
| Pagamento de juros                  | Semestral  |
| Taxa de juro                        | 4,75% (anual)  |
| Admissão à negociação               | Não será solicitada a admissão à negociação das obrigações emitidas  |
| Código ISIN                         | PTBPGBOM001  |

## NOTA 29 – OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Ativos encontra-se no quadro que segue:

|  | <u>31/dez/2016</u>      | <u>31/dez/2015</u>      |
|--|-------------------------|-------------------------|
| <b>Devedores, outras aplicações e outros ativos</b>      |                         |                         |
| Disponibilidades sobre residentes                        | 121.641                 | 159.191                 |
| Devedores por serviços prestados                         | -                       | 488.650                 |
| Devedores diversos                                       | 65.119                  | 194.656                 |
| Suprimentos em ativos financeiros disponíveis para venda | 1.258.800               | 1.258.800               |
| Devedores por operações sobre futuros (Nota 18)          | 108.007                 | 86.741                  |
| Aplicações diversas                                      | 16.111                  | 1.852.188               |
| Sector Público e administrativo                          | 95.357                  | 86.484                  |
| Devedores - vencidos                                     | 867.368                 | 473.390                 |
| <b>Rendimentos a receber</b>                             |                         |                         |
| De devedores de outras aplicações                        | 569.508                 | 586.514                 |
| Por serviços prestados - Guarda de valores               | 18.041                  | 18.686                  |
| Por serviços prestados - Gestão de activos               | 13.446                  | 15.144                  |
| <b>Despesas com encargo diferido</b>                     |                         |                         |
| Seguros  | 5.547                   | 7.375                   |
| Contratos de manutenção                                  | 20.883                  | 19.306                  |
| Associadas a operações de crédito                        | 21.381                  | 28.175                  |
| <b>Outras contas de regularização</b>                    |                         |                         |
| Operações sobre valores mobiliários a regularizar        |                         |                         |
| Outras operações a regularizar                           | 188.572                 | 103.829                 |
| <b>Total de outros ativos (bruto)</b>                    | <u><b>3.369.781</b></u> | <u><b>5.404.877</b></u> |
| Imparidade (Nota 24)                                     | <u>(2.535.898)</u>      | <u>(2.585.598)</u>      |
| <b>Total de outros activos (líquido)</b>                 | <u><b>833.883</b></u>   | <u><b>2.819.279</b></u> |

A decomposição da rubrica Outros Passivos encontra-se no quadro que segue:

|   | <u>31/dez/2016</u>    | <u>31/dez/2015</u>      |
|---|-----------------------|-------------------------|
| <b>Outros Passivos</b>                                  |                       |                         |
| Credores de imobilizado em regime de locação financeira | 5                     | 41.053                  |
| Outros credores   | 115.430               | 67.067                  |
| Setor público administrativo                            |                       |                         |
| IVA a pagar   | 2.698                 | 9.723                   |
| Retenção na fonte                                       | 95.863                | 130.384                 |
| Contribuição para a Segurança Social                    | 39.035                | 38.850                  |
| Cobranças por conta de terceiros                        | 36                    | 40                      |
| <b>Outros encargos a pagar</b>                          |                       |                         |
| De recursos alheios                                     | 3.802                 | 3.802                   |
| De custos administrativos                               | 242.880               | 242.832                 |
| Outros  | 43.874                | 63.189                  |
| <b>Receitas com rendimento diferido</b>                 |                       |                         |
| Gestão de créditos                                      | 2.256                 | 3.595                   |
| Garantias prestadas                                     | 20.739                | 41.469                  |
| Compromissos irrevogáveis                               | 13.505                | 5.464                   |
| Outras comissões de crédito                             | 201.240               | 290.771                 |
| Outras  | 9.548                 | 11.717                  |
| <b>Outras contas de regularização</b>                   |                       |                         |
| Outras operações a regularizar                          | 78.491                | 52.350                  |
|   | <u><b>869.402</b></u> | <u><b>1.002.306</b></u> |

Os suprimentos em ativos financeiros disponíveis para venda foram realizados à Aquapura Hotel Villas & SPA Ceará, SA., entidade em que o Banco detém uma participação de 25% (Nota 17 – Ativos financeiros disponíveis para venda). O banco registou em 2015 perdas por imparidade para a totalidade dos suprimentos.

Em 31 de dezembro de 2016 o Banco já não detinha ativos relativamente ao contrato de empréstimo de títulos celebrado com clientes em 2012. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da rubrica de Aplicações diversas inclui € 1.834.512, referentes ao contrato celebrado neste âmbito. (Nota 31 – Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados).

### NOTA 30 - RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

|                                    | <u>31/dez/2016</u>       | <u>31/dez/2015</u>       |
|------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <b>Recursos de Bancos Centrais</b> |                          |                          |
| Recursos do Banco de Portugal      |                          |                          |
| Recursos a curto prazo             |                          |                          |
| até 3 meses                        | 8.500.000                | 5.000.000                |
| Recursos a médio e longo prazo     |                          |                          |
| 3 a 4 anos                         | 9.500.000                | 13.000.000               |
| Juros a pagar                      | -                        | 9.507                    |
|                                    | <u><b>18.000.000</b></u> | <u><b>18.009.507</b></u> |

Durante os exercícios de 2016 e de 2015 o Banco tomou fundos junto do Euro Sistema, dando como colateral uma parcela da sua carteira de títulos elegíveis para esse fim (Nota 34 – Contas extrapatrimoniais).

As taxas de juro médias aplicáveis a estes recursos durante os exercícios de 2016 e 2015 foram, respetivamente, de 0,033% e 0,05%.

### NOTA 31 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O Banco celebrou em 2012 contratos de empréstimos de obrigações com alguns clientes, no montante global, nominal, de € 1.835.000 e pelo prazo de 12 meses, automaticamente renovado por períodos iguais. Estes empréstimos são remunerados a uma taxa de juro fixa anual calculada sobre o valor nominal dos títulos mutuados. Os juros são pagos semestralmente, ou no *terminus* da vigência do contrato, caso este ocorra em momento anterior.

Decorrente dos contratos celebrados, o Banco reconheceu um ativo e um passivo nas suas demonstrações financeiras:

- o passivo representa a responsabilidade do Banco para com a contraparte (os clientes) de entregar os títulos no final do contrato, tendo sido registado ao justo valor por contrapartida de resultados (o seu justo valor corresponde ao justo valor dos títulos).
- o ativo representa o direito concedido ao Banco de utilizar os títulos, e assim o ativo reconhecido pelo BPG foi um saldo a receber que tem como colateral as obrigações, valorizado ao justo valor por contrapartida de resultados (Nota 29 – Outros ativos e outros passivos).

As comissões, associados a estes passivos são periodificadas com base na remuneração contratada pelo Banco e de acordo com o período correspondente à vida operação, ou seja pelo prazo contratado. As comissões encontram-se registadas em Outros juros e encargos similares (Nota 5 – Margem Financeira).

O valor inscrito nesta rubrica reflete além do valor inicial dos títulos de rendimento, objeto do contrato de empréstimo (€ 1.835.000):

- as variações de justo valor dos títulos de rendimento fixo a entregar no final do contrato, avaliados de acordo com os valores disponíveis no mercado onde são transacionados, sendo os ganhos e as perdas resultantes da alteração de justo valor reconhecidos em outros resultados de exploração no valor de € 478.713 (Nota 10 – Outros resultados de exploração);

- o montante dos juros corridos sobre o valor nominal destes instrumentos, os quais nos termos do contrato são devidos pelo Banco aos clientes, e que se encontram registados em juros e encargos similares no valor de € 78.367 (Nota 5 – Margem financeira).

### NOTA 32 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

|  | <u>31/dez/2016</u>       | <u>31/dez/2015</u>       |
|--|--------------------------|--------------------------|
| <b>Recursos de Instituições de Crédito</b> |                          |                          |
| Mercado Monetário Interbancário            | <b>8.009.712</b>         | <b>9.211.805</b>         |
| Recursos a curto prazo                     |                          |                          |
| até 3 meses                                | 8.000.000                | 9.200.000                |
| Juros a pagar                              | 9.712                    | 11.805                   |
| Depósitos                                  | <b>629.049</b>           | <b>3.455.993</b>         |
| À ordem                                    | 194.439                  | 378.387                  |
| A prazo                                    |                          |                          |
| até 3 meses                                | -                        | 1.150.000                |
| de 3 meses a 1 ano                         | 420.000                  | 1.920.000                |
| Juros a pagar                              | 14.611                   | 7.606                    |
| Empréstimos                                | <b>24.573.593</b>        | <b>29.232.196</b>        |
| Recursos a curto prazo                     |                          |                          |
| até 3 meses                                | 6.000.000                | 12.500.000               |
| de 3 meses a 1 ano                         | 18.538.425               | 16.575.547               |
| Juros a pagar                              | 35.168                   | 156.649                  |
|  | <u><b>33.212.355</b></u> | <u><b>41.899.994</b></u> |

As taxas de juro médias aplicáveis a estes recursos durante os exercícios de 2016 e 2015 foram, respetivamente, de 3,41% e 2,46%.

### NOTA 33 - RECURSOS DE CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

|                                   | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Recursos de residentes</b>     |                    |                    |
| Depósitos à ordem                 | 2.754.389          | 4.544.483          |
| Depósitos a prazo                 |                    |                    |
| até 3 meses                       | 12.630.300         | 36.865.050         |
| 3 meses a 2 anos                  | 37.463.705         | 23.290.682         |
| Juros a pagar                     | 138.386            | 205.627            |
| Cheques e ordens a pagar          | 176                | 176                |
| Outros                            | 225                | -                  |
|                                   | <u>52.987.181</u>  | <u>64.906.018</u>  |
| <b>Recursos de não residentes</b> |                    |                    |
| Depósitos à ordem                 | 5.558              | 7.896              |
|                                   | <u>5.558</u>       | <u>7.896</u>       |
| <b>Total Recursos de Clientes</b> | <u>52.992.740</u>  | <u>64.913.914</u>  |

As taxas de juro médias aplicáveis aos recursos captados junto de clientes durante os exercícios de 2016 e 2015 foram, respetivamente, de 1,72 % e 2,20%.

Nos termos da lei, o Fundo de Garantia de Depósitos, tem por finalidade garantir o reembolso dos depósitos constituídos junto das instituições de crédito que nele participam, na eventualidade de estes se tornarem indisponíveis. Nesse âmbito, o Fundo garante o reembolso do valor global dos saldos em dinheiro de cada depositante, juros incluídos dos depósitos abrangidos pela garantia do Fundo, e contados até à data em que se verificar a indisponibilidade dos depósitos, de acordo com determinadas condições, até ao limite máximo de 100.000 euros por depositante e por instituição.

## NOTA 34 - CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

|  | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
|--|--------------------|--------------------|
| <b>Garantias e avales</b>  | <b>7.068.296</b>   | <b>12.968.688</b>  |
| <b>Activos dados em garantia</b>   |                    |                    |
| <b>Penhor de Títulos - "Pool de activos do Sistema Europeu de Bancos Centrais"</b> | <b>23.554.394</b>  | <b>23.428.694</b>  |
| ATL 1,125 11/04/21   | 517.185            | -                  |
| BRCORO 2 03/23   | 1.531.410          | -                  |
| BTPS 0.7 05/20   | -                  | 1.007.710          |
| BTPS 2.5 12/24   | 1.615.005          | 1.629.210          |
| BTPS 1.35 04/22  | 1.540.965          | 1.535.025          |
| BTPS 2 12/01/25  | 1.539.540          | -                  |
| C 0 11/19  | 1.509.645          | 1.495.545          |
| C 1.375 10/21  | -                  | 401.260            |
| CAR 2.625 11/22  | 1.110.100          | -                  |
| DB 1.125 03/25   | -                  | 930.140            |
| ELEPOR 2.625 01/22   | 1.583.700          | 1.502.700          |
| ELEPOR 4.875 20  | -                  | 280.858            |
| ENIIM 1.5 02/26  | 1.534.890          | 956.640            |
| IRISH 0.8 03/22  | -                  | 1.532.820          |
| IRISH 1 05/26  | 2.046.100          | -                  |
| MEO 1.375 10/21  | -                  | 1.497.450          |
| PGB 2.875 2025   | -                  | 1.649.120          |
| PGB 4.75 06/19   | 550.125            | 568.950            |
| PGB 4.20 10/2016   | -                  | 20.672             |
| PGB 4.35 10/2017   | -                  | 10.750             |
| PGB 4.45 06/2018   | 2.766.244          | 2.936.560          |
| PGB 4.80 06/2020   | 1.111.450          | 579.600            |
| PGB 5.65 02/2024   | -                  | 18.601             |
| RENAUL 0 07/18   | 1.003.610          | 1.484.010          |
| REN 2.5 02/25  | 2.089.560          | 1.963.360          |
| REN PL 6.25 09/2016  | -                  | 30.963             |
| REN PL 4.125 01/2018   | -                  | 322.500            |
| RYAID 1.125 23   | 999.950            | -                  |
| SAUK 1.125 3/25  | 504.915            | -                  |
| SLOR 2.25 03/22  | -                  | 1.074.250          |
| <b>Fundo de Garantia de Depósitos</b>  | <b>88.318</b>      | <b>88.318</b>      |
| PGB 4.45 06/2018   | 88.318             | 88.318             |
| <b>Sistema de Indemnização aos Investidores</b>                                    | <b>22.079</b>      | <b>22.079</b>      |
| PGB 4.45 06/2018   | 22.079             | 22.079             |
|  | <b>23.664.791</b>  | <b>23.539.091</b>  |
| <b>Outros Activos</b>  |                    |                    |
| Depósito a Prazo   | <b>50.000</b>      | <b>50.000</b>      |
|  |                    |                    |
|  | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
| <b>Compromissos Perante Terceiros</b>  |                    |                    |
| Compromissos Irrevogáveis  |                    |                    |
| Responsabilidades a prazo de contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos    | 26.775             | 26.775             |
| Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores     | 27.996             | 27.996             |
|  | <b>54.771</b>      | <b>54.771</b>      |
| <b>Compromissos Revogáveis</b>   |                    |                    |
| Linhas de Crédito Revogáveis   | 628.756            | 1.830.840          |
| Compromissos Bancários revogáveis  | 807.767            | 1.639.721          |
|  | <b>1.436.523</b>   | <b>3.470.561</b>   |
|  | <b>1.491.294</b>   | <b>3.525.332</b>   |
| <b>Operações cambiais e instrumentos derivados</b>                                 |                    |                    |
| Futuros  | 5.469.839          | 6.478.722          |
| Opções   | -                  | 1.970.000          |
|  | <b>5.469.839</b>   | <b>8.448.722</b>   |
| <b>Responsabilidade por prestação de serviços</b>                                  |                    |                    |
| Por depósito e guarda de valores   | 173.018.336        | 171.347.151        |
| Valores administrados pelo BPG:  | <b>11.636.109</b>  | <b>14.461.789</b>  |
| Activos cedidos em operações de cessão de crédito                                  | 5.964.316          | 6.439.047          |
| Gestão de patrimónios  | 5.671.794          | 8.022.742          |
|  | <b>184.654.446</b> | <b>185.808.940</b> |
| <b>Total</b>   | <b>215.330.370</b> | <b>221.372.085</b> |

Os ativos dados em garantia correspondem (i) ao penhor de títulos, a preços de mercado, elegíveis como garantia, para a “Pool de ativos do Sistema Europeu de Bancos Centrais”, no âmbito da tomada de fundos junto do Banco Central Europeu (BCE), (ii) e para garantia do crédito intra - diário, (iii) aos títulos dados em penhor ao Banco de Portugal, para garantia das responsabilidades para com o Fundo de Garantia de Depósitos e Sistema de Indemnização aos Investidores, (iv) e a um depósito constituído junto de Instituição financeira nacional, como garantia pela representação do Banco na participação da vertente SEPA (*Single Euro Payments Area*), *Credit Transfer Scheme* relativo aos pagamentos transfronteiros em euros.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. O montante da contribuição anual encontra-se em outros resultados de exploração (Nota 10 – Outros resultados de exploração).

O saldo da rubrica de responsabilidades de contribuição para com o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) corresponde ao compromisso irrevogável que o Banco assumiu, por força de lei, de entregar àquele Fundo, caso este o solicite, as parcelas não realizadas de contribuições anuais.

O saldo da rubrica de responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) corresponde à obrigação irrevogável que o Banco assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os compromissos assumidos por terceiros têm a seguinte composição:

|   | <u>31/dez/2016</u>        | <u>31/dez/2015</u>        |
|---|---------------------------|---------------------------|
| <b>Garantias Recebidas</b>                  |                           |                           |
| Garantias e avals - residentes              | 7.700.786                 | 49.062.549                |
| Fianças                                     | 2.105.001                 | 1.700.000                 |
| Garantias reais                             |                           |                           |
| Títulos                                     | 42.646.094                | 70.244.648                |
| Valores imobiliários                        | 45.670.141                | 64.562.405                |
| Depósitos                                   | 4.120.000                 | 3.995.000                 |
| Outras cauções                              | 600.004                   | 2.694.026                 |
|   | <u><b>102.842.026</b></u> | <u><b>192.258.628</b></u> |
| <b>Compromissos Assumidos por terceiros</b> |                           |                           |
| Linhas de crédito irrevogáveis              | 12.447.598                | 8.500.000                 |
| Subscrição de títulos                       | -                         | -                         |
|   | <u><b>12.447.598</b></u>  | <u><b>8.500.000</b></u>   |
| <b>Serviços prestados por terceiros</b>     |                           |                           |
| Guarda de Valores                           | 65.893.525                | 62.746.507                |
|   | <u><b>65.893.525</b></u>  | <u><b>62.746.507</b></u>  |
| <b>Total</b>                                | <u><b>181.183.149</b></u> | <u><b>263.505.135</b></u> |

O justo valor dos colaterais recebidos em garantia do crédito a clientes é apurado com base no valor de mercado tendo em conta as suas especificidades. No caso dos imóveis recebidos em garantia são feitas avaliações por avaliadores externos.



### NOTA 35 - EFECTIVO DE TRABALHADORES

O efetivo de trabalhadores remunerados, distribuído por grandes categorias profissionais, ao serviço do Banco em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, era o seguinte:

|                           | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
|---------------------------|--------------------|--------------------|
| Conselho de Administração | 1                  | 2                  |
| Direção                   | 9                  | 8                  |
| Enquadramento             | 9                  | 9                  |
| Secretariado              | 3                  | 3                  |
| Específicas/Técnicas      | 11                 | 11                 |
| Outras Funções            | 1                  | 1                  |
|                           | <u>34</u>          | <u>34</u>          |

### NOTA 36 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social do BPG era de € 53 651 913 e estava representado por 14.808.120 ações nominativas sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

A estrutura acionista do Banco pode ser analisada no quadro que segue:

|                          | <u>Número de ações</u> |                    | <u>%</u>           |                    |
|--------------------------|------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                          | <u>31/dez/2016</u>     | <u>31/dez/2015</u> | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
| Fundação Oriente         | 12.466.408             | 7.191.470          | 84,19%             | 79,32%             |
| STDP - SGPS              | 791.368                | 326.356            | 5,34%              | 3,60%              |
| Fundação Stanley Ho      | 263.894                | 263.894            | 1,78%              | 2,91%              |
| Carlos A.P.V. Monjardino | 149.414                | 149.414            | 1,01%              | 1,65%              |
| Outros                   | 1.137.036              | 1.135.360          | 7,68%              | 12,52%             |
| <b>Total</b>             | <b>14.808.120</b>      | <b>9.066.494</b>   | <b>100,00%</b>     | <b>100,00%</b>     |

O Banco foi constituído em 2000 com um capital social de € 18.000.000. No final de 2001 o Banco procedeu a um aumento de capital para € 35.000.000.

Conforme aprovado na Assembleia Geral Anual, de 30 de Março de 2011, o capital social foi aumentado pela incorporação do prémio de emissão no valor de € 1.651.915, que se encontrava registado em outras reservas, representativo de um aumento de 330 383 novas ações, cifrando-se nesta data o capital social do Banco em € 36 651 915.

No exercício de 2011 o Banco adquiriu 4 298 ações próprias, resultado de um contrato de dação em pagamento de dívida de terceiros. O valor destas ações encontra-se registado a deduzir ao capital próprio do Banco. Estas ações foram adquiridas ao valor unitário de € 3,50, do que resultou um prémio de emissão pela variação entre o valor nominal e o valor de aquisição no montante de € 6.447, o qual se encontra registado na rubrica de Prémios de emissão.

Em 28 de dezembro de 2015 o Banco procedeu a um aumento de capital por entradas em dinheiro, através da emissão de 1.736.111 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, passando a ser nesta data o capital social do Banco € 41.651.915.

Durante o exercício de 2016 o BPG procedeu a dois aumentos de capital, por entradas de dinheiro, o primeiro em 17 de junho pela emissão de 3.827.751 ações ordinárias escriturais e nominativas, sem valor nominal, para um montante de € 49.651.914,27; e o segundo em 21 de outubro, pela emissão de 1.913.875 novas ações ordinárias escriturais e nominativas sem valor nominal, para um montante de € 53.651.913 (cinquenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e treze euros e vinte). O segundo aumento de capital de 2016 fez parte de uma operação combinada de substituição de capital *Tier 2* (reembolso antecipado de parte das obrigações subordinadas) por capital *Tier 1* (emissão de novas ações).

O Banco dispõe de fundos próprios nos montantes e composições indicados nos quadros constantes em infra, os quais são alocados em diferentes proporções às atividades e diversas áreas de negócio desenvolvidas pela Instituição, assegurando a sua continuidade e crescimento.

Os fundos próprios de base do Banco são constituídos pelo somatório do Capital, Prémios de emissão, Outras Reservas e Resultados Transitados (os resultados do exercício em curso só são considerados quando certificados), deduzidos do somatório dos Ativos Intangíveis e dos Impostos Diferidos Ativos que estejam associados a provisões para riscos gerais de crédito, na medida em que estas provisões sejam elegíveis como elemento positivo dos fundos próprios complementares.

Os fundos próprios complementares correspondem ao excesso entre as provisões constituídas para riscos gerais de crédito e as provisões económicas que para essa mesma carteira foram determinadas.

No âmbito da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal - com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional - ficou estabelecido o reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional, em linha com a motivação que esteve subjacente à aprovação do Aviso nº 3/2011, de 5 de Abril, nomeadamente a necessidade de reforçar a resiliência do sistema bancário a choques adversos e de acompanhar os níveis mais exigentes que estão a ser estabelecidos no plano internacional.

Os grupos financeiros sujeitos à supervisão, em base consolidada, do Banco de Portugal e as instituições de crédito em particular, tal como referido nas alíneas a) a c) do artigo 3.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), sujeitas à supervisão em base individual, não incluídas em nenhum grupo financeiro sujeito à supervisão em base consolidada, estão obrigados a reforçar os seus rácios *Core Tier 1*, para um valor não inferior a 10%.

Desde março de 2013 os fundos próprios são apurados de acordo com o Regulamento (UE) nº 575/2013, aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, incluem os fundos próprios de nível 1 (*Tier 1*) e de nível 2 (*Tier 2*).

O *Tier 1* compreende os fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1 – CET1) e os fundos próprios adicionais de nível 1.

Os valores dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a metodologia da CRD IV/CRR são os seguintes:

|                                     | <u>31/dez/2016</u> |
|-------------------------------------|--------------------|
| <b>Common Equity Tier 1 Capital</b> | 19.075.380         |
| <b>Ativos ponderados pelo risco</b> | 88.287.056         |
| <b>CET1 Capital ratio</b>           | <b>21,61%</b>      |
| <b>Rácio Fundos Próprios Totais</b> | <b>22,26%</b>      |

|                                     | <u>31/dez/2015</u> |
|-------------------------------------|--------------------|
| <b>Common Equity Tier 1 Capital</b> | 17.892.203         |
| <b>Ativos ponderados pelo risco</b> | 86.057.038         |
| <b>CET1 Capital ratio</b>           | <b>20,79%</b>      |
| <b>Rácio Fundos Próprios Totais</b> | <b>26,28%</b>      |

#### NOTA 37 – RESERVAS DE REAVIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados decompõem-se como segue:

|   | <u>31/dez/2016</u>         | <u>31/dez/2015</u>         |
|---|----------------------------|----------------------------|
| <b>Reservas de reavaliação</b>  |                            |                            |
| Reservas resultantes da valorização ao justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda |                            |                            |
| Instrumentos de dívida (Nota 19)  | (728.111)                  | (373.106)                  |
| Instrumentos de capital (Nota 19)   | 145.720                    | 53.736                     |
|   | <u><b>(582.391)</b></u>    | <u><b>(319.370)</b></u>    |
| <b>Reservas por impostos diferidos</b>  |                            |                            |
| Reservas resultantes da valorização ao justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | 131.041                    | 71.858                     |
|   | <u><b>131.041</b></u>      | <u><b>71.858</b></u>       |
| <b>Outras reservas e resultados transitados</b>   |                            |                            |
| Reserva legal   | 296.359                    | 296.359                    |
| Outras reservas (i)   | 1.622.967                  | 1.622.967                  |
| Resultados transitados  | (23.991.250)               | (14.518.137)               |
|   | <u><b>(22.071.924)</b></u> | <u><b>(12.598.811)</b></u> |
|   | <u><b>(22.523.274)</b></u> | <u><b>(12.846.323)</b></u> |

(i) As Outras reservas incluem uma Reserva indisponível, em conformidade com o Código das Sociedades Comerciais.

#### Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

### Reserva legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002 de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos.

Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

### **NOTA 38 - TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS**

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o montante global dos ativos e passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações verificadas com entidades relacionadas, do Grupo Fundação Oriente, e outros acionistas com participação qualificada, apresentam-se como segue:

|                                     | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Ativo</b>                        |                    |                    |
| <b>Crédito a Clientes</b>           |                    |                    |
| Fundação Stanley Ho                 | -                  | 135                |
| Mundinter - Inter. Mundial Comércio | -                  | 571.667            |
| Regis Hóteis                        | -                  | 2.813              |
| Soc. das Termas Monchique II        | 1.499.999          | 1.499.999          |
|                                     | <u>1.499.999</u>   | <u>2.074.614</u>   |
| <b>Juros a receber</b>              |                    |                    |
| Fundação Stanley Ho                 | -                  | 439                |
| Mundinter - Inter. Mundial Comércio | -                  | 865                |
| Soc. das Termas Monchique II        | 2.633              | 20.806             |
|                                     | <u>2.633</u>       | <u>22.110</u>      |
| <b>Comissões a receber</b>          |                    |                    |
| Fundação Oriente                    | 2.641              | 3.921              |
| Fundação Stanley Ho                 | 3.314              | 3.693              |
|                                     | <u>5.954</u>       | <u>7.614</u>       |
| <b>Total de activo</b>              | <u>1.508.587</u>   | <u>2.104.338</u>   |

|  | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
|--|--------------------|--------------------|
| <b>Passivo</b>   |                    |                    |
| <b>Recursos de clientes</b>                                      |                    |                    |
| Domorient  | 32.030             | 2.388              |
| Fundação Oriente   | 7.381.022          | 4.724.335          |
| Fundação Stanley Ho  | 5.059.730          | 627.835            |
| Mundigere, SGPS  | 43                 | 111                |
| Mundinter - Inter. Mundial Comércio                              | -                  | 4.391              |
| Regis Hóteis   | 118                | -                  |
| Registur, Lda  | 225                | 225                |
| Soc. das Termas Monchique II                                     | 21                 | 21.619             |
| STDP, SGPS   | 6.871.703          | 8.908.057          |
|  | <b>19.344.892</b>  | <b>14.288.959</b>  |
| <b>Juros a pagar</b>   |                    |                    |
| Fundação Oriente   | 2.376              | 7.461              |
| Fundação Stanley Ho  | 3.341              | 2.088              |
| STDP, SGPS   | 3.004              | 15.946             |
| Domorient  | 37                 | -                  |
|  | <b>8.759</b>       | <b>25.495</b>      |
| <b>Passivos financeiros ao justo valor através de Resultados</b> |                    |                    |
| <b>Empréstimo de Títulos</b>                                     |                    |                    |
| Fundação Oriente   | -                  | 1.589.378          |
| Fundação Stanley Ho  | -                  | 103.070            |
|  | <b>-</b>           | <b>1.692.448</b>   |
| <b>Juros a pagar</b>   |                    |                    |
| Fundação Oriente   | -                  | 29.031             |
| Fundação Stanley Ho  | -                  | 605                |
|  | <b>-</b>           | <b>29.636</b>      |
| <b>Outros juros e encargos similares</b>                         |                    |                    |
| <b>Empréstimo de Títulos</b>                                     |                    |                    |
| Fundação Oriente   | -                  | 5.868              |
| Fundação Stanley Ho  | -                  | 400                |
|  | <b>-</b>           | <b>6.268</b>       |
| <b>Outros Passivos Subordinados</b>                              |                    |                    |
| Fundação Oriente   | 1.800.000          | 4.600.000          |
| Fundação Stanley Ho  | 600.000            | 1.500.000          |
|  | <b>2.400.000</b>   | <b>6.100.000</b>   |
| <b>Juros a pagar</b>   |                    |                    |
| Fundação Oriente   | 35.625             | 91.041             |
| STDP, SGPS   | 11.876             | 29.688             |
|  | <b>47.500</b>      | <b>120.729</b>     |
| <b>Total passivo</b>   | <b>21.801.151</b>  | <b>22.263.536</b>  |

|   | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
|---|--------------------|--------------------|
| <b>Extrapatrimoniais</b>                      |                    |                    |
| <b>Garantias Prestadas</b>                    |                    |                    |
| Soc. das Termas Monchique II                  | 105.002            | 157.502            |
|   | <b>105.002</b>     | <b>157.502</b>     |
| <b>Compromissos revogáveis</b>                |                    |                    |
| Fundação Stanley Ho                           | -                  | 250.000            |
| Regis Hóteis                                  | -                  | 2.187              |
| Soc. das Termas Monchique II                  | 1                  | 1                  |
|   | <b>1</b>           | <b>252.188</b>     |
| <b>Valores administrados pela Instituição</b> |                    |                    |
| Fundação Oriente                              | 2.432.535          | 4.475.747          |
| Fundação Stanley Ho                           | 853.371            | 997.901            |
|   | <b>3.285.906</b>   | <b>5.473.648</b>   |
| <b>Total extrapatrimoniais</b>                | <b>3.390.909</b>   | <b>5.883.338</b>   |

|   | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
|---|--------------------|--------------------|
| <b>Custos</b>   |                    |                    |
| <b>Juros e custos equiparados</b>                                   |                    |                    |
| <b>De Recursos de clientes</b>                                      |                    |                    |
| Fundação Oriente  | 36.873             | 68.235             |
| Fundação Stanley Ho   | 78.137             | 7.706              |
| Oriente, SGPS   | -                  | 18.827             |
| Registur, Lda   | -                  | 5                  |
| STDP, SGPS  | 169.132            | 226.916            |
| <b>De Passivos Financeiros ao justo valor através de resultados</b> |                    |                    |
| Fundação Oriente  | 11.804             | 20.433             |
| Fundação Stanley Ho   | 471                | 1.176              |
| <b>De Outros passivos subordinados</b>                              |                    |                    |
| Fundação Oriente  | 188.944            | 200.292            |
| STDP, SGPS  | 61.750             | 65.313             |
| <b>Gastos Gerais Administrativos</b>                                |                    |                    |
| Fundação Oriente  | 250.422            | 268.205            |
|   | <b>797.533</b>     | <b>877.107</b>     |

|                                      | <u>31/dez/2016</u>    | <u>31/dez/2015</u>    |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Proveitos</b>                     |                       |                       |
| <b>Juros e proveitos equiparados</b> |                       |                       |
| Fundação Stanley Ho                  | 497                   | 10.973                |
| Mundinter - Inter. Mundial Comércio  | 19.220                | 40.210                |
| Mundigere, SGPS                      | 8.140                 | -                     |
| Regis Hóteis                         | 60                    | -                     |
| Soc. das Termas Monchique II         | 75.688                | 77.077                |
|                                      | <b><u>103.605</u></b> | <b><u>128.259</u></b> |
| <b>Outras comissões</b>              |                       |                       |
| Domorient                            | 205                   | 120                   |
| Fundação Oriente                     | 15.219                | 101.891               |
| Fundação Stanley Ho                  | 1.841                 | 17.360                |
| Mundinter - Inter. Mundial Comércio  | 2.116                 | 1.107                 |
| Regis Hóteis                         | 1.065                 | 290                   |
| Registur, Lda                        | -                     | 10                    |
| Soc. das Termas Monchique II         | 1.403                 | 618                   |
| STDP, SGPS                           | 250                   | 250                   |
|                                      | <b><u>22.099</u></b>  | <b><u>121.645</u></b> |
| <b>Total</b>                         | <b><u>125.704</u></b> | <b><u>249.904</u></b> |

Resumem-se como segue os saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativos às transações verificadas com os elementos da Administração e Direção do Banco:

|   | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
|---|--------------------|--------------------|
| <b>Ativo</b>  |                    |                    |
| <b>Crédito a Clientes</b>                                       |                    |                    |
| Direcção  | 206.279            | 229.002            |
|   | <u>206.279</u>     | <u>229.002</u>     |
| <b>Juros a receber</b>  |                    |                    |
| Direcção  | 25                 | 34                 |
|   | <u>25</u>          | <u>34</u>          |
| <b>Comissões a receber</b>                                      |                    |                    |
| Administração   | 272                | 12.592             |
|   | <u>272</u>         | <u>12.592</u>      |
| <b>Total de ativo</b>   | <u>206.576</u>     | <u>241.628</u>     |
| <b>Passivo</b>  |                    |                    |
| <b>Recursos de clientes</b>                                     |                    |                    |
| Administração   | -                  | 790.040            |
| Direcção  | 536                | 88.405             |
|   | <u>536</u>         | <u>878.446</u>     |
| <b>Passivos Financeiros de Negociação através de Resultados</b> |                    |                    |
| <b>Empréstimo de Títulos</b>                                    |                    |                    |
| Administração   | -                  | 55.153             |
|   | <u>-</u>           | <u>55.153</u>      |
| <b>Juros a pagar</b>  |                    |                    |
| <b>De recursos de clientes</b>                                  |                    |                    |
| Administração   | -                  | 4.407              |
|   | <u>-</u>           | <u>4.407</u>       |
| <b>Outros juros e encargos similares</b>                        |                    |                    |
| <b>De Empréstimo de Títulos</b>                                 |                    |                    |
| Administração   | -                  | 1.260              |
|   | <u>-</u>           | <u>1.260</u>       |
| <b>Total passivo</b>  | <u>536</u>         | <u>939.266</u>     |
| <b>Extrapatrimoniais</b>  |                    |                    |
| <b>Valores administrados pela Instituição</b>                   |                    |                    |
| Administração   | -                  | 1.189.161          |
|   | <u>-</u>           | <u>1.189.161</u>   |
| <b>Total extrapatrimoniais</b>                                  | <u>-</u>           | <u>1.189.161</u>   |
|   | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
| <b>Custos</b>   |                    |                    |
| <b>Juros e custos equiparados</b>                               |                    |                    |
| <b>De recursos de clientes</b>                                  |                    |                    |
| Administração   | -                  | 14.320             |
|   | <u>-</u>           | <u>14.320</u>      |
| <b>Proveitos</b>  |                    |                    |
| Direcção  | 2.164              | 2.262              |
|   | <u>2.164</u>       | <u>2.262</u>       |
| <b>Outras comissões</b>   |                    |                    |
| Administração   | -                  | 5.452              |
| Direcção  | 17                 | 635                |
|   | <u>17</u>          | <u>6.086</u>       |
| <b>Total</b>  | <u>2.181</u>       | <u>8.348</u>       |



Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o montante global dos ativos e passivos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações verificadas com entidades participadas, nas quais o Banco não exerce quaisquer posições na gestão ou nas tomadas de decisão, resume-se como segue:

|   | <u>31/dez/2016</u> | <u>31/dez/2015</u> |
|---|--------------------|--------------------|
| <b>Ativo</b>                              |                    |                    |
| <b>Crédito Concedido</b>                  |                    |                    |
| Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda. (a) | 4.604.315          | 4.597.170          |
| J.D.Alvarez, SGPS,SA                      | 200.484            | 187.050            |
| Universo Lusófono - Inv. Imobiliários     | 10.456.693         | 6.306.711          |
|   | <u>15.261.492</u>  | <u>11.090.931</u>  |
| <b>Juros a receber</b>                    |                    |                    |
| Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda. (a) | -                  | 115.744            |
| J.D.Alvarez, SGPS,SA                      | 2.329              | 2.198              |
| Universo Lusófono - Inv. Imobiliários     | 6.606              | -                  |
|   | <u>8.935</u>       | <u>117.942</u>     |
| <b>Total de ativo</b>                     | <u>15.270.428</u>  | <u>11.208.872</u>  |
| <b>Passivo</b>                            |                    |                    |
| <b>Recursos de Participadas</b>           |                    |                    |
| J.D.Alvarez, SGPS,SA                      | 627                | 1.411              |
| Novo Banco, S.A.                          | 1.633              | 136.987            |
| Universo Lusófono - Inv. Imobiliários     | -                  | 1.789              |
|   | <u>2.260</u>       | <u>140.187</u>     |
| <b>Juros a pagar</b>                      |                    |                    |
| Universo Lusófono - Inv. Imobiliários     | -                  | 15                 |
|   | <u>-</u>           | <u>15</u>          |
| <b>Total passivo</b>                      | <u>2.260</u>       | <u>140.202</u>     |
| <b>Extrapatrimoniais</b>                  |                    |                    |
| <b>Compromissos revogáveis</b>            |                    |                    |
| J.D.Alvarez, SGPS,SA                      | 102.950            | 102.950            |
| Aquapura Hotel Villas&SPA Ceará Ltda      | 105.770            | 105.770            |
|   | <u>208.720</u>     | <u>208.720</u>     |
| <b>Total extrapatrimoniais</b>            | <u>208.720</u>     | <u>208.720</u>     |

- (a) O Banco realizou no segundo semestre de 2011, suprimentos à Aquapura Hotel Villas & Spa Ceará, Ltda, no valor de € 1 258 800. Este valor encontra-se totalmente provisionado.
- (b) Em Junho de 2016 o Banco alienou a sua participação de 12,5% no capital da Universo Lusófono – Investimentos Imobiliários.

|                                       | <u>31/dez/2016</u>    | <u>31/dez/2015</u>    |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Proveitos</b>                      |                       |                       |
| <b>Juros e proveitos equiparados</b>  |                       |                       |
| Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda. | 214                   | 200.992               |
| J.D.Alvarez, SGPS,SA                  | 7.288                 | 9.278                 |
| Universe Lusófono - Inv. Imobiliários | 103.821               | 158.066               |
|                                       | <u><b>111.323</b></u> | <u><b>368.335</b></u> |
| <b>Outras comissões</b>               |                       |                       |
| Aquapura Hotel Villas&Spa Ceará Ltda. | 140                   | 100                   |
| J.D.Alvarez, SGPS,SA                  | 10                    | 105                   |
| Novo Banco, S.A.                      | -                     | 3.385                 |
| Universe Lusófono - Inv. Imobiliários | 116                   | 47                    |
|                                       | <u><b>266</b></u>     | <u><b>3.637</b></u>   |

#### NOTA 39 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui, de acordo com a política definida na Nota 2.15, as seguintes componentes:

|  | <u>31/dez/2016</u>       | <u>31/dez/2015</u>       |
|--|--------------------------|--------------------------|
| Caixa  | 28.853                   | 21.403                   |
| Depósitos à ordem no Banco de Portugal         | 16.289.928               | 14.308.256               |
| Disponibilidades sobre instituições de crédito | 452.541                  | 14.135.548               |
|  | <u><b>16.771.322</b></u> | <u><b>28.465.207</b></u> |

#### NOTA 40 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas pela Fundação Oriente, através do método da equivalência patrimonial.

As contas desta Instituição podem ser obtidas diretamente na sua Sede situada no Edifício Pedro Álvares Cabral - Doca de Alcântara Norte - 1350-352 Lisboa.

#### NOTA 41 – COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO: IMPACTO DA ENTRADA EM VIGOR DO AVISO Nº 5/2015 DO BANCO DE PORTUGAL

As demonstrações financeiras do Banco até 31 de dezembro de 2015, inclusive, eram preparadas e apresentadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal. A partir de 1 de janeiro de 2016, na sequência da publicação do Aviso nº 5/2015, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco, passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

Na sequência desta alteração, a carteira de crédito, garantias prestadas e outras operações de natureza semelhante, passaram a estar sujeitas à constituição de perdas por imparidade, calculadas como previsto na Norma Internacional de Contabilidade 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração,

em substituição do registo de provisões para risco específico e riscos gerais de crédito e para risco país, nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

Assim, o Banco aplicou retrospectivamente a nova política nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, (reexpressão), ao primeiro período comparativo, 1 de janeiro de 2015.

#### **NOTA 42 – CONTIGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS**

No âmbito das suas atividades, o Banco tem em curso um processo judicial colocado por um ex-cliente, por factos ocorridos em 2006, e cujo montante máximo reclamado ascende a cerca de € 330 milhares, adicionado dos juros de mora a serem aplicados desde a data de entrada em juízo. Em 29 de setembro de 2016, o Tribunal da Comarca de Lisboa condenou o Banco ao pagamento da quantia de € 294.957,24 e respetivos juros remuneratórios, bem como das custas do processo. Em novembro, o Banco apresentou recurso, pedindo a nulidade da sentença, a revogação da decisão e, consequentemente, a absolvição. É convicção da Administração que os argumentos apresentados no âmbito da defesa deste processo são sólidos para permitirem um desfecho favorável para o Banco.

Em novembro de 2016, o Banco foi notificado de acusação por parte do regulador pela alegada prática de duas infrações relativas à inobservância de regras contabilísticas determinadas pelo regulador e à inobservância de regras relativas aos limites aos grandes riscos. O Banco apresentou defesa escrita no final de dezembro de 2016, na qual, para além de invocar diversos argumentos processuais, contestou as acusações. Atendendo à defesa apresentada, que permite, se feita a prova do que nela é alegado, demonstrar que os factos não foram corretamente enquadrados na acusação ou, pelo menos, que o Banco não atuou dolosamente; às sanções aplicadas em casos semelhantes; à melhoria dos procedimentos adotados no Banco posteriormente aos factos em causa; à dimensão do próprio Banco; e ao respetivo volume de negócios, considera-se que existe a possibilidade de aplicação de uma coima próxima dos valores mínimos previstos para cada uma das contraordenações, com eventual suspensão, pelo menos de parte da coima. Estando o processo em curso, não existindo qualquer coima aplicada na presente data e havendo o entendimento de que, a ser aplicada uma coima, esta será por um montante próximo dos valores mínimos previstos, o Conselho de Administração decidiu não constituir provisão.

#### **Fundo de Resolução**

- a) O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como objetivo intervir financeiramente em instituições financeiras em dificuldades, aplicando as medidas determinadas pelo Banco de Portugal. Neste contexto, e em conformidade com o definido no RGICSF, as fontes de financiamento do Fundo de Resolução são:
- a. Receitas provenientes da contribuição para o setor bancário;
  - b. Contribuições iniciais das instituições participantes;
  - c. Contribuições periódicas das instituições participantes;
  - d. Importâncias provenientes de empréstimos;
  - e. Rendimentos de aplicações de recursos;
  - f. Liberalidades; e
  - g. Quaisquer outras receitas, rendimentos ou valores que provenham da sua atividade ou que por lei ou contrato lhe sejam atribuídos, incluindo os montantes recebidos da instituição de crédito objeto de resolução ou da instituição de transição.

O Banco, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos passivos. Em 2016 a contribuição periódica efetuada pelo Banco ascendeu a €24.304 milhares de euros (2015 – €20.051), tendo por base uma taxa contributiva de 0,015%.

- b) No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal em 3 de agosto de 2014 decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do nº5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução disponibilizou 4.900 milhões de euros. Desse montante 377 milhões de euros correspondem a recursos financeiros próprios do Fundo de Resolução. Adicionalmente, foi concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução de 700 milhões de euros, tendo a participação de cada instituição de crédito sido ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante, 3.823 milhões de euros, necessário ao financiamento da medida de resolução adotada, teve origem num empréstimo concedido pelo Estado Português, o qual será reembolsado e remunerado pelo Fundo de Resolução. Os fundos que venham a ser gerados com a venda do Novo Banco serão integralmente afetados ao Fundo de Resolução.

- c) Recentemente, em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade pelas obrigações não subordinadas por este emitidas, com valor nominal de aproximadamente 2 mil milhões de euros, e que foram destinadas a investidores institucionais, e procedeu ao ajustamento final do perímetro de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão transferidos para o Novo Banco, do qual se destaca:
- i) a clarificação de que não foram transferidas para o Novo Banco quaisquer responsabilidades que fossem contingentes ou desconhecidas na data da aplicação da medida de resolução ao BES;
  - ii) a retransmissão para o BES da participação na sociedade BES Finance, que é necessária para assegurar o pleno cumprimento e execução da medida de resolução no que respeita à não transferência para o Novo Banco de instrumentos de dívida subordinada emitidos pelo BES; e
  - iii) a clarificação de que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.
- d) Ainda durante o mês de dezembro de 2015, as autoridades nacionais decidiram vender a maior parte dos ativos e passivos associados à atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) ao Banco Santander Totta, por 150 milhões de euros, no quadro da aplicação de uma medida de resolução. Esta operação envolveu um apoio público estimado de 2.255 milhões de euros que visou cobrir contingências futuras, financiados em 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e em 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos a alienar. No contexto desta medida de resolução, os ativos do Banif identificados como problemáticos foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, criado para o efeito – Oitante, S.A., sendo o Fundo de Resolução o detentor único do seu capital social, através da emissão de obrigações representativas de dívida desse veículo, no valor de 746 milhões de euros, com garantia do Fundo de Resolução e contragarantia do Estado Português. No Banif, que será alvo de futura liquidação, permaneceram um conjunto restrito de ativos, bem como as posições acionistas, dos credores subordinados e de partes relacionadas.
- e) Decorrente das deliberações referidas acima, o risco de litigância envolvendo o Fundo de Resolução é significativo.

Até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração não dispôs de informação que lhe permitisse estimar com razoável fiabilidade se, na sequência do processo em curso de alienação do Novo Banco, do desfecho de ações judiciais em curso e de outras eventuais responsabilidades que possam ainda resultar da recente medida de resolução aplicada ao Banif, irá resultar uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução e, nesse caso, a forma como a mesma será financiada.

Nas circunstâncias, a esta data não é possível avaliar o eventual impacto destas situações nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que eventuais custos a suportar pelo Banco dependem das condições em que se verificar o desenvolvimento das matérias referidas acima e das determinações que venham a ser emanadas pelo Ministério das Finanças, nos termos das competências que lhe estão legalmente atribuídas.

#### **NOTA 43 – EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO**

O Banco detém uma participação não qualificada no Novo Banco de Cabo Verde, representada por 2,9% do capital deste Banco, no valor de 24.973 mil escudos cabo-verdianos, o equivalente a € 226,5 mil euros e que em 31 de dezembro de 2016 registava uma imparidade de €218.1 mil.

O Novo Banco foi criado no dia 27 de Setembro de 2010, sob a forma de Sociedade Anónima, com um Capital Social de 300.000.000\$00 resulta de um projeto do Governo de Cabo Verde, tendo como parceiro estratégico o Banco Português de Gestão.

Embora com o objetivo de estimular o acesso microcrédito e combater a pobreza, o Novo Banco acabou por nunca conseguir estabelecer-se solidamente no mercado financeiro nacional.

Em março de 2017, em conferência de imprensa, o governador do Banco de Cabo Verde confirmou a resolução do Novo Banco de Cabo Verde, com perda total para os acionistas, sendo a maior parte das atividades e dos ativos e passivos do Novo Banco absorvidos pela Caixa Económica de Cabo Verde,

Com esta medida o Banco Português de Gestão, sofrerá uma perda de 8,4 mil euros, correspondendo ao montante para o qual o Banco ainda não tinha constituído imparidade a 31 de dezembro de 2016.

## 14. RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Nos termos do artº 70º do Código das Sociedades Comerciais, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, deve ser apresentado e divulgado, em separado ou como parte integrante do Relatório de Gestão, um relatório sobre a estrutura e práticas do governo societário.

Importa salientar uma vez mais que em 1 de janeiro de 2016 o Banco Português de Gestão adotou as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). As NIC traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso 1/2005, do Banco de Portugal.

As Demonstrações Financeiras de 2016 do Banco Português de Gestão foram preparadas em base consistente com as do exercício anterior com a devida adaptação para as NIC, pelo que a informação é comparável. A sua preparação assentou no pressuposto da continuidade das operações, tendo por base os registos contabilísticos e os respetivos suportes documentais, seguindo os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e demais disposições emitidas pelo Banco de Portugal, de acordo com a competência que lhe é conferida pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

Dado que o Banco não é emitente de valores mobiliários admitidos em mercados regulamentares, não lhe é aplicável a disciplina imposta pela Instrução nº 1/2010 da CMVM, designadamente em matéria de informação sobre o governo societário.

É, pois, em complemento e como enquadramento global da informação divulgada no presente Relatório de Gestão, que são prestadas as seguintes informações adicionais:

- Os Órgãos Sociais do Banco são eleitos em Assembleia-Geral de Acionistas para um mandato com um período de quatro anos.
- O mandato em curso foi iniciado em 2016, terminando em 31 de março de 2019.
- Cabe ao Conselho de Administração, que atualmente é constituído por seis membros, incluindo um Presidente e dois Vice-Presidentes, a responsabilidade pela gestão da Sociedade.
- O Conselho de Administração pode delegar competências que lhe estão estatutariamente atribuídas numa Comissão Executiva, constituída por membros do Conselho de Administração com funções de gestão corrente.
- Por deliberação do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2017, os pelouros estão atribuídos aos seguintes Administradores (Administradores Executivos):
  - Mário Patinha Antão, Vice-Presidente;
  - João Ricardo Chícharo Folque, Vogal.

- Conforme Regulamentos aprovados pelo Conselho de Administração, encontram-se instituídos Conselhos ou Comitês especializados (Conselho de Crédito, Comissão de Crédito, Comité de Investimento, Comité de Organização e Gestão do Risco), aos quais foram delegadas competências específicas em diferentes áreas, sendo coordenados e participados por membros do Conselho de Administração.

- A fiscalização da Sociedade é exercida pelo Órgão de Fiscalização, integrado pelo Conselho Fiscal, constituído por um Presidente e dois Vogais, e pelo Revisor Oficial de Contas.

- O Banco dispõe de um Regulamento Interno e de um Código de Conduta aos quais se vinculam todos os colaboradores e nos quais se encontram plasmados princípios e normas de comportamento indutores de práticas profissionais consistentes com os elevados valores prosseguidos pela Instituição.

- Os órgãos de gestão e de fiscalização recebem regularmente informação elaborada e produzida pelas unidades que integram o Sistema de Controlo Interno (Auditoria Interna, *Compliance*, Gestão de Riscos), no âmbito das respetivas competências e funções atribuídas.

- Nos termos dos Estatutos do Banco, a Assembleia-Geral de Acionistas atribuiu a dois administradores não-executivos as responsabilidades relacionadas com “Remunerações”, nomeadamente no concernente a políticas de remunerações dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização e a deliberação sobre montantes a processar a esses membros.

Em cumprimento dos normativos legais aplicáveis e com referência ao exercício de 2016, os Administradores a quem foram atribuídas as responsabilidades relacionadas com “Remunerações” emitiram uma Declaração e um Parecer que, conforme o disposto na Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, a seguir se reproduz:

## DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E PARECER FUNDAMENTADO

1. O Artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, determina que “O órgão de administração ou a comissão de remuneração, caso exista, das entidades de interesse público, enumeradas no Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de Novembro, que cria o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, submetem, anualmente, a aprovação da assembleia geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização” (sublinhado aditado).
2. Quanto ao conteúdo da declaração, estabelece o n.º 3 do mesmo artigo que “A declaração prevista no n.º 1 contém, designadamente, informação relativa:
  - a) Aos mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;
  - b) Aos critérios de definição da componente variável da remuneração;

- c) À existência de planos de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização;
  - d) À possibilidade de o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato;
  - e) Aos mecanismos de limitação da componente variável no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.
3. Os n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 pormenorizam e desenvolvem o conteúdo da declaração sobre política de remuneração.
  4. Por seu turno, o n.º 7 do artigo 7.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 determina que “A comissão de remunerações deve informar anualmente a Assembleia Geral sobre o exercício das suas funções, incluindo o envio de um parecer fundamentado sobre a adequação da política de remuneração e de eventuais alterações à mesma que considere necessárias, e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem do dia, bem como prestar a informação que lhe for solicitada pela assembleia geral” (sublinhado aditado).
  5. Uma vez que o Banco Português de Gestão não cumpre os critérios estabelecidos no Aviso 10/2011 do Banco de Portugal que obrigam à constituição de Comissão de Remunerações, por deliberação da Assembleia Geral de 23 de março de 2016, a Comissão de Remunerações do Banco Português de Gestão foi extinta e as responsabilidades que estavam atribuídas à Comissão de Remunerações foram realocadas a dois administradores não-executivos, Senhores Drs. Carlos Monjardino e Mário Brandão Ferreira.
  6. Na referida Assembleia Geral de 23 de março de 2016 os Estatutos do Banco Português de Gestão foram alterados, passando a prever no n.º 1 do art.º 10º, (“Remunerações”) que “A Assembleia Geral delega, em dois ou mais membros do Conselho de Administração que não desempenhem funções executivas, o encargo especial de preparar para submissão à deliberação em Assembleia Geral anual: i) as propostas de remuneração dos membros dos órgãos sociais e respetiva política de remuneração; ii) as propostas e recomendação sobre a remuneração dos colaboradores com remunerações mais elevadas; e iii) a política geral de remuneração.” O n.º2 do mesmo artigo estabelece que “Os citados membros do Conselho de Administração preparam ou reveem a declaração sobre a política geral de remuneração dos órgãos sociais, que deverá ser submetida pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral anualmente.”



São assim emitidos a seguinte **Declaração sobre Política de Remunerações** e o seguinte **Parecer Fundamentado**:

#### **I. Declaração sobre Política de Remuneração**

1. A política de remunerações em vigor foi definida nos termos do n.º 26 do ponto XI do anexo ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de abril, na redação dada pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 88/2011, bem como do n.º 4, alínea a), do art.º 7.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, sem recurso a consultores externos (v. Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 1, a). A política de remunerações vigente (v. anexo à ata número três) foi aplicada em 2016 e manter-se-á sem alterações em 2017.

2. Entende-se que estão salvaguardados os objetivos de alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração, designadamente os que exercem funções executivas, com os interesses de longo prazo do Banco, desincentivando uma assunção excessiva de riscos (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 1, a).

3. Especial relevo foi atribuído ao tema das remunerações variáveis, visto o disposto no artigo 8.º, n.º 1, do referido Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, o qual determina que “a remuneração dos membros executivos do órgão da administração deve integrar uma componente variável, com a fixação de um limite máximo, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos clientes e dos investidores, a sua sustentabilidade a longo prazo e a extensão dos riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição”.

4. A esse respeito, está prevista, no caso de algumas áreas de negócio essenciais para a formação de resultados do Banco, a possibilidade de atribuição de uma remuneração variável, a qual é calibrada pela análise dos resultados globais da Instituição, históricos e previsionais. Por outro lado, o desiderato do desincentivo à assunção excessiva de riscos aconselha o diferimento do pagamento de remunerações variáveis ao longo de três exercícios após aquele a que respeita a remuneração variável e a definição de critérios objetivos utilizados na avaliação do desempenho.

5. Do mesmo modo, tem-se presente o artigo 9.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, sobre as remunerações dos membros dos órgãos de fiscalização.

6. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela avaliação a que se refere a alínea d) do ponto 24 do Anexo ao Decreto-lei nº 104/2007, de 3 de abril, podendo recorrer, para o efeito, às informações e pareceres elaborados pelos titulares das funções de controlo da Instituição, às informações de gestão e demais elementos de informação que para o efeito considere apropriados, designadamente o Plano Plurianual de Negócios (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 14º e alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 16º).

7. Em 2016 o Banco não atribuiu nem pagou qualquer remuneração variável, não se registando nenhuma responsabilidade pendente.

8. Por força das condições do negócio e do mercado, bem como dos critérios definidos por esta Comissão, o Banco não deverá atribuir remunerações variáveis referentes ao exercício de 2016.

9. Face à não atribuição de remunerações variáveis, de acordo com o número precedente, considera-se prejudicada a informação requerida pelas alíneas b) a g) do nº 2 do artigo 16.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal.

10. Não são atribuídas quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros ou pagamento de prémios anuais ou quaisquer outros benefícios não pecuniários, com exceção do referido no ponto 15 *infra* (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, alíneas h) e i) do nº 2 do artigo 16.º).

11. Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-membros executivos do órgão de administração pela cessação de funções nesses cargos (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea j)).

12. A indemnização a pagar por destituição de membros de órgão estatutário sem justa causa, é calculada nos termos da lei geral, designadamente do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais. Consequentemente, a destituição assim configurada poderá dar lugar ao pagamento de indemnização pelos danos sofridos, seja nos termos previstos no contrato ou nos termos gerais de direito. De uma forma ou de outra a indemnização não poderá nunca exceder o montante das remunerações que o membro presumivelmente receberia até ao final do período para que foi eleito (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea k) e artigo 10.º do mesmo Aviso).

13. O Banco não dispõe de uma relação de domínio em relação a quaisquer outras sociedades, inexistindo assim pagamentos de remunerações devidas pelo Banco feitos por estas a membros do órgão de gestão (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea l)).

14. Os membros do órgão de gestão não beneficiam de regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada que sejam suportados pelo Banco (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea m)).

15. Não são atribuídos benefícios não pecuniários aos membros do órgão de gestão, para além do seguro de grupo de saúde e do seguro de vida de que beneficia, em igualdade de circunstâncias, a generalidade dos colaboradores do Banco (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea n)).

16. Não se tem conhecimento de qualquer recurso por esses membros a seguros de remuneração ou de responsabilidade ou quaisquer outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração (Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, artigo 16.º, n.º 2, alínea o)).

## **II. Parecer Fundamentado**

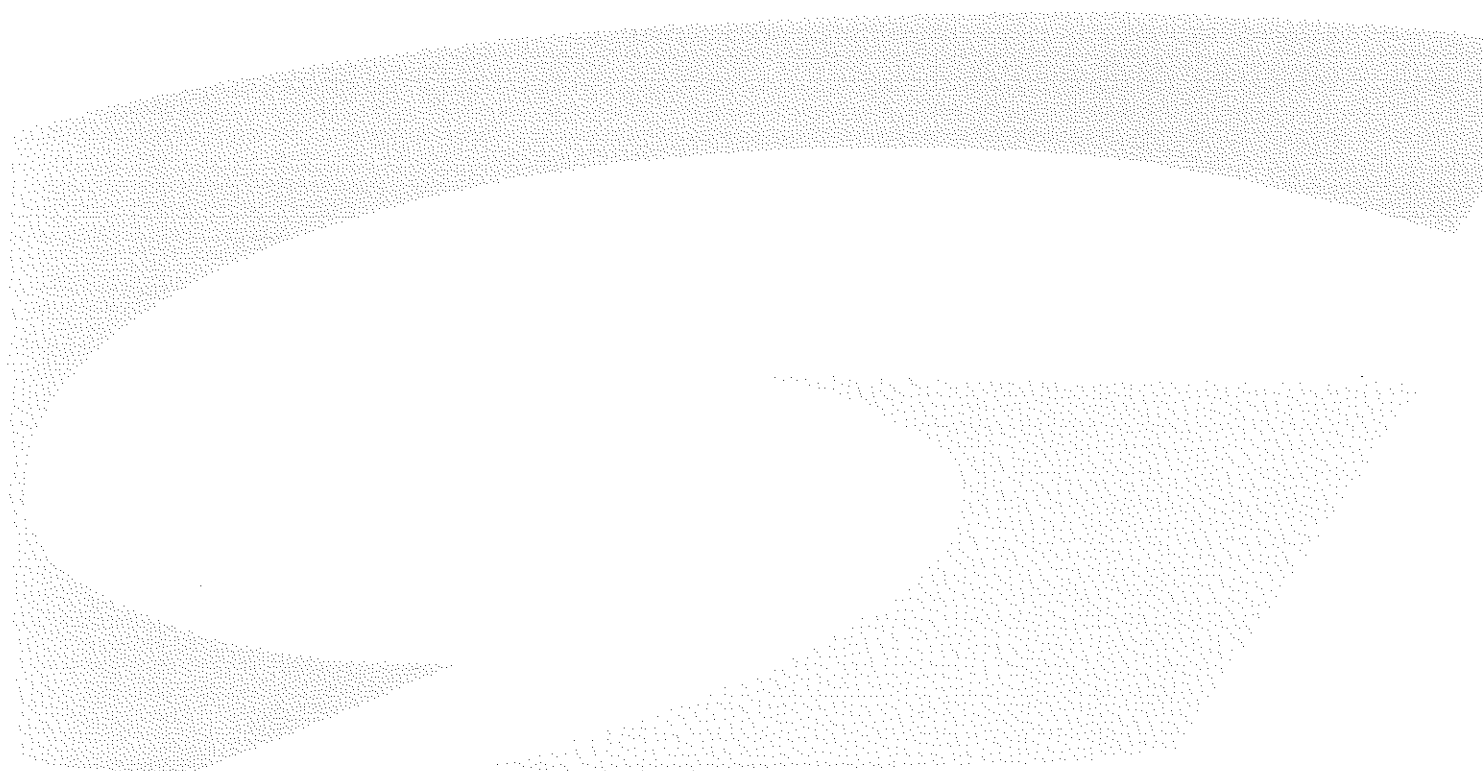
Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do Artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, dá-se parecer que a política de remuneração em vigor é adequada. As alterações consideradas necessárias, designadamente no que toca às remunerações variáveis, foram aprovadas pela Comissão de Remunerações em Agosto de 2012. A política de remuneração não deve merecer alterações no atual momento do Banco, tendo em conta o contexto económico e financeiro em que ele se enquadra, pelo que não se justifica qualquer alteração significativa, sendo conveniente manter estabilidade neste domínio.

Lisboa, 9 de março de 2017

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino

Mário José Brandão Ferreira

## 15. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Português de Gestão, SA (“Banco”) relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

2 Foi dado conhecimento ao atual Conselho Fiscal por dois dos seus membros que tinham integrado o anterior Conselho Fiscal, que, no decurso do exercício, o anterior Conselho Fiscal acompanhou, com a periodicidade e a extensão que considerou adequada, a atividade do Banco. Mais foi dado conhecimento, que o anterior Conselho Fiscal verificou a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna. Foi também dado conhecimento, que foi vigiada a observância da lei e dos estatutos e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo as competências do Conselho Fiscal sido exercidas em conformidade com o estabelecido no Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais.

3 Acompanhámos os trabalhos desenvolvidos pela Ernst & Young Audit & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. e apreciamos a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspetos mais significativos; e
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de



Administração e dos serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 30 de março de 2017

O Presidente do Conselho Fiscal



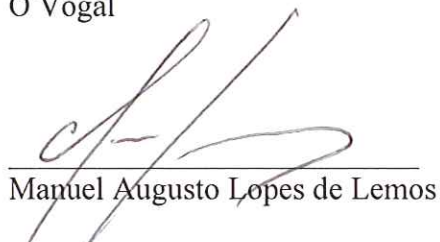
Manuel Pinto Barbosa

O Vogal



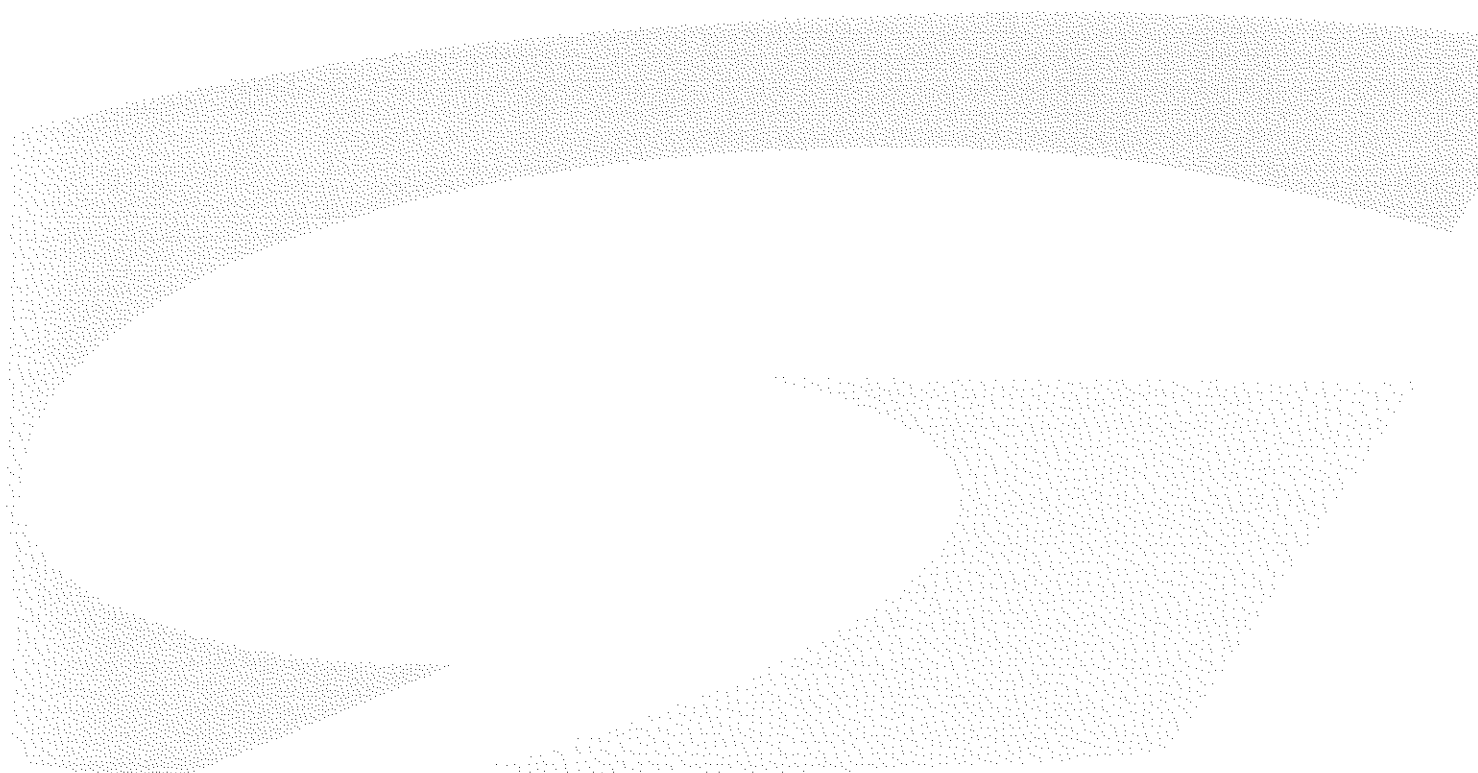
Carlos Reinaldo Pinheiro da Silva

O Vogal



Manuel Augusto Lopes de Lemos

## 16. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Português de Gestão, S.A. (o Banco), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 130.380.120 euros e um total de capital próprio de 22.357.421 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 8.758.962 euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das principais políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Português de Gestão, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião com reservas

A rubrica do Ativo “Crédito a Clientes” inclui o montante de 10.462.913 euros referente a crédito concedido com o objetivo de desenvolver projetos imobiliários em Angola, para o qual está registada uma imparidade no montante de 6.698.464 euros. Considerando a inexistência de garantias reais associadas a este crédito, havendo todavia o penhor sobre o capital social do mutuário, e as condições económicas em Angola, a recuperação daquele crédito poderá estar dependente da execução de garantias bancárias emitidas por instituição de crédito em Angola, da qual apesar dos esforços da Administração do Banco Português de Gestão, não foi ainda obtida confirmação sobre a sua existência e validade. Desta forma, não dispomos de informação que nos permita concluir sobre a suficiência da referida imparidade para crédito concedido alocada a este crédito, correspondente rubrica de imparidade líquida de reposições e anulações e impostos diferidos.

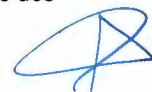
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Ênfase

Chamamos a atenção que o Ativo do Banco inclui impostos diferidos ativos no montante de 6.442.986 euros, dos quais 5.290.697 euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis, cuja recuperação está dependente do apuramento de lucros tributáveis futuros no período máximo de doze anos (Notas 13 e 27 às Demonstrações Financeiras). Conforme referido no capítulo 8 do relatório de gestão, a Administração espera que 2017 seja o ano de relançamento do negócio do Banco, de uma forma rentável e sustentável, assente numa base de *funding* maior e mais alargada, e traduzida num crescimento criterioso da carteira de crédito e da carteira própria de títulos. Neste contexto, foi elaborado um novo plano de negócios a médio prazo que prevê a recuperabilidade dos referidos impostos diferidos ativos assente no pressuposto de sucesso das novas estratégias.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.





## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

### 1. Mensuração do Crédito a clientes

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos  | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos  |
|---|---|
| <p>A rubrica de crédito a clientes, tal como descrito nas Notas 20, 21 e 23 do Anexo às Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2016, apresenta um montante de 53.353.784 euros, correspondente a crédito a clientes, líquido de imparidade.</p> <p>Estes ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor das operações e inclui comissões, taxas e outros custos e proveitos associados. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado líquido de imparidade.</p> <p>Considerámos como matéria relevante de auditoria o processo de apuramento das perdas por imparidade, uma vez que é baseado em metodologias internas que requerem a utilização de pressupostos e julgamentos, os quais poderão não se concretizar no futuro e consequentemente originar perdas diferentes das estimadas.</p> | <p>A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entendimento dos procedimentos de controlo interno implementados no processo de apuramento das perdas por imparidade;</li> <li>• Análise das metodologias e pressupostos utilizados pelo Banco na determinação do valor líquido contabilístico do crédito, através de:             <ol style="list-style-type: none"> <li>i. Indagação aos responsáveis pela determinação da imparidade, de forma a compreender a base e os pressupostos utilizados para as exposições mais significativas e obter a documentação de suporte às respetivas decisões; e</li> <li>ii. Para os créditos com indícios de imparidade analisados individualmente, foram executados testes de detalhe sobre a documentação que suporta as estimativas e os julgamentos utilizados, como sejam a taxa de desconto, o momento e o valor recuperável da realização dos colaterais. Em particular confirmámos a existência das hipotecas sobre as garantias reais existentes pela análise das certidões de teor da conservatória do registo predial e testámos o valor subjacente ao colateral através da análise dos relatórios de avaliação preparados por especialistas externos contratados pelo Banco.</li> </ol> </li> <li>• Analisámos as divulgações nas Notas às demonstrações financeiras do Banco, aferindo da sua consistência com o conhecimento obtido através dos procedimentos de auditoria realizados e os requisitos das normas internacionais de relato financeiro.</li> </ul> |



## 2. Transações com partes relacionadas

### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme divulgado na Nota 38 às Demonstrações Financeiras, o Banco realizou operações no decurso normal das suas atividades com participadas e outras entidades do Grupo em que se insere. Estas operações referem-se essencialmente a operações de concessão de crédito, receção de depósitos e celebração de contratos de gestão de carteiras de títulos, estando assim a demonstração de resultados influenciada pelos custos e proveitos decorrentes destas transações. Tendo em consideração que as transações entre partes relacionadas, se não forem realizadas a preços de mercado, podem ter impactos relevantes nos resultados do Banco, considerámos esta matéria como relevante no âmbito da auditoria.

### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:

- Entendimento do processo definido pela Gestão para identificação e registo dos saldos e transações com partes relacionadas;
- Análise, para uma amostra de operações, da documentação suporte, de forma a compreendermos a natureza e condições das transações e enquadramento no âmbito da atividade do Banco;
- Para a mesma amostra, comparámos os preços praticados com os valores de referência do mercado e aferimos o impacto do valor destas transações nas demonstrações financeiras; e
- Analisámos as divulgações efetuadas nas Demonstrações Financeiras do Banco sobre esta matéria aferindo a sua consistência com o conhecimento obtido através dos procedimentos de auditoria realizados.

## 3. Mensuração de contingências

### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Tal como divulgado na Nota 42 do Anexo às demonstrações financeiras, o Banco apurou a 31 de dezembro de 2016 as seguintes contingências:

- i) Processo judicial colocado por um ex-cliente e cujo montante máximo reclamado ascende a 330 milhares de euros, tendo o Banco sido condenada em primeira instância a pagar a quantia de 294.957,24 euros;
- ii) Processo de contraordenação interposto pelo Banco de Portugal, pela alegada prática de duas infrações relativas à inobservância de regras contabilísticas determinadas pelo regulador e à inobservância de regras relativas aos limites aos grandes riscos.

Tendo por base o acompanhamento legal de que se tem suportado, é convicção da Administração que, no primeiro caso o desfecho será favorável para o Banco e no segundo caso de que, a ser aplicada coima, esta será por um montante próximo dos valores mínimos previstos. Face ao exposto, a Administração decidiu constituir uma provisão de 30% do montante de condenação em primeira instância relativamente ao processo judicial. No que respeita ao processo de contraordenação, não foi constituída qualquer provisão.

### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:

- Entendimento do processo definido pela Gestão para identificação de contingências e registo de provisões para outros riscos e encargos;
- Reunimos com o departamento jurídico do Banco, de forma a obter um enquadramento dos processos e expectativas sobre o seu desfecho;
- Identificámos e contactámos os advogados externos responsáveis pelo acompanhamento dos processos, tendo solicitado o entendimento jurídico e potenciais desfechos previstos;
- Reunimos com a Administração do Banco para solicitar esclarecimentos adicionais às respostas obtidas; e
- Analisámos as divulgações efetuadas nas Demonstrações Financeiras do Banco sobre esta matéria aferindo a sua consistência com o conhecimento obtido através dos procedimentos de auditoria realizados.

**Descrição dos riscos de distorção material mais significativos**

**Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos**

Tendo em consideração o impacto que, desfechos diferentes daqueles que estão previstos pela Administração poderão ter nas demonstrações financeiras do Banco e a complexidade associada aos trâmites legais e contraordenacionais, consideramos esta matéria como relevante no âmbito da auditoria.

**4. Estimativa de Impostos Diferidos**

**Descrição dos riscos de distorção material mais significativos**

**Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos**

Tal como detalhado nas Notas 13 e 27 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, incluem impostos diferidos ativos e passivos no montante de 6.442.986 euros e 78.766 euros, respetivamente. Os impostos diferidos ativos são maioritariamente respeitantes a prejuízos fiscais reportáveis, no montante de 5.290.697 euros, cuja recuperabilidade depende do apuramento de lucros tributáveis em determinados prazos legais (máximo doze anos).

Atendendo a que o Banco apresenta historicamente resultados negativos, considerámos que existe um risco de distorção material associado à recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, razão pela qual consideramos como matéria relevante de auditoria.

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu os seguintes procedimentos:

- Entendimento do processo implementado pela Gestão para apuramento e acompanhamento do apuramento de impostos correntes e diferidos;
- Incluímos na nossa equipa de auditoria, especialistas internos nas matérias fiscais, para analisar a estimativa de impostos correntes e diferidos e sua conformidade com a legislação fiscal em vigor;
- Testámos e analisámos a plenitude dos montantes registados como impostos correntes e diferidos;
- Entendimento das estratégias incorporadas no Plano de negócios e dos pressupostos das projeções económico-financeiras para os próximos anos; e
- Analisámos a consistência e plenitude das divulgações relacionadas com os impostos correntes e diferidos e se as mesmas cumpriram com o disposto nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.





O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ★ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ★ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- ★ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ★ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- ★ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ★ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ★ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ★ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.



## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Banco, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Banco Português de Gestão pela primeira vez na assembleia geral de acionistas, realizada em 23 de março de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Banco nesta data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
  - Emissão do relatório sobre o processo de quantificação semestral da imparidade da carteira de crédito em cumprimento com o previsto na instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal;
  - Emissão dos pareceres previstos no Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, tendo em conta as orientações da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
  - Procedimentos visando a emissão do relatório para o Conselho Fiscal sobre o sistema de controlo interno de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (Aviso 9/2012 do Banco de Portugal);
  - Realização de testes de efetividade ao Sistema de Controlo Interno em matérias de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, conforme previsto no artigo 44º do Aviso 1/2014 do Banco de Portugal.

Lisboa, 30 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



António Filipe Dias da Fonseca Brás - ROC nº 1661  
Registado na CMVM com o nº 20161271